



# **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SECRETARIA EXECUTIVA**

## **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Brasília - DF / 2014

# **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

## **SECRETARIA EXECUTIVA**

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**

#### **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado em observância à Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (com alterações da IN TCU nº 72/2013), Decisão Normativa TCU nº 127/2013 (com alterações da DN TCU nº 129/2013) e Portaria TCU nº 175 de 09 de julho de 2013.

**Unidades Consolidadas:**

Gabinete do Ministro (GM)

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO)

Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)

Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT)

Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES)

**Secretaria Executiva**

Brasília-DF / 2014

## SUMÁRIO

1. Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório.....	10
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	11
1.1.1 Relatório de Gestão Consolidado .....	11
1.1.2. Introdução.....	11
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade .....	14
1.3. Organograma Funcional .....	17
1.4. Macroprocessos Finalísticos.....	20
1.5. Macroprocessos de Apoio .....	24
1.6. Principais Parceiros .....	25
2. Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados .....	26
2.1. Planejamento da Unidade Jurisdicionada.....	26
2.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	30
2.3. Informações Sobre Outros Resultados da Gestão .....	64
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	65
3.1. Estrutura de Governança .....	65
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	65
3.3. Remuneração Paga a Administradores.....	70
3.4. Sistema de Correição.....	70
3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU .....	71
3.6. Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos CI.....	71
4. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira .....	81
4.1. Execução das Despesas .....	81
4.2. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	88
4.3. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	88
4.4. Transferência de Recurso .....	88
4.5. Suprimento de Fundos .....	94
4.6. Renúncia sob Gestão da UJ .....	95
5. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados .....	96
5.1. Estrutura de Pessoal da Unidade .....	96
5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	101
6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário .....	104
6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros .....	104
6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário .....	106
7. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	108
7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	108
8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	110
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	110

8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	111
9. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	112
9.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU .....	112
9.2. Tratamento de Recomendações do OCI.....	124
9.3. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna .....	129
9.4. Declaração de Bens e Renda Estabelecidas na Lei nº 8.730/93 .....	129
9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário .....	130
9.6. Alimentação SIASG E SICONV .....	131
10. Relacionamento com a Sociedade .....	133
10.1. Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão ou Entidade para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, etc. Contemplando as Informações Gerenciais e Estatísticas sobre o Atendimento às Demandas.....	133
10.2. Mecanismos para Medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade. ....	135
10.3. Demonstração dos Resultados de Eventuais Pesquisas de Opinião Feitas nos Últimos três Últimos Anos com Cidadãos em Geral, Segmentos Organizados da Sociedade ou Usuários dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação do Órgão ou Entidade .....	136
11. Informações Contábeis .....	137
11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	137
11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis .....	137
12. Outras Informações Sobre a Gestão .....	138
12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade .....	138
13. Resultados e Conclusões .....	140

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado.....	10
Quadro A.2.2.1 – Programa Temático.....	30
Quadro A.2.2.2 – Objetivo.....	36
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS.....	62
Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento.....	63
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	65
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas.....	81
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	83
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	84
Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total.....	84
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	85
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	88
Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	88
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três Últimos exercícios.....	90
Quadro A.4.4.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.....	92
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	94
Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	94
Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	95
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	96
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	96
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	97
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	97
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12.....	98
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	98
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	99
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	99
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	99
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	100
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	100
Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	100
Quadro A.5.2.1 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada.....	101

Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	101
Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	102
Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários .....	103
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	106
Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional .....	107
Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	108
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	110
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água .....	111
Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	112
Quadro A.9.1.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	123
Quadro A.9.2.1 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	124
Quadro A.9.2.2 - Situação das Rrecomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	127
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR.....	129
Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013 .....	130
Quadro A.9.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV .....	131
Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.....	137

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela I - Itens do Relatório de Gestão com Situação de Atendimento.....	11
Tabela II – Movimento Líquido e Acumulado de Pagamentos de Custeio / Investimentos .....	16
Tabela III – Correlação entre os Macroprocessos da Cadeia Corporativa/Processos Estratégicos e Finalísticos da Cadeia do Ministério dos Transportes .....	22
Tabela IV – Concessões Rodoviárias – Trecho Relativos à Teceira Etapa.....	54
Tabela V – Metas Previstas e o Percentual Realizado – Objetivo 0130.....	55
Tabela VI – Situação da Integração Intermodal – Objetivo 0149 .....	56
Tabela VII – Metas Previstas e Realizadas – Objetivo 0149 .....	56
Tabela VIII – Estudos para Concessão de Trechos Ferroviários - Objetivo 1002 .....	58
Tabela IX – Trechos a Serem Concedidos - PIL .....	59
Tabela X – Metas previstas e realizadas - Objetivo 1002 .....	59
Tabela XI – Procedimentos Disciplinares Instaurados no Ministério dos Transportes em 2013.....	71
Tabela XII – Procedimetnos Disciplinares Julgados no Ministério dos Transportes 2013.....	71
Tabela XIII – Penalidades Aplicadas em 2013 .....	71
Tabela XIV – Simulação do Total Anualizado dos Recursos Destinados à Execução .....	72

Tabela XV – Programação dos recursos para o Ano a ser avaliado - Simulação.....	72
Tabela XVI – Nota de Relevância de Projeto - Simulação .....	73
Tabela XVII - Modelo de Formulário para Avaliação de Projeto .....	73
Tabela XVIII – Qualificação de Indicadores por Classe de Valores.....	74
Tabela XIX – Relação dos Projetos/Atividade da SPNT Executados, em 2013, e seus Respetivos Percentuais de Participação .....	75
Tabela XX – Avaliação dos Projetos/Atividades da SPNT, Segundo os Indicadores de Desempenho .....	76
Tabela XXI – Qualificação de Indicadores de Desempenho Geral por Classe de Valores.....	77
Tabela XXII – Classificação de Veículos por Grupo.....	103
Tabela XXIII – Enumeração da Média Anual de Quilômetros Rodados .....	103
Tabela XXIV – Indicação da Idade Média Ponderada da Frota por Grupo de Veículo até 2013 .....	104
Tabela XXV – Custo Anual da Manutenção da Frota de Veículos em 2013 .....	105
Tabela XXVI - Quantidade das Ações do Programa Passe Livre .....	104
Tabela XXVII – Atendimentos Efetuados pelos Núcleos de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes .....	132
Tabela XXVIII – Central de Relacionamento – Esclarecimento Prestados .....	133
Tabela XXIX – Central de Relacionamento – Pesquisa de Avaliação.....	133
Tabela XXX – Central de Relacionamento – Avaliação - Pergunta 01 .....	134
Tabela XXXI – Central de Relacionamento – Avaliação Pergunta 02 .....	135
Tabela XXXII – Central de Relacionamento – Avaliação Global .....	135
Tabela XXXIII – Demonstrativo da quantidade processos/pendências do DNER analisados em 2013 .....	135
Tabela XXXIV – Demonstrativo da quantidade de processos/atendimentos/outras atividades analisadas pela COGEP em 2013 .....	137
Tabela XXXV – Demonstrativo da quantidade de assistência à saúde de servidores/dependentes em 2013	137

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 – Gráfico dos Pagamentos - Custeio / Investimentos – Rap e Exercício .....	15
Figura 02 – Organograma Funcional do Ministério dos Transportes.....	17
Figura 03 – Cadeia de Valor do Sistema de Transportes .....	21
Figura 04 – Cadeia de Valor do Ministério dos Transportes.....	21
Figura 05 – Detalhamento dos Macroprocessos - Gerir Planejamento de transportes.....	22
Figura 06 – Detalhamento do Macroprocesso - Fomentar Ações de Transportes.....	23
Figura 07 – Detalhamento do Macroprocesso - Acompanhar Empreendimentos Concedidos de Infraestrutura e Serviços de Transportes.....	23
Figura 08 – Detalhamento do Macroprocesso - Acompanhar Empreendimentos Públicos de Transportes.....	24
Figura 09 – Detalhamento do Macroprocesso - Prover Suporte Ministerial .....	24
Figura 10 – Mapa Estratégico do Sistema de Transportes .....	26
Figura 11 – Diagrama de Desempenho .....	76

## LISTA DE SIGLAS

Sigla	Descrição
<b>AGEF</b>	Armazéns Gerais Ferroviários S.A
<b>AGU</b>	Advocacia-Geral da União
<b>ANTAQ</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
<b>ANTT</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres
<b>ASCOM</b>	Assessoria de Comunicação – MT
<b>ATIT</b>	Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre
<b>BGU</b>	Balanço Geral da União
<b>BPM</b>	Business Process Management
<b>BR-LEGAL</b>	Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária
<b>CDFMM</b>	Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante
<b>CDU</b>	Classificação Decimal Universal
<b>CELAC</b>	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
<b>CETIT</b>	Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes
<b>CGAA</b>	Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação – MT
<b>CGDC</b>	Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
<b>CGDC</b>	Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
<b>CGJA</b>	Coordenação Geral Jurídica de Assuntos Administrativos MT
<b>CGMO</b>	Coordenação-Geral de Modernização e Organização – MT
<b>CGRL</b>	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – MT
<b>CGTI</b>	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – MT
<b>CGU</b>	Controladoria Geral da União
<b>COAD</b>	Coordenação de Administração do Pessoal Ativo – MT
<b>COAP</b>	Controle Organizativo a Ação Pública de Saúde – MT
<b>COEX</b>	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira - MT
<b>COGEP</b>	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – MT
<b>CONIT</b>	Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes
<b>CONJUR</b>	Consultoria Jurídica – MT
<b>CONSETRANS</b>	Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes
<b>CONTRAN</b>	Conselho Nacional de Trânsito
<b>COSIPLAN</b>	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
<b>CPD</b>	Comissão de Procedimentos Disciplinares – MT
<b>CPGF</b>	Cartão de Pagamento do Governo Federal
<b>CTICS</b>	Comitê Técnico da Indústria, Comércio e Serviços
<b>CTLAG</b>	Comitê Técnico de Logística da Agricultura e do Agronegócio
<b>CV</b>	Casa Civil
<b>CVC</b>	Contagem Volumétrica Classificatória
<b>DECEX</b>	Departamento de Educação e Cultura do Exército
<b>DEDL</b>	Departamento de Desenvolvimento e Logística – MT
<b>DITC</b>	Divisão de Treinamento e Capacitação – MT
<b>DMM</b>	Departamento da Marinha Mercante – MT
<b>DNER</b>	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
<b>DNIT</b>	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
<b>EPL</b>	Empresa de Planejamento e Logística
<b>ETAV</b>	Empresa de Transportes Ferroviários de Alta Velocidade



<b>EVTEA</b>	Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental
<b>EVTEA</b>	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.
<b>FIOL</b>	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
<b>FMM</b>	Fundo da Marinha Mercante – MT
<b>FNS</b>	Ferrovia Norte-Sul
<b>GEIPOT</b>	Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes
<b>GM</b>	Gabinete do Ministro – MT
<b>GTPE</b>	Grupo de Trabalho de Peso por Eixo
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
<b>IBRAM</b>	Instituto Brasileiro de Museus
<b>ICE</b>	Índice de Conformidade Executiva
<b>ICP</b>	Índice de Pertinência Complementar Propositivo
<b>IDG</b>	Indicador de Desempenho Geral
<b>IIRSA</b>	Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>IPC</b>	Índices de Preços ao Consumidor
<b>IPE</b>	Índice de Porte Econômico
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>ITE</b>	Índice de Temporalidade Executiva
<b>ITP</b>	Índice de Temporalidade Propositivo
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MBC</b>	Movimento Brasil Competitivo
<b>MF</b>	Ministério da Fazenda
<b>MFN</b>	Estudos para Implantação do Museu Ferroviário Nacional
<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>MRE</b>	Ministério de Relações Exteriores
<b>MT</b>	Ministério dos Transportes
<b>NEAT</b>	Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas por Técnico
<b>NMAM</b>	Número Médio de Ações Monitoradas no Ano
<b>NMAT</b>	Número Médio de Ações Monitoradas por Técnico
<b>NMEA</b>	Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas
<b>OCI</b>	Órgão de Controle Interno
<b>OTM</b>	Operadores de Transporte Multimodal de Cargas
<b>PAC</b>	Programa de Aceleração do Crescimento
<b>PAEA</b>	Percentual de Obras em Execução Acompanhadas
<b>PAG</b>	Prima Associação dos Governos
<b>PAM</b>	Percentual de Ações Monitoradas
<b>PDTI</b>	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
<b>PEF</b>	Pagamento Eletrônico de Frete
<b>PFA's</b>	Postos de Fiscalização e Atendimento
<b>PHE</b>	Plano Hidroviário Estratégico
<b>PIL</b>	Programa de Investimentos em Logística
<b>PMGP</b>	Programa Modernizando a Gestão Pública
<b>PMI</b>	Plano de Metas e Investimentos
<b>PNCV</b>	Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade
<b>PNIH</b>	Plano Nacional de Integração Hidroviária
<b>PNLT</b>	Plano Nacional de Logística e Transportes

<b>PNP</b>	Plano Nacional de Pesagem
<b>PNTH</b>	Política Nacional de Transporte Hidroviário
<b>PPA</b>	Plano Plurianual de Investimentos
<b>PPP's</b>	Parcerias Público-Privadas
<b>PROCREMA</b>	Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas
<b>PRODEFENSAS</b>	Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais
<b>PROPASS</b>	Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
<b>PROSINAL</b>	Programa de Sinalização da Malha Rodoviária Nacional
<b>RFB</b>	Receita Federal do Brasil
<b>RFESA</b>	Rede Ferroviária Federal
<b>RNTRC</b>	Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas
<b>SAAD</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - MT
<b>SAFF</b>	Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário
<b>SE</b>	Secretaria Executiva – MT
<b>SECR</b>	Serviço de Cálculos e Remuneração – MT
<b>SEGES</b>	Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – MT
<b>SEP</b>	Secretaria Especial de Portos
<b>SERPRO</b>	Serviço Federal de Processamento de Dados
<b>SFAT</b>	Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – MT
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira
<b>SIASG</b>	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
<b>SICAF</b>	Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores
<b>SICONV</b>	Sistema de Convênios do Governo Federal
<b>SIGPLAN</b>	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
<b>SIMIC</b>	Sistema de Microfilmagem
<b>SIORG</b>	Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
<b>SIPEC</b>	Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal
<b>SISAC</b>	Sistema de Controle de Ações de Comunicação
<b>SISG</b>	Sistemas de Serviços Gerais
<b>SISP</b>	Administração dos Recursos de Informação e Informática
<b>SLTI</b>	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
<b>SPCE</b>	Sistema de Painel de Controle de Eficácia
<b>SPF</b>	Sistema de Programação Financeira
<b>SPNT</b>	Secretaria de Política Nacional de Transportes
<b>SPO</b>	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – MT
<b>SPU</b>	Secretaria de Patrimônio da União
<b>STN/MF</b>	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
<b>TAV</b>	Trem de Alta Velocidade
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TRC</b>	Transporte Rodoviário de Cargas
<b>TRF</b>	Tribunal Regional Federal
<b>UFF</b>	Universidade Federal Fluminense
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>VALEC</b>	Engenharia, Construções e Ferrovias
<b>VMDA</b>	Volume Médio Diário Anual

# 1. Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório

## 1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

### 1.1.1. Relatório de Gestão Consolidado

QUADRO A.1.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério dos Transportes			<b>Código SIORG:</b> 002846
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria Executiva			
<b>Denominação Abreviada:</b> SE			
<b>Código SIORG:</b> 003412		<b>Código LOA:</b> 39000	<b>Código SIAFI:</b> 390032
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> -	
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 2029-7080	(61) 2020-7090	(61) 2029-7845
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:secretaria.executiva@transportes.gov.br">secretaria.executiva@transportes.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.transportes.gov.br">http://www.transportes.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Ed. Sede, 5º andar, Brasília – DF, CEP: 70044-900			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Gabinete do Ministro		390035	02846
Subsecretaria de Assuntos Administrativos		390037	08956
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento		390002	14165
Secretaria de Política Nacional de Transportes		390040	74708
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes		390041	74709
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29/05/2003. Organização dos Ministérios			
- Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, publicada no DOU de 05/06/2013 – Altera a Lei nº 10.683, de 2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
-Decreto nº 7.717, de 04 de abril de 2012, publicada no DOU de 05/04/2012. Aprova a Estrutura Regimental do MT			
-Portaria/GM/MT nº 250, de 31 de outubro de 2012, publicada no DOU de 01/11/2012. Regimento Interno do MT			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
390004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos		
390007	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas		
390056	Subsecretaria de Assuntos Administrativos		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
390004	00001		
390007	00001		
390056	00001		

### 1.1.2. Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar as informações sobre a gestão das atividades da Secretaria Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado dos Transportes, consolidando as informações sobre a gestão das unidades de sua estrutura: Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD e Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO. Consolida, também, as informações sobre a gestão da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT, da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES, órgãos específicos e singulares que compõem a estrutura deste Ministério, e do Gabinete do Ministro - GM.

Por força do disposto no Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, a Secretaria Executiva consolida as informações sobre a gestão das unidades da estrutura do Ministério dos Transportes não relacionadas para apresentação de relatórios individuais. Em razão disso, as informações sobre a gestão da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT estão apresentadas em relatório próprio, consolidando as informações sobre a gestão do Fundo da Marinha Mercante – FMM e do Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DFMM. Dessa forma, somente neste tópico e na conclusão do relatório serão mencionadas, de forma sucinta, as principais realizações afetas àquela Secretaria, por constituírem-se em ações integradoras do planejamento estratégico institucional desta Pasta.

Este Relatório de Gestão está estruturado em 13 itens de acordo com o Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013 e com a Portaria TCU Nº 175, de 09 de julho de 2013, conforme detalhado na Tabela I a seguir:

<b>Item do Relatório</b>	<b>Situação de Atendimento</b>
1. Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório	SIM
2. Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados	SIM
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	SIM
4. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	SIM
5. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	SIM
6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	SIM
7. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	SIM
8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	SIM
9. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	SIM
10. Relacionamento com a Sociedade	SIM
11. Informações Contábeis	SIM
12. Outras Informações Sobre a Gestão	SIM
13. Resultados e Conclusão	SIM

Tabela I – Itens do Relatório de Gestão com Situação de Atendimento

Os itens e subitens foram numerados conforme orientação contida na Portaria 175, de 2013. Aqueles que não se aplicam à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada (UJ) não foram citados no texto e estão a seguir relacionados, com as respectivas justificativas:

- Item 3.3 – Remuneração Paga a Administradores – A UJ é Órgão da administração direta do Poder Executivo, portanto não possui Conselho de Administração ou Fiscal.
- Item 4.7 – Gestão de Precatórios – Não é de competência legal das unidades que integram à Secretaria Executiva a gestão de precatórios.

- Item 6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob a Responsabilidade da UJ – Não existe imóveis funcionais da União sob a responsabilidade deste Ministério.
- Item 6.3 – Imóveis locados de terceiros – Não aplicável por decisão da IN TCU nº 127, de 2013. O Ministério dos Transportes não ocupa nenhum imóvel locado de terceiros.
- Item 9.3 – Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna – Não aplicável, pois não existe Auditoria Interna no Ministério dos Transportes.
- Item 11.3 – Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o que não é o caso da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes.
- Item 11.4 – Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas – Aplicável somente a unidades jurisdicionadas regidas pela lei das sociedades anônimas, o que não é o caso da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes.
- Item 11.5 – Demonstração da composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades – Aplicável somente a Empresas da Administração Pública Federal cujo capital acionário esteja sob o controle da União, o que não é o caso da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes.
- Item 11.6 – Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, caso tenha havido a contratação desses serviços pela entidade – Aplicável somente a unidades jurisdicionadas integrantes da Administração Pública Federal Indireta, o que não é o caso da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes.

Os itens e subitens constantes da Parte “B” da Portaria TCU Nº 175, de 09 de julho de 2013, não se aplicam à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, pois são de competência de órgãos públicos específicos citados na referida Portaria.

O Ministério dos Transportes, dentre as principais responsabilidades, tem como competência formular, coordenar e supervisionar as políticas nacionais de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário; atuar na área de marinha mercante, vias navegáveis e instalações portuárias públicas de pequeno porte – IP4 e também participar na coordenação dos transportes aeroviários.

Essas responsabilidades são compartilhadas com as entidades vinculadas, compreendendo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., a Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL e a Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR.

As principais atividades são desenvolvidas mediante a orientação de programas e planos definidos pelo Governo Federal para atingir as metas estabelecidas, destacando-se o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o Programa de Investimento em Logística – PIL e o Plano Hidroviário Estratégico – PHE.

Em 2013, o Ministério enfrentou grandes desafios. Um deles foi a execução orçamentária que resultou na duplicação dos investimentos ferroviários em relação a 2012, o que demonstra a busca por uma matriz de transportes mais equilibrada.

Outro desafio foi a realização de leilões de concessão de rodovias, com base no Programa de Investimento em Logística – PIL, que prevê investimentos vultosos para a logística dos transportes, com reais benefícios à população, aliados à modicidade tarifária. Essas obras representam mais uma etapa da modernização da malha rodoviária federal e as duplicações de rodovias previstas conferirão maior segurança à sociedade.

O Plano Hidroviário Estratégico – PHE, concluído em 2013, orienta a realização de estudos dos empreendimentos que tornarão possível o alcance da meta de ampliação, de 25 para 120 milhões de toneladas até 2031, da capacidade de escoamento de carga por meio do modal hidroviário. O PHE integra a estratégia do Ministério, no sentido de aumentar a participação desse modal na matriz de transportes.

O planejamento estratégico do Sistema Transportes surge como oportunidade de alavancar os programas e projetos da Pasta, em consonância com as diretrizes do Governo Federal de modernizar a gestão pública e ampliar a eficiência e a agilidade das estruturas públicas. As metas são diminuir os custos logísticos, elevar a capacidade instalada e garantir a competitividade nos mercados interno e externo.

Neste momento de expansão dos investimentos públicos e privados, os resultados indicam os avanços na condução das políticas públicas de Transportes. As perspectivas de evolução da malha rodoviária, ferroviária e hidroviária ampliam-se e faz de 2014 uma oportunidade de aprofundar as ações rumo ao desenvolvimento do país.

Diante do exposto, apresentamos, nesta publicação, as ações e resultados obtidos pelo Ministério dos Transportes no exercício de 2013.

MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA  
Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes

## ***1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade***

O Ministério dos Transportes atua para assegurar a adequada infraestrutura viária, a racionalização dos transportes de pessoas e bens, buscando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e para integração do território nacional e Sul-Americano. Nesse sentido, os investimentos aplicados no setor têm sido essenciais para o alcance dessa missão.

Para tanto, o Ministro dos Transportes tem promovido a articulação entre as unidades supervisionadas para a consecução das diretrizes da política de transportes, integrando ações com vistas a contribuir para redução do custo Brasil por meio do aumento da eficiência logística e do equilíbrio da matriz de transportes.

O Ministério dos Transportes tem como área de competência, conforme previsto na Lei nº 10.863, de 28 de maio de 2003 e no Decreto nº 7.717, de 04 de abril de 2012, os seguintes assuntos:

Política nacional de transportes ferroviários, rodoviários e aquaviários;

Marinha mercante e vias navegáveis; e

Participação na coordenação dos transportes aeroviários.

As competências atribuídas ao Ministério dos Transportes nas alíneas “a” e “b” do parágrafo anterior compreendem:

I – a formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais;

II – a participação no planejamento estratégico, o estabelecimento de diretrizes para sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos;

III – a aprovação dos planos de outorgas;

IV – o estabelecimento de diretrizes para a representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes aos meios de transportes;

V – a formulação e supervisão da execução da política referente ao Fundo de Marinha Mercante, destinado à renovação, recuperação e ampliação da frota mercante nacional, em articulação com os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VI – o estabelecimento de diretrizes para o afretamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras de navegação e para liberação do transporte de cargas prescritas.

O novo marco regulatório dos Portos, a Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, transferiu as competências atribuídas ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, relativas aos portos fluviais e lacustres, à Secretaria de Portos da Presidência da República, exceto as competências relativas a instalações portuárias públicas de pequeno porte – IP4. Transfere, também, a vinculação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, do Ministério dos Transportes para a referida Secretaria de Portos.

Tal iniciativa, por parte do Governo Federal, teve como premissa a retomada da capacidade de planejamento no setor portuário e a redefinição das competências institucionais da Secretaria de

Portos, da ANTAQ e do DNIT. Os efeitos decorrentes desse novo modelo somente poderão ser devidamente avaliados no transcurso dos próximos anos.

A Secretaria Executiva – SE compete assistir direta e imediatamente ao Ministro de Estado, além de auxiliar na coordenação e supervisão das secretarias da Pasta e das entidades vinculadas, supervisionando e coordenando as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas, visando potencializar ações e favorecer o alcance dos resultados desejados, cabendo a ela a coordenação do Planejamento Estratégico Institucional.

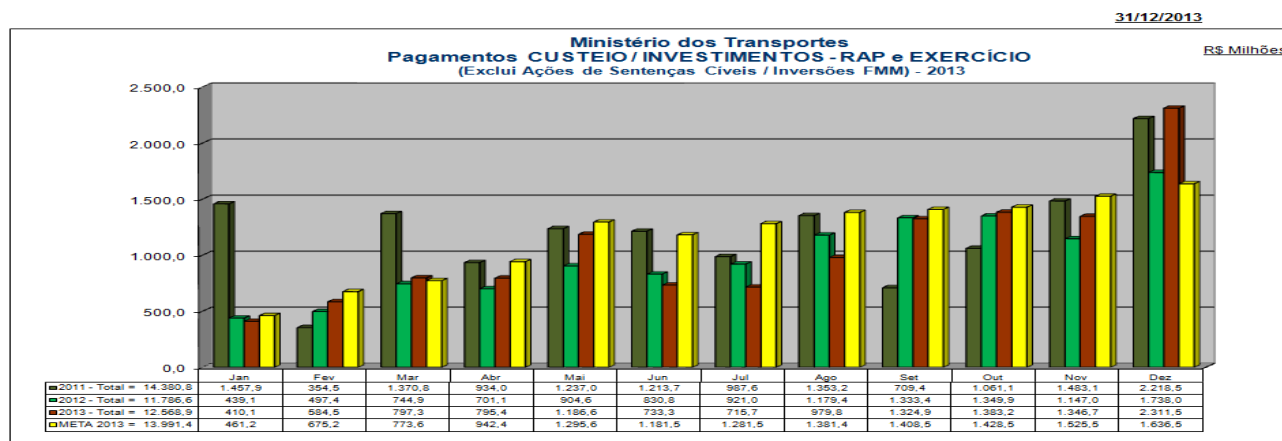
A Secretaria Executiva tem desenvolvido diversas iniciativas com o objetivo de reforçar a governança do Ministério dos Transportes e seus órgãos vinculados, entre elas, a adoção de providências metodológicas objetivando a implantação de planejamento e gestão estratégica. Essa ação integrou as prioridades da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade – CGDC e foi traduzida na implantação do Programa Modernizando a Gestão Pública no Ministério dos Transportes - PMGP/MT.

A Secretaria Executiva busca estreitar relações com os demais Ministérios, outras esferas de governo e entidades, objetivando aperfeiçoar a atuação no desenvolvimento das políticas afetas ao Ministério dos Transportes.

No exercício de 2013, foram apresentadas diversas informações gerenciais que permitiram tomadas de decisões para a definição de prioridades e implementação das políticas públicas do Governo para o setor transportes.

Destacam-se os resultados alcançados por meio do Fórum de Desempenho do Ministério dos Transportes, criado pela Portaria nº 352, de 29 de dezembro de 2011, DOU de 30/12/2011, do qual a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO faz parte, onde o foco foi direcionado para melhoria dos gastos públicos. Do planejamento efetuado, foram estabelecidas metas de desempenho para as Unidades responsáveis pela aplicação dos recursos consignados no Orçamento Geral da União. Foram analisadas as despesas inscritas em restos a pagar, onde foram cancelados R\$ 1.058,89 milhões e a busca de melhoria na gestão dos processos que envolvem a redução dos prazos entre a realização das obras/serviços, atestação das despesas e o efetivo pagamento.

No que se refere ao cumprimento da meta de desempenho da execução financeira anual, estabelecida para o ano de 2013, no valor de R\$ 14 bilhões, foram pagos R\$ 12,6 bilhões, o que representa 90% da meta fixada.



FONTE: SIAFI GERENCIAL

Figura 1 – Gráfico pagamento Custeio / Investimentos – RAP e Exercício



R\$ milhões					R\$ milhões				
MOVIMENTO LÍQUIDO					MOVIMENTO ACUMULADO				
	2011	2012	2013	META		2011	2012	2013	META
Jan	1.457,9	439,1	410,1	461,2	Jan	1.457,9	439,1	410,1	461,2
Fev	354,5	497,4	584,5	675,2	Fev	1.812,5	936,4	994,6	1.136,4
Mar	1.370,8	744,9	797,3	773,6	Mar	3.183,3	1.681,4	1.791,8	1.910,0
Abr	934,0	701,1	795,4	942,4	Abr	4.117,2	2.382,5	2.587,3	2.852,4
Mai	1.237,0	904,6	1.186,6	1.295,6	Mai	5.354,2	3.287,1	3.773,9	4.148,0
Jun	1.213,7	830,8	733,3	1.181,5	Jun	6.568,0	4.117,9	4.507,2	5.329,5
Jul	987,6	921,0	715,7	1.281,5	Jul	7.555,5	5.038,9	5.222,9	6.611,0
Ago	1.353,2	1.179,4	979,8	1.381,4	Ago	8.908,7	6.218,3	6.202,7	7.992,4
Set	709,4	1.333,4	1.324,9	1.408,5	Set	9.618,1	7.551,8	7.527,5	9.400,9
Out	1.061,1	1.349,9	1.383,2	1.428,5	Out	10.679,2	8.901,7	8.910,7	10.829,4
Nov	1.483,1	1.147,0	1.346,7	1.525,5	Nov	12.162,3	10.048,7	10.257,4	12.354,9
Dez	2.218,5	1.738,0	2.311,5	1.636,5	Dez	14.380,8	11.786,6	12.568,9	13.991,4
<b>TOTAL</b>	<b>14.380,8</b>	<b>11.786,6</b>	<b>12.568,9</b>	<b>13.991,4</b>					

Tabela II - Movimento líquido e acumulado de pagamentos de custeio / investimentos

No quesito elaboração da proposta orçamentária anual, foram observados todos os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, bem como nas disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2013.

Com relação aos limites orçamentários e financeiros destinados às dotações de Custeio, Capital e Inversões Financeiras, foram observados os referenciais definidos por meio do Decreto nº 7.995, de 02 de maio de 2013, DOU de 03/05/2013, Seção I, e alterações posteriores.

Foram observados, também, os limites de despesas de funcionamento atribuídos pela Portaria/MP nº 268, de 30 de julho de 2013, DOU de 31/07/2013, e suas alterações, destinados à contratação de bens e serviços e concessão de diárias e passagens.

No tocante às atribuições do Decreto nº 6.976, de 07/10/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, a Coordenação de Contabilidade, da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade procedeu à elaboração sistemática de relatórios com informações e orientações a respeito das análises realizadas nas contas contábeis das Unidades Gestoras subordinadas ao Órgão Superior – Ministério dos Transportes.

Diante disso os relatórios foram encaminhados pelo titular da SPO aos responsáveis por aquelas Unidades, com vistas às regularizações das restrições contábeis durante o exercício, evitando, dessa forma, incompatibilidades nos Balanços dos Órgãos e, conseqüentemente, no Balanço Geral da União – BGU.

### 1.3. Organograma Funcional

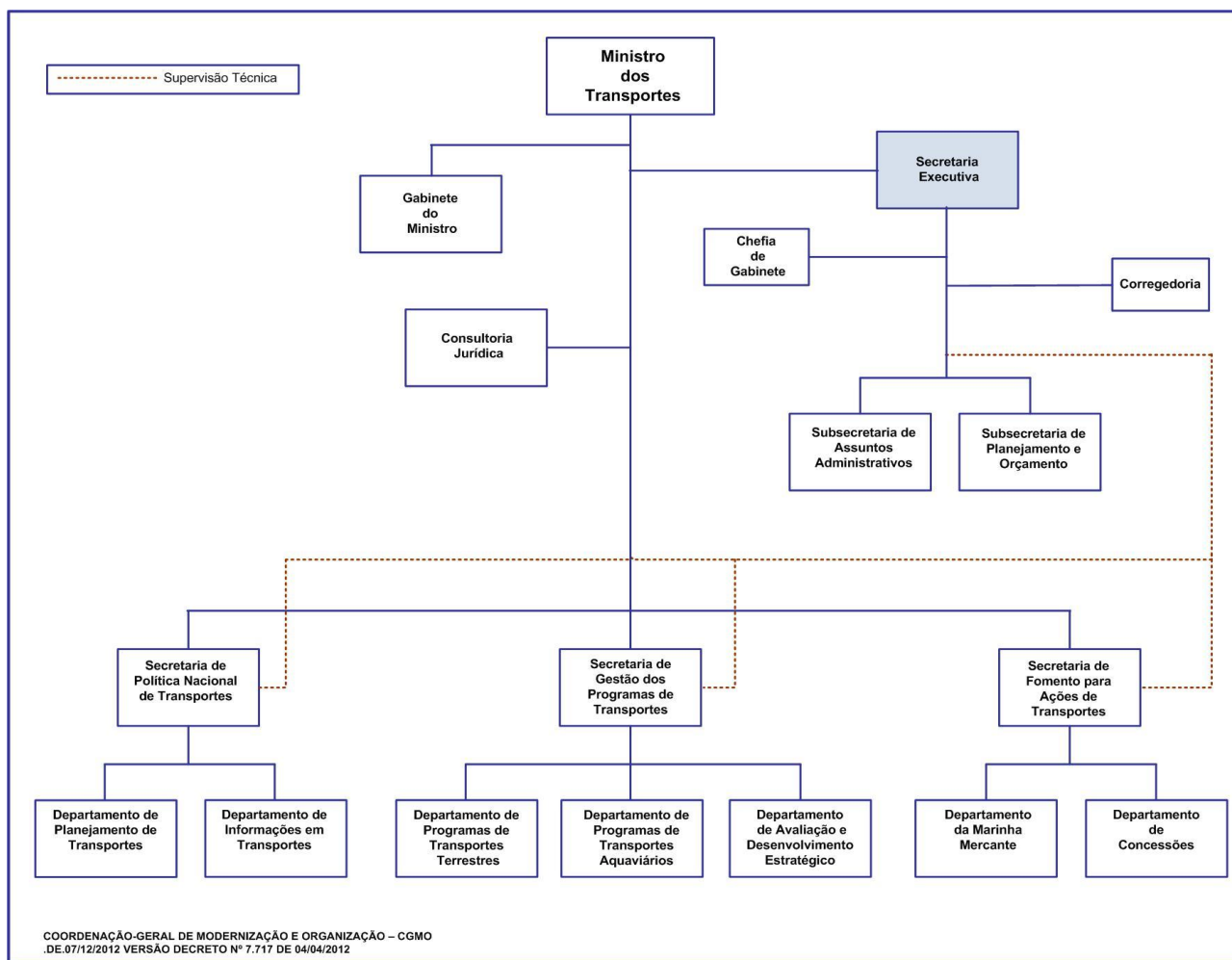


Figura 02 – Organograma Funcional do Ministério dos Transportes

A atual estrutura organizacional do Ministério dos Transportes foi aprovada pelo Decreto nº 7.717, de 4 de abril de 2012, cujas atribuições foram definidas no Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 250/GM/MT, de 31.12.2012. Hoje, o Ministério dos Transportes tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

- a) Gabinete;
- b) Secretaria Executiva:
  - 1. Subsecretaria de Assuntos Administrativos; e
  - 2. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento; e
- c) Consultoria Jurídica;

II - órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Política Nacional de Transportes:
  - 1. Departamento de Planejamento de Transportes; e
  - 2. Departamento de Informações em Transportes;
- b) Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes:
  - 1. Departamento de Programas de Transportes Terrestres;
  - 2. Departamento de Programas de Transportes Aquaviários; e
  - 3. Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Estratégico; e

c) Secretaria de Fomento para Ações de Transportes:

1. Departamento da Marinha Mercante; e
2. Departamento de Concessões;

III - entidades vinculadas:

a) autarquias:

1. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;
2. Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; e

b) empresa pública:

1. VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
2. Empresa de Planejamento e Logística - EPL; e

c) sociedade de economia mista: Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR; e

IV - órgão colegiado: Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM.

São órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado dos Transportes: Gabinete do Ministro – GM; Secretaria Executiva – SE e Consultoria Jurídica – CONJUR.

Ao Gabinete do Ministro compete: (i) assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas, do preparo e despacho de seu expediente pessoal; (ii) monitorar o andamento dos projetos de interesse do Ministro, em tramitação no Congresso Nacional; (iii) providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional; (iv) providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério; (v) exercer as atividades de comunicação social relativas às realizações do Ministério e de suas entidades vinculadas; (vi) exercer as atividades de cerimonial e de apoio à organização de solenidades oficiais no âmbito do Ministério; (vii) exercer as atividades relacionadas aos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais no âmbito do Ministério; (viii) exercer as atividades relacionadas aos assuntos socioambientais no âmbito do Ministério; (ix) fornecer apoio administrativo aos expedientes de interesse do Ministério; e (x) exercer outras atribuições incumbidas pelo Ministro de Estado.

À Secretaria Executiva compete: (i) assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; (ii) supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas; (iii) promover a articulação entre os diferentes órgãos supervisionados pela Secretaria Executiva; (iv) coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas à Corregedoria; (v) auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; e (vi) supervisionar as entidades vinculadas ao Ministério. A Secretaria Executiva - SE exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISIP, de Serviços Gerais - SISG, e de Planejamento e Orçamento Federal, de Contabilidade e Finanças.

À Corregedoria, unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal compete planejar, coordenar, orientar, executar e controlar as atividades disciplinares e de correição preventiva desenvolvida no âmbito do Ministério dos Transportes e de suas unidades vinculadas, e entre outras atribuições, receber representações e denúncias provocadas pelos cidadãos, usuários, órgãos ou entidades, e adotar as medidas necessárias à apuração.

Integram a estrutura da Secretaria Executiva a Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD e a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO.

À SAAD compete: (i) planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério; (ii) promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos em item anterior e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; (iii) promover e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos, programas e atividades da sua área de competência, submetendo-os à decisão superior; (iv) acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades; (v) realizar tomadas de contas dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; (vi) exigir e processar as prestações de contas referentes aos convênios firmados pelo extinto DNER, que não foram prestadas ou aprovadas; (vii) processar as tomadas de contas especiais em curso, bem como instaurar aquelas relacionadas a fatos ocorridos no âmbito do extinto DNER; e (viii) liquidar e executar as despesas autorizadas Lei Orçamentária Anual e suas alterações, as inscrições em restos a pagar e as despesas de exercícios anteriores, inclusive as referentes à pessoal e encargos sociais, devendo proceder ao levantamento e atestar a exatidão dos valores a serem liquidados e executados, promovendo as medidas cabíveis para garantir a dotação e disponibilização dos recursos necessários.

As competências da SPO são: (i) planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério; (ii) promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no item anterior, informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; (iii) desenvolver, no âmbito do Ministério, as atividades de acompanhamento e execução orçamentária, financeira e contábil; (iv) acompanhar, por meio de relatórios gerenciais, a execução orçamentária, financeira e contábil, encaminhando relatórios mensais ao Secretário-Executivo; (v) monitorar e promover a avaliação de demandas de recursos orçamentários, submetendo-as à aprovação do Secretário-Executivo; (vi) planejar e controlar as atividades relacionadas com o programa de dispêndios globais, subsidiando os processos de alocação e de gestão de recursos públicos e realimentando as atividades de planejamento e orçamento federais; (vii) supervisionar e monitorar a análise e a avaliação do comportamento das despesas programadas, propondo medidas necessárias para as correções das eventuais distorções identificadas; e (viii) promover estudos propondo medidas para aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária do Ministério.

Órgãos específicos singulares compõem o núcleo estratégico do setorial de transportes, desenvolvendo suas competências sob a supervisão técnica da Secretaria Executiva, são eles: a Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT, a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES e a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT.

À SPNT compete: (i) subsidiar a formulação da Política Nacional de Transportes, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes – CONIT, e monitorar e avaliar a sua execução; (ii) promover a articulação das políticas de transportes do Governo Federal com as diversas esferas de governo e setor privado, com vistas a compatibilizar políticas, aperfeiçoar os mecanismos de descentralização e otimizar alocação de recursos; (iii) orientar as agências reguladoras do setor de transportes para o cumprimento das diretrizes políticas do Ministério; (iv) desenvolver o planejamento estratégico do setor de transportes, abrangendo todos os subsetores e modais, consolidando o Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT, sistematizando e fortalecendo o processo de planejamento setorial; (v) estabelecer critérios e propor prioridades de investimentos em infraestrutura de transportes, considerando as particularidades regionais do País e o vetores logísticos da especialização do

território nacional preconizados no PNL; (vi) promover e coordenar a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los a decisão superior; (vii) promover e coordenar a produção e disseminação de dados e informações técnicas necessárias ao planejamento da Política Nacional de Transportes, em articulação com os órgãos vinculados ao Ministério; (viii) supervisionar, orientar e monitorar, junto aos órgãos vinculados ao Ministério, as ações e projetos necessários ao cumprimento da Política Nacional de Transportes; (ix) formular as diretrizes da política para prestação de serviços de transportes; (x) fomentar a política de capacitação de recursos humanos para o planejamento de transportes; (xi) assessorar o Ministério nas questões internacionais afins; (xii) assessorar técnica e administrativamente o CONIT.

À SEGES compete: (i) coordenar e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Viação; (ii) monitorar e avaliar projetos e empreendimentos do Plano Plurianual de Investimentos – PPA do setor de transportes; (iii) disponibilizar informações que permitam avaliar o desempenho dos programas do PPA do setor transportes; (iv) avaliar o desempenho dos programas do PPA do setor transportes; e (v) coordenar sistemas de informações gerenciais visando manter o acompanhamento dos programas, projetos e ações do PPA do setor transportes.

À SFAT compete: (i) participar da elaboração e supervisionar a implantação das políticas e diretrizes para a captação de recursos para o setor de transportes; (ii) prospectar e desenvolver fontes de financiamento para o setor de transportes; (iii) coordenar, supervisionar e auxiliar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Financiamentos Internacionais no âmbito do Ministério; (iv) articular as políticas de fomento com as diferentes modalidades de investimento do setor de transportes; (v) participar da elaboração e supervisionar a implementação das políticas e diretrizes para o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval; (vi) participar da formulação da política de aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM; (vii) supervisionar a execução das receitas vinculadas ao FMM e dos financiamentos concedidos para o setor de transportes; (viii) implantar e supervisionar a política e diretrizes de concessão no setor de transportes; (ix) estabelecer as diretrizes para elaboração dos planos de outorga e propostas tarifárias; (x) avaliar os planos de outorgas e instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes para aprovação do Ministro; e (xi) coordenar e supervisionar as atividades inerentes a concessão, autorização e permissão de exploração da infraestrutura e de prestação de serviços de transportes.

#### ***1.4. Macroprocessos Finalísticos***

O Ministério dos Transportes tem como macroprocessos finalísticos a formulação coordenação e supervisão das políticas públicas nacionais para o setor de transportes nos modais ferroviários, rodoviários e aquaviário, a gestão dos empreendimentos, além do fomento na área de marinha mercante e instalações portuárias públicas de pequeno porte – IP4.

As atividades finalísticas do MT são desenvolvidas mediante a orientação de programas e planos por meio dos quais são definidas as ações do Governo Federal para atingir as metas estabelecidas.

No exercício de suas competências regimentais, a operacionalização dos macroprocessos finalísticos do MT é realizada por meio de suas secretarias finalísticas – SPNT, SEGES e SFAT, em conjunto com as entidades vinculadas à Pasta, compreendendo o DNIT, ANTT, VALEC, EPL e CODOMAR.

No decorrer do ano de 2013, com o apoio do consórcio Memora/CPqD, integrado pela empresa Memora Processos Inovadores Ltda. e Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, o Ministério dos Transportes definiu a sua Cadeia de

Valor, figura 04, tendo por base os macroprocessos definidos na cadeia de valor do Sistema Transportes, figura 03.

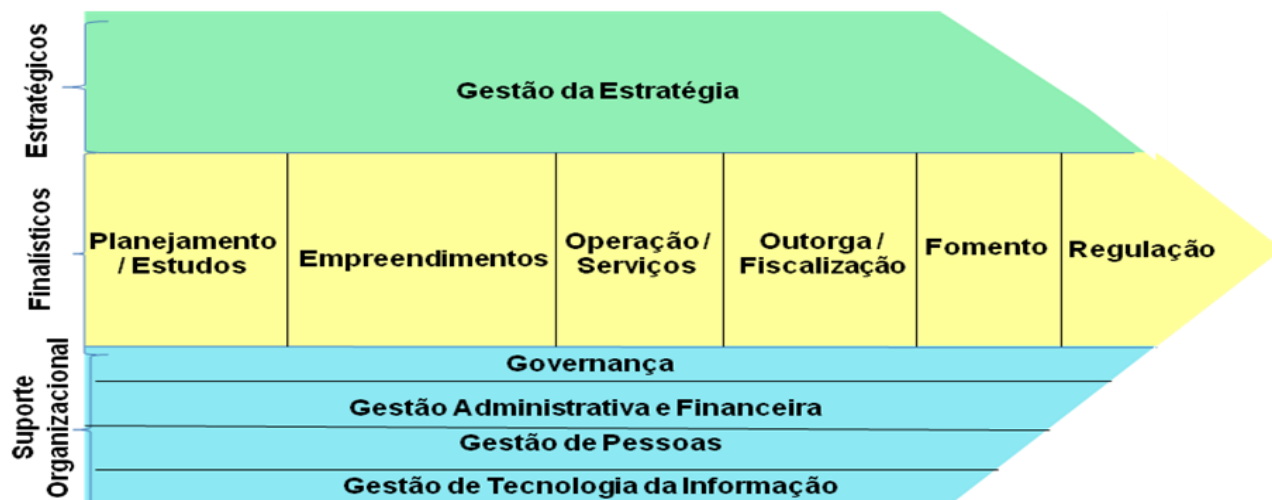


Figura 03 – Cadeia de Valor do Sistema Transportes

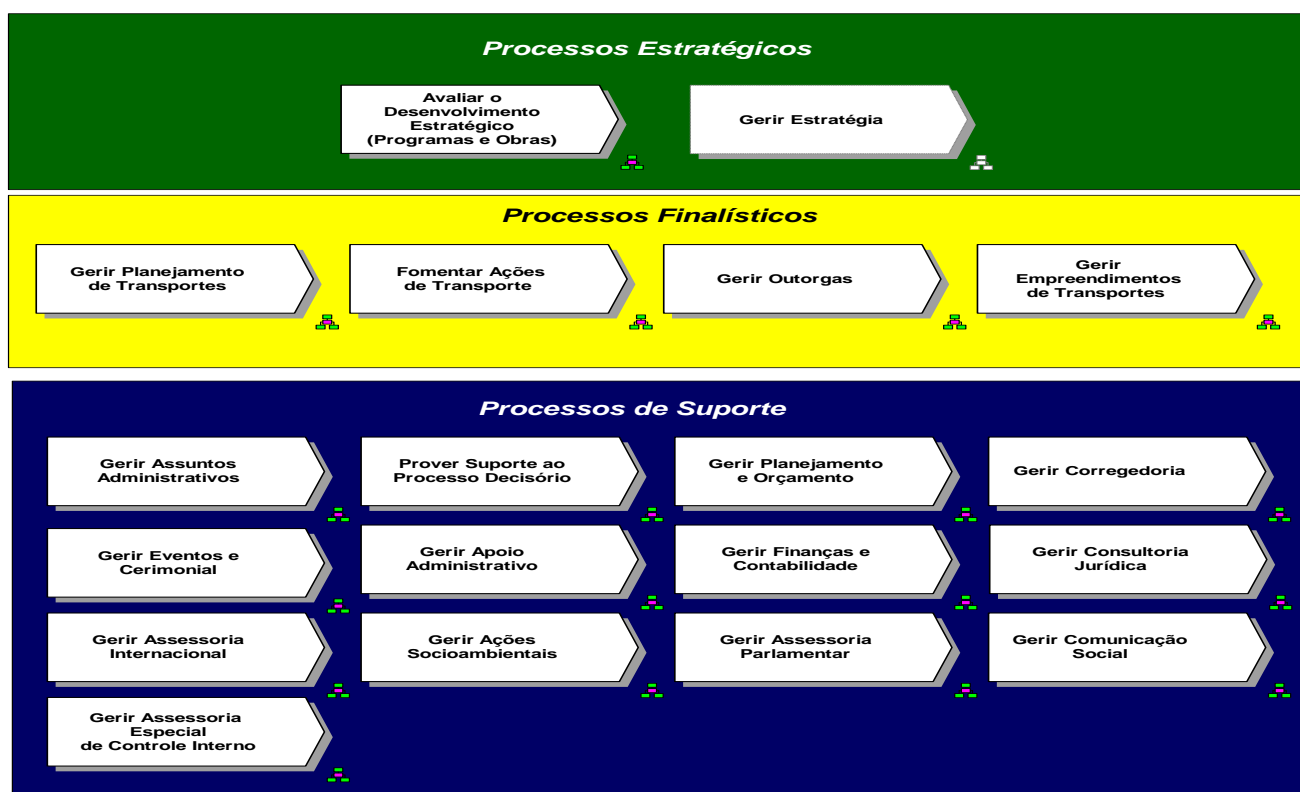


Figura 04 – Cadeia de Valor do Ministério dos Transportes

Abaixo, segue a correlação entre os macroprocessos da cadeia corporativa e os processos estratégicos e finalísticos da cadeia do Ministério dos Transportes:

Macroprocesso Cadeia de Valor Corporativa	Macroprocesso Cadeia de Valor do Ministério dos Transportes
Planejamento / Estudos	Gerir Planejamento de Transportes
Empreendimentos	Gerir Empreendimentos de Transportes
Outorga / Fiscalização	Acompanhar Empreendimentos Concedidos de Infraestrutura de Transportes
Fomento	Fomentar Ações de Transportes

Tabela III – Correlação entre os Macroprocessos da Cadeia Corporativa/Processos Estratégicos e Finalísticos da Cadeia do MT

No 2º semestre de 2013, o Consórcio Memora/CPqD, com o intuito de desenhar e melhorar os processos, refinou a cadeia de valor de cada macroprocesso finalístico, elaborada no início do ano, apresentando uma visão atual da instituição, em conformidade com a definição da estratégia da gestão da organização.

Nas figuras abaixo estão representadas graficamente os detalhamentos dos macroprocessos finalísticos:

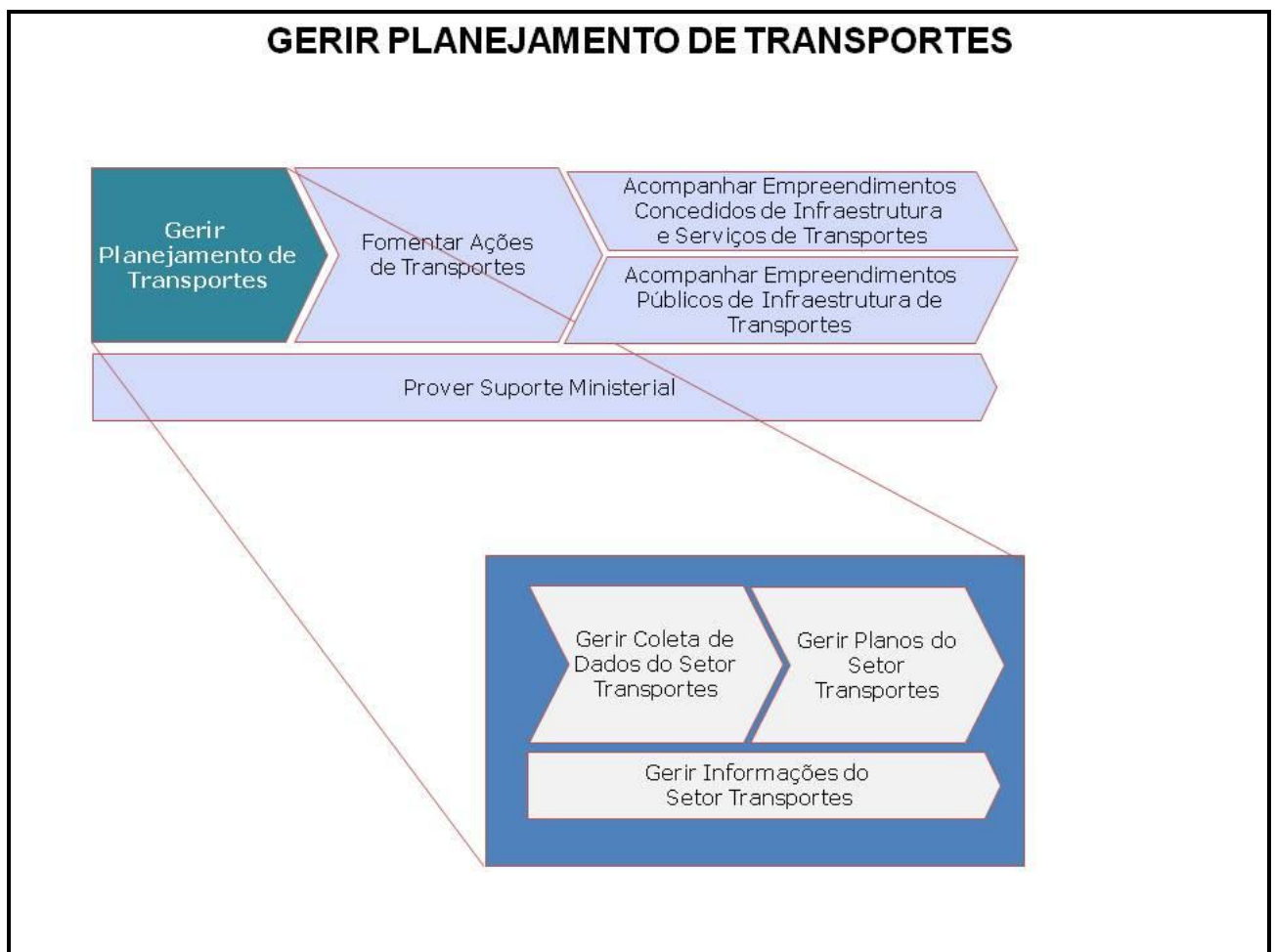


Figura 5 – Detalhamento do Macroprocessos - Gerir Planejamento de Transportes

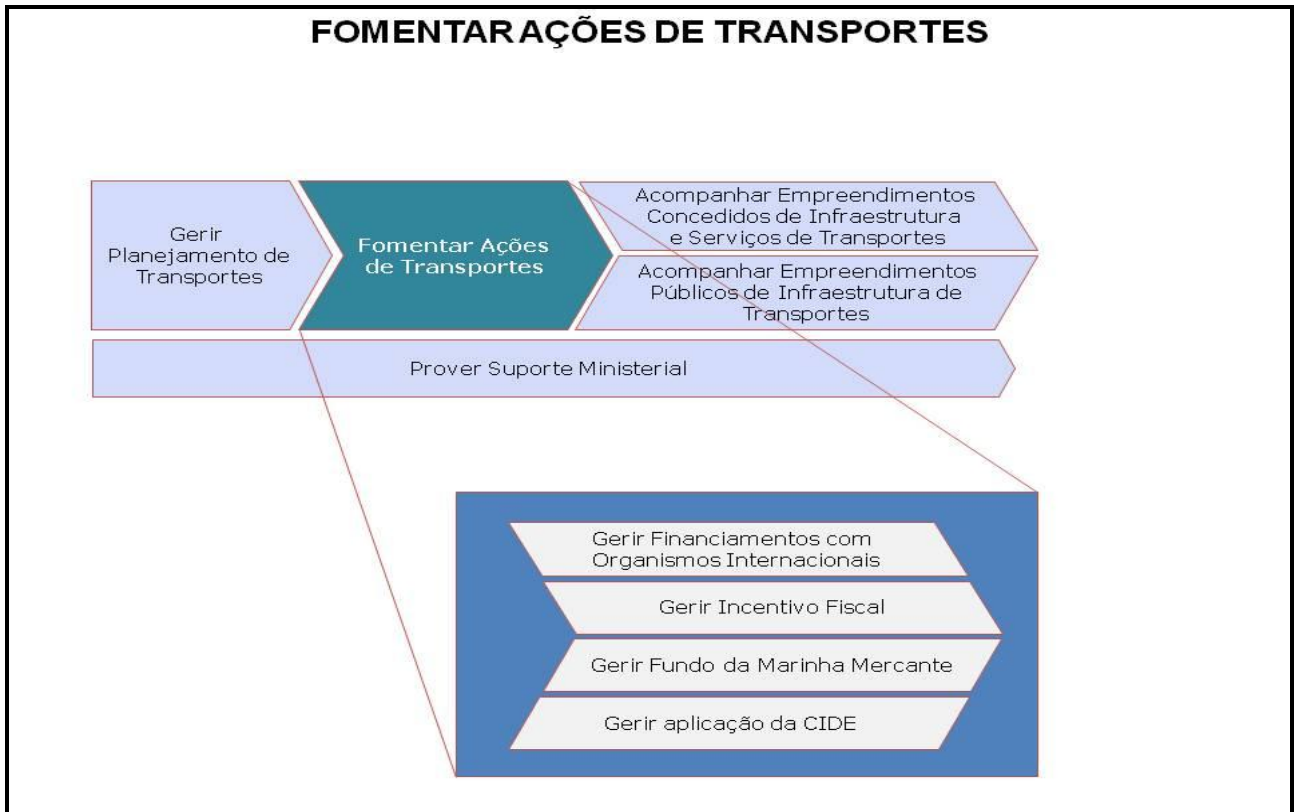


Figura 06 – Detalhamento do Macroprocesso - Fomentar Ações de Transportes

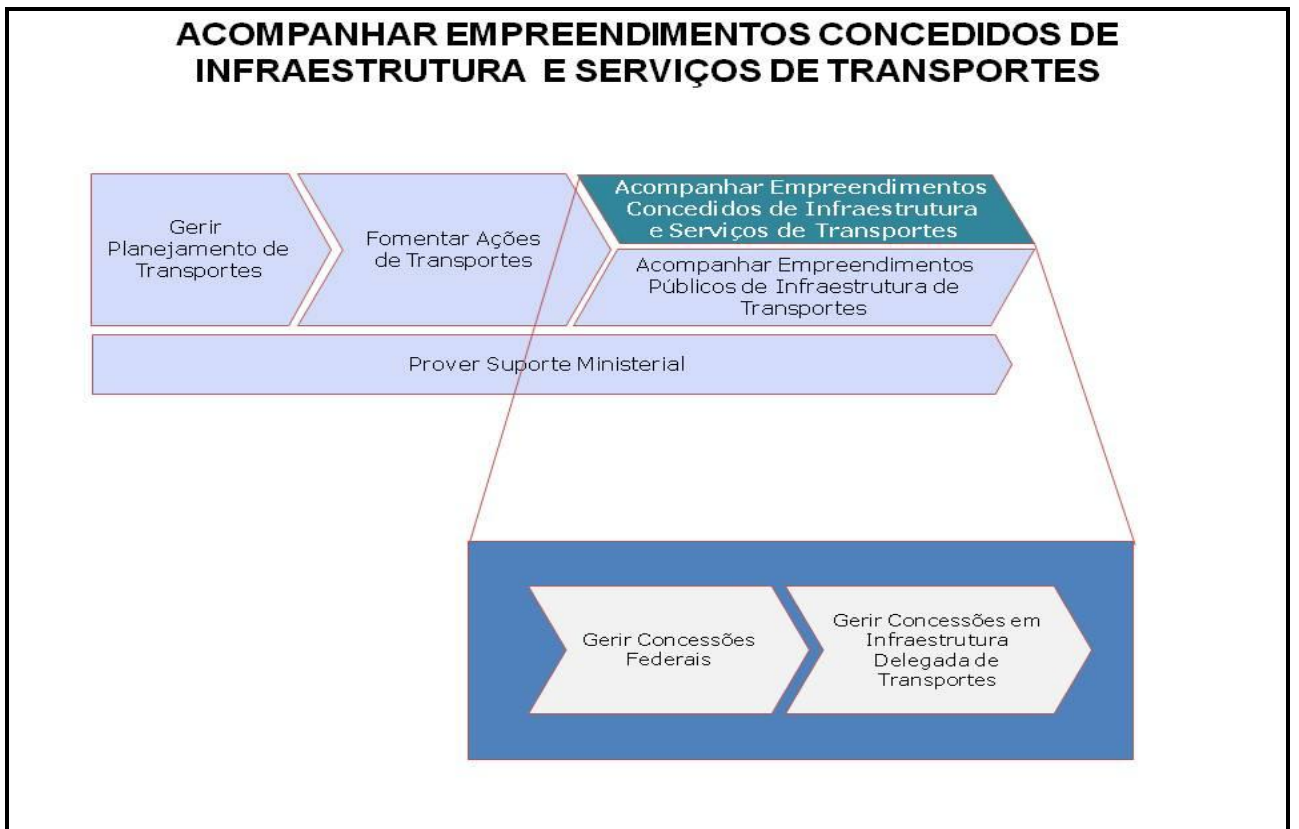


Figura 07 – Detalhamento do Macroprocesso - Acompanhar Empreendimentos Concedidos de Infraestrutrua e Serviços de Transportes



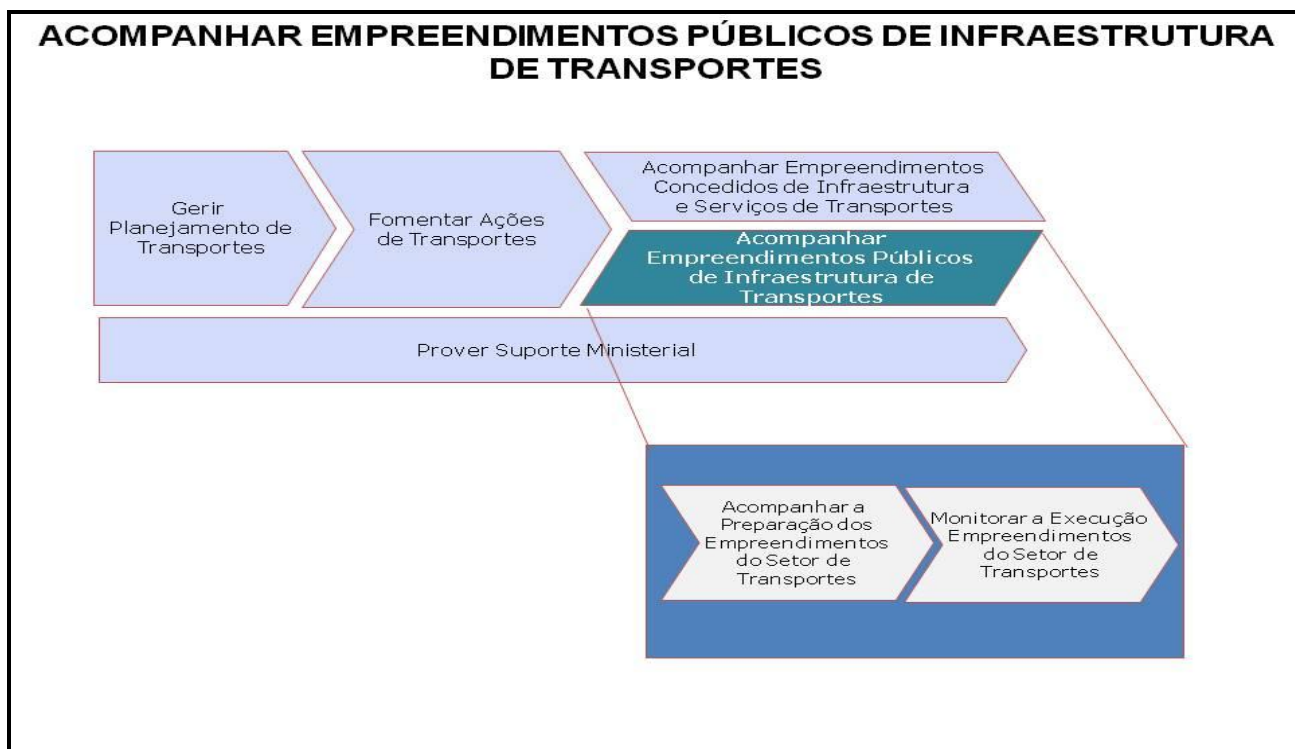


Figura 08 – Detalhamento do Macroprocesso - Acompanhar Empreendimentos Públicos de Transportes

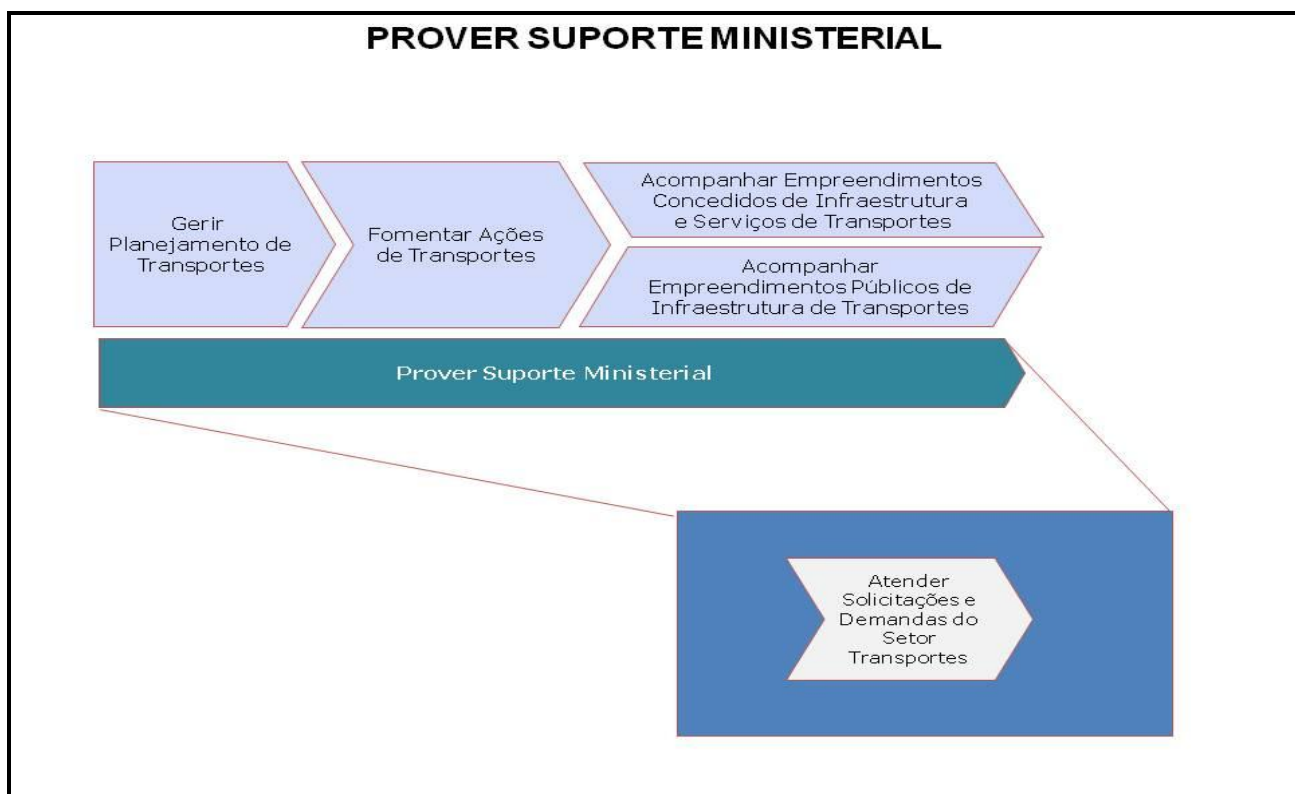


Figura 09 – Detalhamento do Macroprocesso - Prover Suporte Ministerial

## 1.5. Macroprocessos de Apoio

No decorrer do ano de 2013, o Consórcio CPqD apoiou o Ministério no detalhamento dos macroprocessos Administrar Passe Livre e Gestão de Pessoas, sendo que este último está em fase de redesenho dos processos.

Além destes dois macroprocessos, o Consórcio CPqD também elaborou o Plano de Estruturação do Escritório de Processos do MT, a ser implantado no decorrer de 2014.

### ***1.6. Principais Parceiros***

Parceiros internos: i) Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES; ii) Secretaria de Políticas Nacional dos Transportes – SPNT; iii) Secretaria de Fomento para Ações de Transportes; iv) Subsecretaria de Assuntos Administrativos; Gabinete do Ministro; v) Consultoria Jurídica; vi) Corregedoria; e vii) Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

Parceiros externos: i) Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; ii) Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; iii) Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; iv) Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. – VALEC; v) Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL; vi) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; vii) Ministério da Fazenda – MF; viii) Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA; ix) Casa Civil da Presidência da República - CV; x) Secretaria Especial de Portos – SEP; xi) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; xii) Universidade Federal da Bahia – UFBA; xiii) Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; xiv) Universidade Federal Fluminense – UFF; xv) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; e xvi) Consórcio Arcadis/Logos.

## 2. Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados

### 2.1. Planejamento da unidade

Diante da necessidade de modernização da gestão do Ministério, o Senhor Secretário-Executivo deu início, em maio de 2012, à implantação do Programa Modernizando a Gestão Pública – PMGP. Posteriormente, foi designado o Secretário de Política Nacional de Transportes - SPNT, por meio da Portaria SE/MT n°. 262, de 28 de junho de 2013, para coordenar e conduzir o referido Programa.

Com a implantação do PMGP, o Ministério dos Transportes firmou Acordo de Cooperação Técnica com o Movimento Brasil Competitivo – MBC. Foi, então, elaborado o Planejamento Estratégico Institucional do Sistema Transportes, oficializado por meio da Portaria/GM/MT n° 159, de 26 de setembro de 2013, abrangendo o período 2013-2015.

De acordo com a metodologia adotada (Balance Scorecard – BSC), foi desenvolvido o Mapa Estratégico do Sistema Transporte (*Figura 1*), que contou com ampla participação de lideranças do MT e suas vinculadas, contendo objetivos estratégicos para os temas Planejamento, Ampliação e Qualificação, Operação e Serviços, Fomento, Regulação, Gestão, Pessoas e Governança.

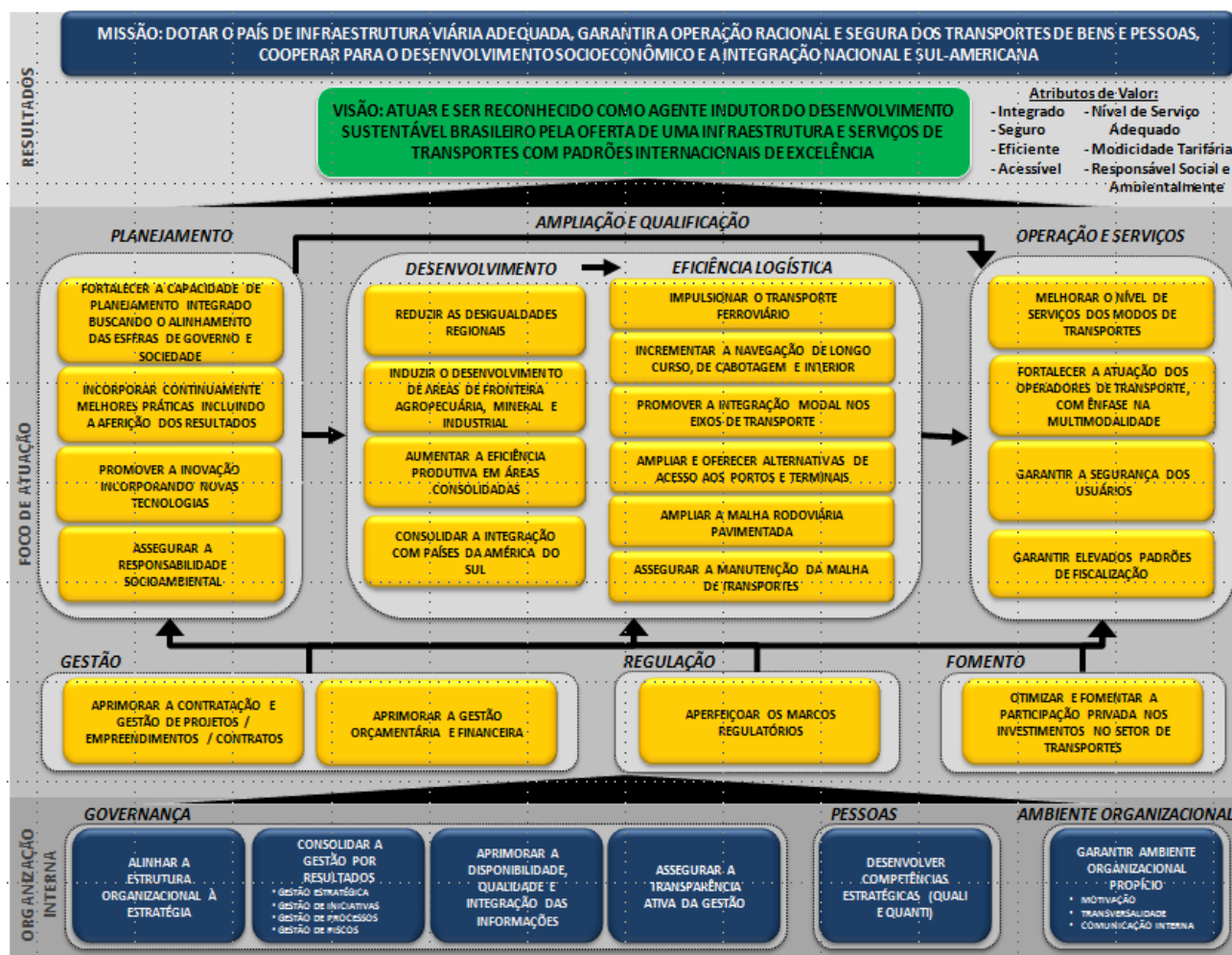


Figura 10 – Mapa Estratégico do Sistema de Transportes

Foram utilizados como insumos os objetivos do PPA, PNLT e do PAC, bem como entrevistas com os dirigentes do Setor Transportes sobre os principais desafios do sistema transportes para o período.

Em seguida, foi proposto o desdobramento dessa estratégia para as unidades vinculadas (DNIT, VALEC, ANTT e EPL) e para as secretarias finalísticas do Ministério.

Embora a participação da CODOMAR no processo venha sendo subsidiária, o MT estuda acentuá-la a partir de reestruturação, visando reconfigurar a CODOMAR como uma nova empresa, que de fato concentre as competências relativas à gestão e ao desenvolvimento do modal hidroviário.

Para DNIT, VALEC, ANTT e EPL, esse desdobramento contempla a construção de Mapas Estratégicos específicos, compostos por objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas, todos alinhados ao Mapa Estratégico do Sistema Transportes, este convencionado como a reunião das unidades internas do Ministério dos Transportes e suas Entidades Vinculadas.

Para as secretarias finalísticas do MT, foram construídos *Painéis de Contribuição*, que consolidam a participação de cada uma delas na estratégia do Sistema Transportes e explicitam objetivos de contribuição, indicadores e metas para esses objetivos e iniciativas para apoiar o alcance das metas estabelecidas.

Em agosto de 2013, foi assinado novo Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério dos Transportes e o Movimento Brasil Competitivo (MBC), com o objetivo de viabilizar os processos de gestão da estratégia e estruturação do Escritório de Iniciativas Estratégicas, de forma a assegurar a execução efetiva da estratégia.

A Fase II do Programa Modernizando a Gestão Pública-PMGP no MT se traduz em uma agenda de gestão para viabilizar a execução do planejamento pelo Ministério dos Transportes e pelas suas Entidades Vinculadas, para o período de 2013-2015.

A equipe do PMGP-MT desenvolveu um Plano de Trabalho para execução do planejamento estratégico. Desse plano, ressaltam-se as seguintes ações:

- Publicação no D.O.U da Portaria nº159, de 26 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico no âmbito do Ministério dos Transportes e suas Entidades Vinculadas;
- Priorização de indicadores e iniciativas estratégicas, constantes dos Mapas Estratégicos das Entidades Vinculadas (DNIT, VALEC, ANTT e EPL), que serão acompanhados rotineiramente pelo Ministério dos Transportes desde outubro/2013;
- Priorização de indicadores e iniciativas estratégicas, constantes dos Painéis de Contribuição das Secretarias internas do Ministério dos Transportes, que serão rotineiramente acompanhados a partir de outubro/2013;
- Elaboração de plano para estruturação dos demais indicadores constantes dos Mapas Estratégicos das Entidades Vinculadas (DNIT, VALEC, ANTT e EPL) e dos Painéis de Contribuição das Secretarias do MT. A execução desse plano está sendo acompanhada mensalmente, desde de janeiro de 2014, e sua implantação completa deverá ser realizada até o final de 2015;

- Reuniões mensais de Acompanhamento da Estratégia-RAEs: reuniões entre o Ministro dos Transportes, secretários do MT e dirigentes máximos das Entidades Vinculadas (DNIT, VALEC, ANTT e EPL) para acompanhamento das iniciativas estratégicas e dos indicadores priorizados e debate de temas do Mapa Estratégico do Sistema Transportes;
- Reuniões semestrais de Acompanhamento da Estratégia: reuniões entre o Ministro dos Transportes, secretários do MT e dirigentes máximos das Entidades Vinculadas (DNIT, VALEC, ANTT e EPL) para análise completa do Mapa Estratégico do Sistema Transportes, objetivando a análise integrada dos indicadores de desempenho e o impacto das iniciativas no alcance dos objetivos estratégicos definidos.

Ao adotar essa agenda de gestão o Ministério dos Transportes procura viabilizar a execução do Planejamento Estratégico em suas unidades internas e nas entidades vinculadas.

Os indicadores, metas e iniciativas estratégicas estabelecidas no âmbito do MT e vinculadas, são acompanhados periodicamente, por meio das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAE), requeridas pelo Ministro dos Transportes. Esse fórum é a oportunidade para que ajustes sejam feitos e outras medidas necessárias sejam tomadas para a melhoria do desempenho proposto pelo planejamento estratégico institucional, promovidos e operacionalizados pelas unidades internas e vinculadas ao MT.

Nos meses de outubro e novembro de 2013 aconteceram as primeiras RAE's (Reuniões de Acompanhamento da Estratégia) quando o Sr. Ministro e os demais dirigentes discutiram a evolução das iniciativas e indicadores definidos no Planejamento Estratégico. Ao adotar essa agenda de gestão, o Ministério dos Transportes procura viabilizar a execução do Planejamento Estratégico no âmbito de suas unidades internas e nas entidades vinculadas.

Nesse cenário, os objetivos e as ações das unidades vinculadas e das unidades internas do MT estão progressivamente se alinhando aos objetivos organizacionais, criando sinergia no alcance dos resultados planejados.

Em relação à definição de indicadores de programas e ações do governo da área de transportes, segue as seguintes considerações:

- Os indicadores desenvolvidos pelo Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes – CEFTRU, da Universidade de Brasília, bem como os indicadores desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, constituído por meio da Portaria nº 389 de 15 de dezembro de 2011, do Ministério dos Transportes, foram enviados para a equipe à frente do Programa Modernizando a Gestão Pública no Ministério dos Transportes – PMGP/MT para análise.
- A equipe do PMGP/MT está verificando a compatibilização desses indicadores e sua representatividade sob o enfoque do Mapa Estratégico. O trabalho de análise engloba a verificação dos indicadores do Mapa do Sistema Transportes em comparação aos do CEFTRU e os do Grupo de Trabalho, e desses com os Mapas Estratégicos das Entidades Vinculadas e Painéis de Contribuição das secretarias do MT. Também está sendo avaliada a facilidade de operacionalização e medição desses indicadores. Esse trabalho de análise contribuirá para o processo de aperfeiçoamento contínuo dos indicadores.

Convém ressaltar que o planejamento estratégico é um processo dinâmico e, por isso, os indicadores deverão sempre ser avaliados e, se necessário, aprimorados ou revistos, para melhor expressar os resultados a serem alcançados.

Os principais objetivos estratégicos do Ministério dos Transportes se alinham com a política pública atual para o setor transporte, que está fundamentada no resgate do planejamento e no fortalecimento da capacidade de gestão para atender a demanda por transportes imposta pelo crescimento econômico nacional e internacional. Dessa forma, o Ministério dos Transportes busca alcançar um novo patamar de investimentos em transportes por meio de aportes de capital público e do setor privado que visa ações no sentido de:

- Estruturar corredores para escoamento da produção;
- Estimular a participação dos modos hidroviário e ferroviário, com maior utilização da intermodalidade;
- Reduzir os níveis de ineficiência quanto a custos, tempo de viagens e segurança;
- Consolidar a integração territorial do Brasil e sua interligação com os países limítrofes, fortalecendo a integração da América do Sul.

O Governo continua investindo para proporcionar uma infraestrutura de transporte rodoviário de melhor qualidade para o usuário. Atualmente, estão em execução contratos de manutenção em 52.235,8 km da malha rodoviária federal pavimentada.

Em 2013, foi consolidado o Programa BR-Legal - Segurança e Sinalização que consiste em implantar e manter a sinalização horizontal, vertical e suspensa, dispositivos auxiliares de segurança viária e serviços relacionados à área de engenharia de trânsito. O referido programa substituiu os Programas PROSINAL e PRODEFENSAS, inovando com contratos de manutenção por desempenho. As empresas que atuam no BR-Legal têm contratos com vigência de cinco anos e desempenho constantemente avaliado para que padrões de excelência sejam alcançados.

Como estratégia para aumentar a participação do modal hidroviário, foi concluído o Plano Hidroviário Estratégico (PHE). O plano contempla propostas de caráter institucional e intervenções em infraestrutura. Este plano inclui as seguintes hidrovias, que apresentam fluxo de carga igual ou superior a 50 mil toneladas anuais: Solimões/Amazonas, Negro, Madeira, Tapajós, Tocantins, São Francisco, Paraguai, Tietê/Paraná e Hidrovias do Sul.

Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos programas de concessão no âmbito do Programa de Investimentos em Logística (PIL), o patamar de investimentos está sendo ampliado com participação do setor privado.

Projeção de riscos:

- Dificuldades técnicas na caracterização dos Centros de Integração Logística - CILs, em face de suas peculiaridades funcionais, cujas estruturas deverão atender objetivos relacionados com a natureza da intermodalidade projetada;
- A atual legislação tributária pode dificultar a redução do custo final nos serviços disponíveis no CIL, quanto à transferência de cargas entre modos de transporte;
- O modelo de negócio deverá promover a livre movimentação das cargas, sem restrição de volume, assim como o desenvolvimento social nas regiões carentes;
- O poder do monopólio na operação do CIL.

## 2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

### 2.2.1. Programa Temático

QUADRO A.2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo					
<b>Código Programa</b>	2072				
<b>Título</b>	Transporte Ferroviário				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final 2012	c) Dotação Posição final 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	9.408.292.000,00	3.173.401.000,00	1.987.517.000,00	4.247.374.000,00	
Orçamento de Investimentos - OI	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Fontes	24.027.795.000,00	6.142.037.000,00	5.149.208.000,00	12.736.550.000,00	
<b>Total</b>	<b>33.436.087.000,00</b>	<b>9.315.438.000,00</b>	<b>7.136.725.000,00</b>	<b>16.983.924.000,00</b>	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
2.372.933.311,91	1.615.177.290,01	1.411.885.223,67	1.249.038,00	1.044.134.955,52	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	1.044.134.955,52	840.853.591,17	837.739.694,76	9.886.932,22	193.394.432,13
Processados	1.249.038,00	0,00	1.249.038,00	0,00	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
<b>Dotação OFSS</b>	2.878.260.099,00	<b>Dotação OI</b>	0,00	<b>Outras Fontes</b>	0,00

Identificação do Programa de Governo					
<b>Código Programa</b>	2073				
<b>Título</b>	Transporte Hidroviário				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
<b>Esfera</b>	<b>a) Global PPA 2012-2015</b>	<b>b) Dotação Posição final 2012</b>	<b>c) Dotação Posição final 2013</b>	<b>d) Remanescente (a-b-c)</b>	
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	1.879.677.000,00	640.897.000,00	394.890.000,00	843.890.000,00	
Orçamento de Investimentos – OI	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Fontes	510.700.000,00	120.600.000,00	132.600.000,00	257.500.000,00	
Total	2.390.377.000,00	761.497.000,00	527.490.000,00	1.101.390.000,00	
<b>Fonte:</b> www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2014/140205_Anexo%20I.pdf (21.02.2014)					
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
<b>e) Despesa Empenhada</b>	<b>f) Despesa Liquidada</b>	<b>g) Despesa Paga</b>	<b>h) Restos a Pagar (inscrição 2013)</b>		<b>i) Despesa Realizada</b>
			<b>h.1) Processados</b>	<b>h.2) Não Processados</b>	
235.081.900,93	72.878.446,49	72.821.759,07	0,00	118.772.681,40	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
<b>Tipo</b>	<b>j) Posição em 1/01/2013</b>	<b>k) Valor Liquidado</b>	<b>l) Valor Pago</b>	<b>m) Valor Cancelado</b>	<b>n) Valor a Pagar</b>
Não processados	118.772.681,40	35.994.487,99	35.292.192,65	922,50	82.777.270,91
Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
<b>Dotação OFSS</b>	295.251.000,00	<b>Dotação OI</b>	0,00	<b>Outras Fontes</b>	0,00

Identificação do Programa de Governo					
<b>Código Programa</b>	2075				
<b>Título</b>	Transporte Rodoviário				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					



Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final 2012	c) Dotação Posição final 2013	d) Remanescente (a-b-c)
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	61.838.415.000,00	18.908.410.000,00	13.684.942.000,00	29.245.063.000,00
Orçamento de Investimentos – OI	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Fontes	6.244.008.000,00	3.444.638.000,00	1.549.039.000,00	1.250.331.000,00
Total	68.082.423.000,00	22.353.048.000,00	15.233.981.000,00	30.495.394.000,00

Fonte: [www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2014/140205\\_Anexo%20I.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2014/140205_Anexo%20I.pdf)

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2013)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
11.229.648.090,93	3.358.763.906,71	3.057.377.541,52	29.128.150,75	7.925.211.768,00	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2013	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	7.925.211.768,00	5.008.468.864,50	4.931.946.661,13	493.288.270,32	2.423.454.633,18
Processados	29.128.150,75	0,00	29.128.150,75	0,00	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	12.439.681.394,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	0,00

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2055			
Título	Desenvolvimento Produtivo			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final 2012	c) Dotação Posição final 2013	d) Remanescente (a-b-c)
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	25.438.654.000,00	7.929.941.000,00	5.581.311.000,00	11.927.402.000,00
Orçamento de Investimentos – OI	24.582.151.000,00	3.497.267.000,00	6.721.299.000,00	14.363.585.000,00
Outras Fontes	51.718.737.000,00	12.589.684.000,00	12.605.168.000,00	26.523.885.000,00

Total		101.739.542.000,00	24.016.892.000,00	24.907.778.000,00	52.814.872.000,00
<b>Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013</b>					(em R\$ 1,00)
<b>Lei Orçamentária 2013</b>					
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>					<b>Orçamento de Investimento</b>
<b>e)Despesa Empenhada</b>	<b>f)Despesa Liquidada</b>	<b>g)Despesa Paga</b>	<b>h)Restos a Pagar (inscrição 2013)</b>		<b>i)Despesa Realizada</b>
			<b>h.1)Processados</b>	<b>h.2) Não Processados</b>	
3.773.171.455,11	3.773.171.455,11	3.769.359.122,39	6.574.208,00	473.639,22	0,00
<b>Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Tipo</b>	<b>j)Posição em 1/01/2013</b>	<b>k)Valor Liquidado</b>	<b>l)Valor Pago</b>	<b>m)Valor Cancelado</b>	<b>n)Valor a Pagar</b>
Não processados	473.639,22	473.639,22	473.639,22	0,00	0,00
Processados	6.574.208,00	0,00	6.574.208,00	0,00	0,00
<b>Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013</b>					
<b>Dotação OFSS</b>	4.284.995.542,00	<b>Dotação OI</b>	0,00	<b>Outras Fontes</b>	0,00

### 2.2.1.1. Análise Situacional

Dentre os programas transporte que compõem o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, Lei nº 12.593/12, regulamentado pelo Decreto nº 7.866/12 e Portaria/MP nº 16, de 31 de janeiro de 2013, destacam-se os referentes a concessões e fiscalizações rodoviárias e ferroviárias, bem como ao programa de transporte hidroviário, analisados a seguir:

#### ➤ Programa 2075 – Transporte Rodoviário.

Em meados dos anos 90, o Brasil iniciou o programa de concessões de rodovias federais com o objetivo de oferecer vias de transporte capazes de prestar serviço de melhor qualidade aos usuários. Desse modo, houve a transferência da gestão de parte da malha rodoviária à iniciativa privada como forma alternativa de investimentos.

O programa de concessão rodoviário está estruturado em três etapas. A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais é composta por seis trechos, perfazendo uma extensão total de 1.482,4 km.

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em sua Fase I, abrangeu 2.600,8 km, englobando sete trechos rodoviários. Já a Fase II compreendeu a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

Para as concessões da Segunda Etapa foram firmados em 2013 oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) (Autopista Planalto Sul, Autopista Litoral Sul, Autopista Regis Bitencourt, Autopista Fernão Dias, Rodovia do Aço, Autopista Fluminense, Transbrasiliana e ViaBahia) para execução das obras com cronogramas em atraso.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, também integrante do PAC, está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km.

Em agosto de 2012 foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL) que passou a contemplar nove trechos referentes às Fases I e III da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. Ressalta-se que o trecho contemplado na Fase II teve o seu leilão realizado em janeiro de 2012, portanto não fez parte do PIL.

As principais características do PIL envolvem investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de arte), realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, tráfego urbano não pedágio e início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER).

As empresas concessionárias de rodovias federais devem cumprir uma gama de obrigações previstas nos contratos de concessão e nos PER, bem como devem orientar esforços para atingir parâmetros pré-estabelecidos de desempenho para os elementos físicos e operacionais. Com base nesses parâmetros são obrigatórias intervenções ao longo de todo o período de concessão, tais como: recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento e melhoramentos.

#### ➤ Programa 2072 – Transporte Ferroviário.

Com a atualização do PPA 2012-2015, em 2013 foi criado o Objetivo 1002, que contempla as atividades referentes às concessões ferroviárias. É importante destacar que o Objetivo foi elaborado a partir da instituição do Programa de Investimentos em Logística (PIL), que contempla um novo modelo de concessão ferroviária.

Na década de 90, em busca de alternativas para aumentar a oferta e a melhoria dos serviços no setor, o Governo Federal decidiu pela concessão das operações ferroviárias. Por meio do Decreto nº 473, de 9 de março de 1992, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) a transferência à iniciativa privada da operação da malha ferroviária pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período.

O PND, no que se refere ao modal ferroviário, teve como objetivos básicos a desoneração do Estado, a melhoria da alocação de recursos, o aumento da eficiência operacional, o fomento ao desenvolvimento do mercado de transportes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Para o acompanhamento da evolução do setor são considerados quatro parâmetros: o desempenho operacional, o desempenho econômico-financeiro, as metas contratuais de produção e a redução dos acidentes.

Em agosto de 2012, foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL), que contemplou um novo modelo de concessão para o setor ferroviário.

O novo modelo de concessão ferroviária, denominado horizontal, integra as ações do PIL e objetiva garantir livre acesso de transportadores aos trilhos para promover a competitividade, com esperada queda de preço no transporte de cargas no País.

Constitui-se de um modelo que visa separar as atividades de gestão de infraestrutura (manutenção de via e licenciamento de trens) das operações de transporte (operação dos trens), diferentemente do modelo vertical, em que a empresa responsável pela concessão controla a

infraestrutura, a operação e a comercialização dos serviços de transporte ferroviário na sua área de atuação.

O Governo Federal será peça importante do novo modelo, tendo a função de gerir e planejar a alocação da capacidade de transporte das ferrovias. Por meio da celebração de contratos com as concessionárias, adquirirá 100% da capacidade operacional da ferrovia, como forma de assumir o risco de demanda. Posteriormente, venderá essa capacidade a operadores independentes, aos quais serão outorgadas autorizações para o transporte de cargas, desvinculados da exploração da infraestrutura ferroviária, com base em critérios objetivos, transparentes e isonômicos.

Para implantar o novo modelo de concessões, um conjunto de ações foram estabelecidas. Estas ações envolvem aperfeiçoamentos da legislação vigente, expedição de decretos presidenciais e de resoluções regulatórias.

O processo se iniciou com a expedição de resoluções regulatórias, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 2011, com o objetivo de estabelecer o marco regulatório para que as antigas concessões, denominadas de verticais, possam conviver com as concessões horizontais, em regime de operação integrada do Subsistema Ferroviário Federal (SFF), parte integrante do Sistema Nacional de Viação (SNV).

Dessa forma, destaca-se: Resolução nº 3.694, a qual aprova o regulamento dos usuários de serviço de transporte ferroviário de cargas; Resolução nº 3.695, a qual aprova o Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo e Resolução nº 3.696, a qual aprova o regulamento para a pactuação de metas de produção por trecho e acidentes das concessionárias ferroviárias.

Posteriormente, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, foi alterada pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, de forma a possibilitar a outorga, sob a modalidade de autorização, dos serviços de transporte ferroviário de cargas não associado à exploração de infraestrutura ferroviária, por operador ferroviário independente.

Com a publicação do Decreto nº 8.134/2013 houve a reestruturação da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa do Governo Federal que irá gerenciar a capacidade da malha ferroviária concedida.

Para viabilizar a implantação do novo modelo será necessária a edição de novos regulamentos que deverão abordar regras de segurança para a circulação de trens, padronização dos sistemas de sinalização e comunicações ferroviárias e a atuação do operador ferroviário independente.

#### ➤ Programa 2073 – Transporte Hidroviário.

O incremento da participação do modal hidroviário é importante para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros e o fortalecimento econômico nacional por ser o referido modal mais econômico e limpo.

Esse Programa Temático 2073 abrange alguns objetivos, entre eles destacam-se o Objetivo 0234 - Fortalecimento dos corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade e o Objetivo 0283 – Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transportes hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Em 2013, dentro do Programa Temático 2073, foram executadas ações pontuais para garantir a manutenção da navegabilidade em mais de seis mil km de hidrovias federais, além de investimentos em 800 km de extensão de hidrovias estaduais. Dentre essas ações destacam-se: sinalização, balizamentos, destocamento, dragagem, batimetrias e elaboração de cartas náuticas.

Concomitantemente, estão sendo realizados sete estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental dos principais corredores hidroviários nacionais (Madeira-Mamoré-Guaporé; Amazonas; Paraná – Tietê; Tapajós-Teles Pires-Juruena; Brasil - Uruguai; Parnaíba-São Francisco) e, em outros dois corredores hidroviários os estudos de viabilidade estão em vias de contratação (Paraguai-Tocantins-Aruaguaia).

Foram realizadas ainda, em 2013, ações de sinalização, balizamentos e dragagem no rio Paraguai; manutenção de sinalização no rio Paraná; dragagem no rio Madeira; dragagem e sinalização no rio São Francisco e dragagem no rio Taquari.

## 2.2.2. Objetivo

**Quadro A.2.2.2 – OBJETIVO**

Identificação do Objetivo						
Descrição	Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes					
Código	0129	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Realizar a manutenção de 13.462,2 km de rodovias federais não pavimentadas	Km	13.462,20	3.969,90	16.509,70	122,64
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro-Oeste	Km	1.487,00	453,90	1.776,10	119,44
2	Região Nordeste	Km	2.375,20	579,10	2.963,20	124,76
3	Região Norte	Km	7.728,30	2.755,80	10.137,30	131,17
4	Região Sudeste	Km	1.315,60	85,10	1.073,80	81,62
5	Região Sul	Km	556,10	96,00	559,30	100,58
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)

2	Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas de forma permanente	Km	52.950,60	52.347,80	105.728,50	199,67
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Região Centro-Oeste	Km	10.673,30	10.821,50	21.062,50	197,34
2	Região Nordeste	Km	18.439,30	17.196,00	35.305,00	191,47
3	Região Norte	Km	7.518,00	7.878,80	15.604,40	207,56
4	Região Sudeste	Km	9.495,50	9.732,60	20.123,60	211,93
5	Região Sul	Km	6.824,50	6.719,00	13.633,00	199,77

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
3	Recuperar, adequar e reforçar 502 estruturas (pontes e viadutos) em estado crítico	Estruturas	502,00	0,00	126,00	25,10
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Região Centro-Oeste	Km	78,00	0,00	23,00	29,49
2	Região Nordeste	Km	241,00	0,00	52,00	21,58
3	Região Norte	Km	18,00	0,00	5,00	27,78
4	Região Sudeste	Km	67,00	0,00	18,00	26,87
5	Região Sul	Km	98,00	0,00	28,00	28,57

Identificação do Objetivo						
<b>Descrição</b>	<b>Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, proporcionando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha</b>					
<b>Código</b>	<b>0130</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário			<b>Código</b>	2075	

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Conceder 8.044 km de rodovias	Km	8.044,00	2.089,00	2.089,00	25,97

	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Região Centro-Oeste	Km	3.458,00	602,00	602,00	17,41
2	Região Nordeste	Km	772,30	0,00	0,00	0,00
3	Região Norte	Km	368,90	0,00	0,00	0,00
4	Região Sudeste	Km	3.445,20	1.487,00	1.487,00	43,16

<b>Identificação do Objetivo</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego</b>					
<b>Código</b>	<b>0131</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário			<b>Código</b>	2075	

<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Adequar 5.103,7 km de rodovias federais	Km	5.103,70	344,40	672,60	13,18
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Amazônico	Km	362,20	46,00	46,00	12,70
2	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	26,30	15,00	15,00	57,03
3	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	1.024,80	52,00	201,50	19,66
4	Vetor Logístico Leste	Km	545,20	8,00	8,00	1,47
5	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	819,50	15,40	90,00	10,98
6	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	819,50	109,00	183,60	22,40
7	Vetor Logístico Sul	Km	819,50	99,00	128,50	15,68

<b>Identificação do Objetivo</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais</b>					
<b>Código</b>	<b>0132</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário			<b>Código</b>	2075	

<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Adequar 402,9 km de acesso portuário, por meio de rodovias federais	Km	402,90	69,70	92,92	23,06

	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	15,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	4,30	0,00	0,00	0,00
3	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	217,70	44,00	44,00	20,21
4	Vetor Logístico Sul	Km	165,90	4,70	26,00	15,67

<b>Identificação do Objeto</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais</b>					
<b>Código</b>	<b>0136</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário			<b>Código</b>	2075	

<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Construir 19 contornos ou anéis rodoviários	Unidade	19,00	2,00	4,00	21,05
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Centro-Oeste	Unidade	2,00	0,00	1,00	50,00
2	Vetor Logístico Nordeste	Unidade	6,00	1,00	1,00	16,67
3	Vetor Logístico Norte	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00
4	Vetor Logístico Sudeste	Unidade	6,00	1,00	1,00	16,67
5	Vetor Logístico Sul	Unidade	4,00	0,00	1,00	25,00

<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
2	Construir 20 travessias urbanas	Unidade	20,00	2,00	5,00	25,00



	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Região Centro-Oeste	Unidade	2,00	1,00	1,00	50,00
2	Região Nordeste	Unidade	6,00	0,00	0,00	0,00
3	Região Norte	Unidade	1,00	1,00	4,00	400,00
4	Região Sudeste	Unidade	6,00	0,00	0,00	0,00
5	Região Sul	Unidade	4,00	0,00	0,00	0,00

<b>Identificação do Objetivo</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica</b>					
<b>Código</b>	<b>0137</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário			<b>Código</b>	2075	

<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Construir 5.007,9 km de rodovias	Km	5.007,90	492,22	678,60	13,55
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Amazônico	Km	1.565,30	133,00	211,70	13,52
2	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	885,50	27,00	48,00	5,42
3	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	646,00	58,60	83,60	12,94
4	Vetor Logístico Leste	Km	245,30	21,00	21,00	8,56
5	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	573,50	56,32	60,80	10,60
6	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	404,30	142,00	199,20	49,27
7	Vetor Logístico Sul	Km	366,40	54,30	54,30	14,82

<b>Identificação do Objetivo</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região</b>					
<b>Código</b>	<b>0138</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			

<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário	<b>Código</b>	2075
-----------------	-----------------------	---------------	------

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
------------------------------------	--	--	--	--	--	--

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Construir 1.207,7 km de rodovias fronteiriças	Km	1.207,70	3,00	99,10	8,21
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Eixo Amazônico	Km	349,00	0,00	31,00	8,88
2	Eixo do Escudo-Goianês	Km	553,20	3,00	45,10	8,15
3	Eixo Peru-Brail-Bolívia	Km	305,50	0,00	23,00	7,53

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Construir 3 pontes internacionais	Unidade	3,00	3,00	1,00	33,33
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00
2	Eixo de Capricórnio	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00
3	Eixo do Escudo-Goianês	Unidade	1,00	0,00	1,00	100,00

Identificação do Objeto			
<b>Descrição</b>	Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional		
<b>Código</b>	0139	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário	<b>Código</b>	2075

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
------------------------------------	--	--	--	--	--	--

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Construir 1.816,2 km de rodovias	Km	1816,2	144	218,7	12,04
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Região Norte	Km	1816,2	144	218,7	12,04

Identificação do Objetivo			
<b>Descrição</b>	Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego		
<b>Código</b>	0140	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário	<b>Código</b>	2075

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Construir 11 pontes sobre travessias fluviais	Unidade	11,00	0,00	1,00	9,09
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Amazônico	Unidade	2,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Centro-Norte	Unidade	2,00	0,00	0,00	0,00
3	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Unidade	3,00	0,00	1,00	33,33
4	Vetor Logístico Leste	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00
5	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00
6	Vetor Logístico Sul	Unidade	2,00	0,00	0,00	0,00

Identificação do Objetivo			
<b>Descrição</b>	Propiciar maior segurança ao usuário e a conservar da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua		
<b>Código</b>	0280	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário	<b>Código</b>	2075

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Implantar e operar 220 equipamentos de medição de peso	Unidade	220,00	6,00	73,00	33,18
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>

1	Região Centro-Oeste	Unidade	41,00	0,00	10,00	24,39
2	Região Nordeste	Unidade	65,00	0,00	20,00	30,77
3	Região Norte	Unidade	13,00	6,00	11,00	84,62
4	Região Sudeste	Unidade	69,00	0,00	19,00	27,54
5	Região Sul	Unidade	32,00	0,00	13,00	40,63

#### METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Implantar e operar 2.696 equipamentos de controle de velocidade e fluxo	Unidade	2.696,00	521,00	1.481,00	54,93
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro-Oeste	Unidade	596,00	127,00	293,00	49,16
2	Região Nordeste	Unidade	788,00	200,00	465,00	59,01
3	Região Norte	Unidade	195,00	74,00	90,00	46,15
4	Região Sudeste	Unidade	715,00	57,00	407,00	56,92
5	Região Sul	Unidade	402,00	63,00	226,00	56,22

#### Identificação do Objeto

<b>Descrição</b>	Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal e transportes					
<b>Código</b>	<b>0281</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário			<b>Código</b>	2075	

#### METAS QUALITATIVAS

Sequencial	Descrição da Meta
1	Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade de trafegabilidade da malha rodoviária federal
2	Implantar o sistema gerencial único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizado

Identificação do Objetivo						
<b>Descrição</b>	Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes					
<b>Código</b>	0141	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Ferroviário			<b>Código</b>	2072	

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Expandir em 4.546 km a malha ferroviária no país	Km	4.546,00	384,00	1.278,00	28,11
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	855,00	40,00	251,00	29,36
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	941,00	144,00	602,00	63,97
3	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	1.022,00	200,00	200,00	19,57
4	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	1.728,00	0,00	225,00	13,02

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Realizar estudos de implantação de 9.513 km da malha ferroviária do país	Km	9.513,00	2.669,00	2.669,00	28,06
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Amazônico	Km	2.571,00	518,00	518,00	20,15
2	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	1.076,00	1.417,00	1.417,00	131,69
3	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	2.456,00	734,00	734,00	29,89
4	Vetor Logístico Nordeste Leste	Km	928,00	0,00	0,00	0,00
5	Vetor Logístico Nordeste Sul	Km	2.482,00	0,00	0,00	0,00

Identificação do Objetivo						
Descrição	Viabilizar trechos inoperantes ou subutilizados pro meio de conexões ferroviárias e acessos até regiões demandantes de cargas, tornando-os mais competitivos					
Código	0142	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Construção de 434 km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária existente	Km	434,00	54,00	54,00	12,44
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	30,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	217,80	54,00	54,00	24,79
3	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	186,20	0,00	0,00	0,00

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Elaborar estudos e projetos de 434 km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária	Km	434,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	30,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	217,80	54,00	0,00	0,00
3	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	186,20	0,00	0,00	0,00

Identificação do Objetivo						
Descrição	Promover a adequação e construção de variantes a acessos ferroviários aos portos					
Código	0143	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Construir 18 km de acessos a portos	Km	434,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	18,00	0,00	0,00	0,00

Identificação do Objetivo						
Descrição	Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento					
Código	0144	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Realizar estudos de implantação de 350 km de ferrovias para integração sulamericana	Km	350,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Sul	Km	350,00	0,00	0,00	0,00

Identificação do Objetivo						
Descrição	Fomentar o transporte ferroviário de passageiros					
Código	0145	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Realizar estudos e projetos para implantação de 511 km de trem de alta velocidade	Km	511,00	0,00	0,00	0,00

	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	307,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Leste	Km	204,00	0,00	0,00	0,00

<b>Identificação do Objetivo</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Conectar as Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) e as Áreas Relevante Interesse Minieral (ARIM) aos polos industriais e comerciais</b>					
<b>Código</b>	<b>0146</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Ferroviário			<b>Código</b>	2072	

<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Realizar estudos para implantação de 365 km de conexão ferroviária nas ARIM'S e ZPTM'S	Km	365,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	90,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Nordeste-Meridional	Km	200,00	0,00	0,00	0,00
3	Vetor Logístico Nordeste-Setentrional	Km	75,00	0,00	0,00	0,00

<b>Identificação do Objetivo</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais</b>					
<b>Código</b>	<b>0147</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Ferroviário			<b>Código</b>	2072	

<b>METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	11 projetos para construção de contornos e variantes ferroviárias	Unidade	11,00	2,00	9,00	81,82



METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Construir 7 contornos ferroviários	Unidade	7,00	2,00	2,00	28,57
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Unidade	2,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Leste	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00
3	Vetor Logístico Nordeste-Meridional	Unidade	2,00	2,00	2,00	100,00
4	Vetor Logístico Sul	Unidade	2,00	0,00	0,00	0,00

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Realizar 5 adequações ferroviárias em perímetro urbano	Unidade	5,00	1,00	1,00	20,00
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Região Sul	Unidade	1,00	1,00	1,00	100,00
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Unidade	3,00	0,00	0,00	0,00
3	Vetor Logístico Leste	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00

Identificação do Objetivo			
<b>Descrição</b>	Fomentar a adequação dos trechos ferroviários existente, os quais limitam a integração da malha e o crescimento da capacidade , por meio de alteração de bitola, mudança de geometria ou duplicação de linhas		
<b>Código</b>	<b>0148</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes
<b>Programa</b>	Transporte Ferroviário	<b>Código</b>	2072

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Adequar 150 km de trechos ferroviários	Km	150,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	150,00	0,00	0,00	0,00

Identificação do Objetivo						
<b>Descrição</b>	Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transportes multimodal , proporcionando uma redução no custo do frete					
<b>Código</b>	<b>0149</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Ferroviário			<b>Código</b>	2072	

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Construção de 9 integrações intermodal e intramodal	Unidade	9,00	2,00	2,00	22,22
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Unidade	2,00	2,00	2,00	100,00
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Unidade	5,00	0,00	0,00	0,00
3	Vetor Logístico Leste	Unidade	2,00	0,00	0,00	0,00

Identificação do Objetivo						
<b>Descrição</b>	Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência ao operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas					
<b>Código</b>	<b>0484</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Ferroviário			<b>Código</b>	2072	

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Realizar a manutenção permanente em 1.536 km de ferrovias federais	Km	1.536,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	855,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	681,00	0,00	0,00	0,00

Identificação do Objetivo			
<b>Descrição</b>	Ampliar a oferta da prestação de serviço aos usuários das ferrovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão		
<b>Código</b>	<b>1002</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes
<b>Programa</b>	Transportes Ferroviário	<b>Código</b>	2072

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Implantar novo modelo de concessão ferroviária

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Realizar estudos para concessão de 10.417 km em trechos ferroviários federais	Km	10.417,00	10.327,00	10.327,00	99,14
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	480,00	457,00	457,00	95,21
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	3.327,00	3.260,00	3.260,00	97,99
3	Vetor Logístico Leste	Km	3.959,00	3.959,00	3.959,00	100,00
4	Vetor Logístico Nordeste-Meridional	Km	1.101,00	1.101,00	1.101,00	100,00
5	Vetor Logístico Nordeste-Setentrional	Km	400,00	400,00	400,00	100,00
6	Vetor Logístico Sul	Km	1.150,00	1.150,00	1.150,00	100,00

Identificação do Objetivo			
<b>Descrição</b>	Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade		
<b>Código</b>	<b>0234</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes
<b>Programa</b>	Transporte Hidroviário	<b>Código</b>	2073

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Eliminar 2 pontos críticos em hidrovias	Unidade	2,00	0,00	0,00	0,00

	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00

**METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS**

<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
2	Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km	Km	9.785,00	6.019,00	6.019,00	61,51
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Amazônico	Km	4.534,00	1.086,00	1.086,00	23,95
2	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	500,00	500,00	500,00	100,00
3	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	2.608,00	2.246,00	2.246,00	86,12
4	Vetor Logístico Leste	Km	455,70	0,00	0,00	0,00
5	Vetor Logístico Nordeste-Meridional	Km	915,30	915,30	915,30	100,00
6	Vetor Logístico Sul	Km	772,00	317,00	317,00	41,06

**Identificação do Objetivo**

<b>Descrição</b>	Aumentar a integração hidroviária com os países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento					
<b>Código</b>	<b>0236</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes			
<b>Programa</b>	Transporte Hidroviário			<b>Código</b>	2073	

**METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS**

<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana	Unidade	2,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Eixo Hidrovia Paraguai- Paraná	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00
2	Eixo Mercosul-Chile	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00

Identificação do Objetivo			
<b>Descrição</b>	Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas		
<b>Código</b>	<b>0283</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes
<b>Programa</b>	Transporte Hidroviário	<b>Código</b>	2073

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Definir classes de hidrovias
2	Definir comboios tipo para os corredores hidroviários

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Elaborar 7 planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transportes hidroviário	Unidade	7,00	7,00	7,00	100,00

Identificação do Objetivo			
<b>Descrição</b>	Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior		
<b>Código</b>	<b>0757</b>	<b>Órgão</b>	Ministério dos Transportes
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Produtivo	<b>Código</b>	2055

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Fomentar a construção de 12 estaleiros com recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM	Unidade	12,00	4,00	4,00	33,33
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Vetor Logístico Amazônico	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Unidade	2,00	1,00	1,00	50,00
3	Vetor Logístico Leste	Unidade	4,00	2,00	2,00	50,00

4	Vetor Logístico Nordeste-Setentrional	Unidade	2,00	1,00	1,00	50,00
5	Vetor Logístico Sul	Unidade	3,00	0,00	0,00	0,00

### 2.2.2.1. Análise Situacional

Dentre os programas transporte que compõem o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, Lei nº 12.593/12, regulamentado pelo Decreto nº 7.866/12 e Portaria/MP nº 16, de 31 de janeiro de 2013, destacam-se os Objetivos 0130, 0149,1002 e 0283, referentes a concessões e fiscalizações rodoviárias e ferroviárias e estruturação do planejamento, operação e controle do transporte hidroviário, analisados a seguir:

➤ **Objetivo 0130** – Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

O objetivo 0130 contempla uma única ação (2907) relativa à fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária. Essa ação está voltada atualmente para os trechos já concedidos e futuramente contemplará os trechos que estão em processo de concessão. Os R\$ 38,2 milhões liquidados correspondem a 72,5% dos recursos disponíveis no exercício de 2012 (R\$ 43,9 milhões empenhados no exercício somados aos R\$ 8,8 milhões inscritos em restos a pagar não processados, totalizando R\$ 52,7 milhões). Já em 2013, foram liquidados R\$ 24,9 milhões, correspondente a 75,5% dos recursos disponíveis em 2013 (R\$ 25,2 milhões empenhados no exercício acrescidos de R\$ 7,8 milhões inscritos em RPNP, totalizando R\$ 33,0 milhões).

Destaca-se que os recursos disponibilizados para os anos de 2012 e 2013 foram suficientes para o cumprimento das metas de fiscalização anuais propostas. Ressalta-se que a meta física prevista para 2013 foi de 1.170 vistorias e o resultado alcançado foi de 1.982, superando a previsão em 69,40%. É importante apontar que houve alteração da metodologia de fiscalização, com consequente mudança no escopo do plano de fiscalização no ano de 2013. O Plano Anual de Fiscalização passou a considerar como completa a vistoria quando o trecho rodoviário foi percorrido e verificado integralmente.

#### Meta: Conceder 8.044 km das rodovias

A Meta referente ao Objetivo 0130 do Programa de Transportes Rodoviários abarca todos os trechos pertencentes às três fases da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, conforme a seguir:

- Fase I compreende as rodovias BR-040/MG/GO/DF, no trecho entre Brasília/DF e Juiz de Fora/MG, com extensão de 956,0 km e BR-116/MG, no trecho entre a Divisa dos Estados BA/MG e a Divisa dos Estados MG/RJ, com extensão de 816,7 km.
- Fase II compreende a rodovia BR-101/ES/BA, no trecho entre Divisa RJ/ES a Mucuri/BA, com extensão de 461,0 km.
- Fase III compreende as rodovias BR-163/262/267/MS: BR-163/MS, no trecho entre a Divisa PR/MS a Divisa MS/MT, BR-262/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP e BR-267/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP, com extensão total de 1.423,3 km; BR-163/MT, no trecho entre a Divisa MS/MT a Sinop/MT, com extensão 821,6 km; BR-153/GO/TO e TO-080, no trecho entre Entroncamento BR-060 (Anápolis/GO) a Palmas/TO, com extensão de 814,0 km; BR-060/153/262/DF/GO/MG: BR-060/DF, no trecho entre Brasília/DF a Divisa DF/GO, BR-060/GO, no trecho entre Divisa DF/GO a Goiânia/GO, BR-153/GO, no trecho entre Goiânia/GO e Divisa GO/MG,

BR-153/MG, no trecho entre Divisa GO/MG a Divisa MG/SP e BR-262/MG, no trecho entre Entroncamento da BR-163/MG a Betim/MG, com extensão total de 1.176,5 km; BR-101/BA, no trecho entre Feira de Santana/BA a Mucuri/BA, com extensão de 772,3 km; BR-050/GO/MG, no trecho entre Cristalina/GO a Divisa MG/SP, com extensão de 425,8 km; BR-262/ES/MG, no trecho entre Viana/ES a João Monlevade/MG, com extensão 376,9 km.

Após a conclusão dos estudos de viabilidade, o escopo original acima descrito evoluiu com as seguintes considerações:

- No que se refere à concessão das BR-163/262/267/MS, o Governo Federal concluiu pela retirada dos trechos das BR-262/267/MS (576,1 km);
- Com relação à concessão do trecho BR-163/MT, a extensão inicial foi alterada de 821,6 km para 850,9 km com a inclusão do trecho Sinop/MT ao Entroncamento MT-220;
- Quanto à concessão das BR-153/TO/GO e TO-080, foi realizada audiência pública em dezembro de 2013, concluindo-se pela retirada dos trechos na BR-153/TO, entre Entroncamento TO-070 (Aliança do Tocantins) a Entroncamento TO-080 (Paraíso do Tocantins) e TO-080, entre Paraíso de Tocantins a Palmas (189,2 km);
- Em se tratando da concessão do trecho BR-050/GO/MG, a extensão inicial foi alterada de 425,8 km para 436,6 km, em virtude de mudança de traçado com passagem pelo Contorno de Uberlândia;
- No que se refere à concessão do trecho BR-262/ES/MG, houve supressão de 1,3 km devido ao trecho coincidente com a BR-116/MG;
- Com relação às BR-101/BA, BR-262/ES/MG e BR-116/MG estão sendo realizadas revisões de modelagem a serem submetidas ao Tribunal de Contas da União.

Assim, as extensões preliminares referentes aos trechos relativos à terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias foram redefinidas, passando de 8.044 km para 7.313,3 km. Desse total, 4.723,9 km tiveram o processo licitatório consolidado, resultando em expressivos deságios sobre a tarifa máxima estipulada, conforme quadro a seguir:

CONCESSÕES RODOVIÁRIAS - TERCEIRA ETAPA							
RODOVIA - BR	ESTADO	KM	FASE	SITUAÇÃO ATUAL	EMPRESA VENCEDORA	DESÁGIO	TARIFA R\$/100 KM
040	MG/GO/DF	936,8	I	Leilão realizado em dezembro de 2013	Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A INVEPAR	61,13%	3,787
116	MG	816,7	I	Em estudo	-	-	-
101	ES/BA	475,9	II	Contrato assinado em abril de 2013	Consórcio Rodovia Capixaba	45,63%	3,391
163	MS	847,2	III	Leilão realizado em dezembro de 2013	Companhia de Participações em Concessões - CPC	52,74%	4,381
163	MT	850,9	III	Leilão realizado em novembro de 2013	Odebrecht Transport S/A	52,03%	2,638
153	TO/GO	624,8	III	Em estudo	-	-	-
060/153/262	DF/GO/MG	1.176,50	III	Leilão realizado em dezembro de 2013	Triunfo Participações e Investimentos	52,00%	2,851
101	BA	772,3	III	Em estudo	-	-	-
050	GO/MG	436,6	III	Contrato assinado em dezembro de 2013	Consórcio Planalto	42,38%	4,534

262	ES/MG	375,6	III	Em estudo	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>7.313,3</b>					

Tabela IV – Concessões Rodoviárias – Trechos relativos à terceira etapa  
Fonte: ANTT, janeiro de 2014.

A meta prevista e o percentual realizado para o Objetivo 0130 podem ser visualizados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA* 2012 - 2015	META REALIZADA**		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Conceder 7.313,3 km das rodovias	Km	7.313,3	0	912,5	12,50%	SIOP, janeiro de 2014.

Tabela V – Metas previstas e o percentual realizado – Objetivo 0130

\*Considera-se meta prevista a meta readequada

\*\*Considera-se meta realizada o contrato assinado

Pode-se concluir que houve redução de 730,7 km (9,08%) da meta inicial prevista para as concessões rodoviárias.

Ressalta-se que a extensão de 912,5 km (12,50%) se refere somente aos contratos assinados. No entanto, com os leilões já realizados em 2013, estão em fase de contratação outros 3.811,4 km, totalizando a concessão de 4.723,90 km, que corresponde a 64,6% da meta readequada prevista para o período de 2012 a 2015. Com o efetivo cumprimento da meta, os benefícios esperados em prol da sociedade são eliminação de gargalos, ampliação da capacidade de transporte e redução dos custos operacionais dos veículos, integração da malha viária estratégica, aumento da competitividade nacional, crescimento sustentável, geração de empregos e arrecadação de tributos.

➤ **Objetivo 0149** - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

O transporte intermodal e multimodal é uma atividade básica que trata da movimentação de mercadorias, caracterizada pela utilização de mais de uma modalidade de transporte, da origem até o destino final.

A intermodalidade caracteriza-se pela emissão individual de documento de transporte para cada modal, bem como pela divisão de responsabilidade entre os transportadores. Na multimodalidade existe a emissão de apenas um documento de transporte (conhecimento de transporte) cobrindo o trajeto total da carga. Este documento é emitido pelo Operador de Transporte Multimodal (OTM), que é a pessoa jurídica responsável pela realização do transporte de cargas, da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros.

O OTM assume a responsabilidade pelos prejuízos resultantes de perda, por danos ou avaria das cargas sob sua custódia, assim como por aqueles decorrentes de atraso em sua entrega, quando houver prazo acordado. Seus serviços incluem, além do transporte, os serviços de coleta, unitização, desunitização, movimentação, armazenagem e entrega de carga ao destinatário.

Dessa forma, um único operador multimodal e um único conhecimento de transporte podem ser considerados como elementos facilitadores da operação de transporte, ao eliminar os entraves



burocráticos das transferências intermodais, possibilitando, assim, uma maior dinamização na contratação dos serviços por parte do cliente, propiciando menor custo e maior eficiência.

Em 2013, foram habilitados 63 operadores de transporte multimodal, totalizando 447 OTM que obtiveram prévia habilitação e registro no órgão regulador. A implantação de pátios intermodais contribui para incentivar a entrada de novos operadores de transporte multimodal devido à facilidade de integração entre os vários modais de transporte, otimizando a escolha do meio mais eficiente.

**Meta: Construção de nove integrações intermodal e multimodal**

Uma das medidas adotadas para fortalecer a competitividade no sistema ferroviário é a implementação de nove pátios intermodais, que são complexos logísticos que facilitam a integração entre diversos modais, reduzindo custos de transportes e agilizando a circulação de mercadorias.

Foi prevista na meta do PPA a construção de nove pátios, sendo cinco no trecho Palmas/TO – Anápolis/GO e dois no trecho Ouro Verde/GO – Estrela D’Oeste/SP, na Ferrovia Norte-Sul, um em Campo Grande/MS e um em Serrana/SP, conforme a seguir:

<b>INTEGRAÇÃO INTERMODAL</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
Pátio de Palmas/Porto Nacional/TO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída
Pátio de Gurupi/TO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída
Pátio de Anápolis/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra iniciada em 2013, com 26% de execução
Pátio de Uruaçu/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra iniciada em 2013, com 20% de execução
Pátio de Porangatú/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra iniciada em 2013, com 50% de execução
Pátio de São Simão/SP	Trecho Ouro Verde/GO – Estrela D’Oeste/SP, na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra iniciada em 2013, com 60% de execução
Pátio de Estrela D’Oeste/SP	Trecho Ouro Verde/GO – Estrela D’Oeste/SP, na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra ainda não iniciada
Terminal de Campo Grande/MS	Campo Grande/MS	91% de execução *
Polo de Serrana/SP	Serrana/SP	Obra ainda não iniciada **

Tabela VI – Situação da integração intermodal – Objetivo 0149

Fonte: VALEC e DNIT, janeiro de 2014

\*A construção do Terminal Intermodal de Campo Grande/MS é uma obra conveniada com Prefeitura Municipal de Campo Grande. Em 2012, foram executados 10,6% do empreendimento. Já no exercício de 2013 não houve execução física, tendo em vista que o projeto em fase de obra está em processo de revisão para posterior retomada dos serviços.

\*\* Em 2012, foi publicado o edital de licitação para a execução das obras de construção do Polo Intermodal de Cargas de Serrana/SP. Já em 2013, foi concluído o certame licitatório, entretanto, a assinatura do contrato depende da emissão da Declaração de Utilidade Pública (DUP) para fins de desapropriação da área necessária para a implantação da obra.

As metas previstas e realizadas para o Objetivo 0149 podem ser visualizadas no quadro a seguir:

<b>DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>META PREVISTA 2012 - 2015</b>	<b>META REALIZADA</b>		<b>% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA</b>	<b>FONTE DAS INFORMAÇÕES</b>
			<b>2012</b>	<b>2013</b>		
Construção de nove integrações intermodal e multimodal	Unidade	9	0	2	22,2%	SIOP, em janeiro de 2014.

Tabela VII – Metas previstas e realizadas – Objetivo 0149

Pode-se concluir que foram construídos dois pátios de integração intermodal correspondentes a 22,2% da meta proposta. Ainda está em andamento a construção de mais cinco pátios (55,6%), o que totalizará 77,8% da meta a ser alcançada até 2015. Esse resultado está em consonância com a meta proposta para o PPA em vigor.

Dada a sua importante função logística e com o efetivo cumprimento da meta, a implantação dos pátios trarão grandes benefícios econômicos e sociais para as regiões onde serão implantados. Além dos empregos e da renda gerados diretamente por sua construção e posterior operação, os pátios serão indutores de desenvolvimento regional, estimulando investimentos em localidades próximas.

➤ **Objetivo 1002** - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das ferrovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão.

O objetivo 1002 contempla uma única ação (2348) relativa à fiscalização da exploração da infraestrutura ferroviária. Essa ação está voltada atualmente para os trechos já concedidos e futuramente contemplará os trechos que estão em processo de concessão. Os R\$ 10,3 milhões liquidados correspondem a 74,6% dos recursos disponíveis no exercício de 2012 (R\$ 10,8 milhões, empenhados no exercício, somados aos R\$ 3,0 milhões inscritos em restos a pagar não processados, totalizando R\$ 13,8 milhões).

Já em 2013, foram liquidados R\$ 8,5 milhões, correspondente a 64,4% dos recursos disponíveis em 2013 (R\$ 11,5 milhões empenhados no exercício acrescidos de R\$ 1,7 milhão inscritos em RPMP, totalizando R\$ 13,2 milhões). Ressalta-se que os recursos disponibilizados para os anos de 2012 e 2013 foram suficientes para o cumprimento das metas de fiscalização anual propostas. Em 2013, o desempenho físico da ação alcançou o quantitativo de 12 concessionárias fiscalizadas, que correspondeu a 100% da meta. É importante apontar que houve alteração da metodologia realizada, com consequente mudança no escopo do plano de fiscalização no ano de 2013.

O novo plano objetiva orientar as atividades de fiscalização no sentido de acompanhar a prestação dos serviços de transportes de cargas outorgados definiu um novo conceito para as inspeções, de maneira que, via de regra e para determinado trecho de linha, tais atividades passaram a contemplar as verificações relativas ao estado de conservação e de segurança das vias férreas, juntamente com as observações do estado de conservação de todos os ativos arrendados (edificações, vagões, locomotivas e outros), das operações dos trens, e, ainda, das condições das oficinas de manutenção do material rodante.

#### Meta 1: Implantar novo modelo de concessão ferroviária

O novo modelo de concessão ferroviária, denominado horizontal, integra as ações do PIL e objetiva garantir livre acesso de transportadores aos trilhos para promover a competitividade, com esperada queda de preço no transporte de cargas no País. Constitui-se de um modelo que visa separar as atividades de gestão de infraestrutura (manutenção de via e licenciamento de trens) das operações de transporte (operação dos trens), diferentemente do modelo vertical, em que a empresa responsável pela concessão controla a infraestrutura, a operação e a comercialização dos serviços de transporte ferroviário na sua área de atuação.

O Governo Federal será peça importante do novo modelo, tendo a função de gerir e planejar a alocação da capacidade de transporte das ferrovias. Por meio da celebração de contratos com as concessionárias, adquirirá 100% da capacidade operacional da ferrovia, como forma de assumir o risco de demanda. Posteriormente, venderá essa capacidade a operadores independentes, aos quais serão outorgadas autorizações para o transporte de cargas, desvinculados da exploração da infraestrutura ferroviária, com base em critérios objetivos, transparentes e isonômicos.

Para implantar o novo modelo de concessões, um conjunto de ações foram estabelecidas. Estas ações envolvem aperfeiçoamentos da legislação vigente, expedição de decretos presidenciais e de resoluções regulatórias.

O processo se iniciou com a expedição de resoluções regulatórias, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 2011, com o objetivo de estabelecer o marco regulatório para que as antigas concessões, denominadas de verticais, possam conviver com as concessões horizontais, em regime de operação integrada do Subsistema Ferroviário Federal (SFF), parte integrante do Sistema Nacional de Viação (SNV). Dessa forma, destaca-se: Resolução nº 3.694, a qual aprova o regulamento dos usuários de serviço de transporte ferroviário de cargas; Resolução nº 3.695, a qual aprova o Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo e Resolução nº 3.696, a qual aprova o regulamento para a pactuação de metas de produção por trecho e acidentes das concessionárias ferroviárias.

Posteriormente, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, foi alterada pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, de forma a possibilitar a outorga, sob a modalidade de autorização, dos serviços de transporte ferroviário de cargas não associado à exploração de infraestrutura ferroviária, por operador ferroviário independente. Com a publicação do Decreto nº 8.134/2013 houve a reestruturação da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa do Governo Federal que irá gerenciar a capacidade da malha ferroviária concedida.

Para viabilizar a implantação do novo modelo será necessária a edição de novos regulamentos que deverão abordar regras de segurança para a circulação de trens, padronização dos sistemas de sinalização e comunicações ferroviárias e a atuação do operador ferroviário independente.

**Meta 2: Realizar estudos para a concessão de 10.417 km em trechos ferroviários federais**

A Meta 2 referente ao Objetivo 1002 abrange os estudos do seguintes trechos ferroviários:

LOTE DE ESTUDO – PIL		EXTENSÃO (KM)	SITUAÇÃO DO ESTUDO	AÇÕES REALIZADAS
1	Açailândia – Barcarena	457	Concluído	Tomada de subsídio, audiência pública e envio ao TCU.
2	Estrela D'Oeste – Dourados	659	Concluído	Tomada de subsídio e audiência pública.
3	Lucas do Rio Verde – Campinorte	883	Concluído	Tomada de subsídio, audiência pública e envio ao TCU.
4	Maracaju – Lapa	989	Concluído	Tomada de subsídio.
5	Nova Iguaçu - Vila Velha	572	Concluído	Tomada de subsídio
6	Feira de Santana – Ipojuca	882	Concluído	Tomada de subsídio.
7	Corinto – Campos	-	Em andamento	-
8	Anápolis – Corinto	775	Concluído	-
9	Mairinque - Rio Grande	1653	Concluído	Tomada de subsídio.
10	Belo Horizonte – Candeias	1102	Concluído	Tomada de subsídio.
11	Lapa - Paranaguá - Pontal do Paraná	198	Concluído	Tomada de subsídio.
12	Ferroanel Sul	-	Em andamento	-
13	Ferroanel Norte (Perus - Jundiá; Perus - Manoel Feio)	-	Em andamento	-
14	Feira de Santana - Juazeiro - Parnamirim	621	Em andamento	-
15	Ferrovias Norte Sul (Ouro Verde - Estrela D'Oeste; Porto Nacional - Anápolis)	1536	Concluído	-

Tabela VIII – Estudos para concessão de trechos ferroviários - Objetivo 1002  
Fonte: ANTT, janeiro de 2014.

Até o momento, foram realizados estudos de viabilidade em 10.327,0 km do total proposto no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), conforme quadro acima. Vale ressaltar que os trechos Ouro

Verde - Estrela d'Oeste (681 km) e Porto Nacional – Anápolis (855 km), pertencentes à Ferrovia Norte Sul, apesar de já terem seus estudos realizados anteriormente à criação do Programa de Investimentos em Logística (PIL), foram reestudados visando a sua readequação ao novo programa.

É importante destacar que se encontra em andamento outros estudos, como demonstrado no quadro acima, que após conclusão, poderão compor o mencionado Programa. Com os estudos concluídos até o momento, os trechos que comporão o programa de concessões ferroviárias são os descritos no quadro abaixo.

TRECHOS A SEREM CONCEDIDOS - PIL		EXTENSÃO (KM)
1	Açailândia – Barcarena	457
2	Estrela D'Oeste – Dourados	659
	Ouro Verde - Estrela D'Oeste	681
3	Lucas do Rio Verde - Campinorte	883
	Porto Nacional – Anápolis	855
4	Maracaju – Lapa	989
5	Nova Iguaçu - Vila Velha	572
6	Feira de Santana – Ipojuca	882
7	Anápolis – Corinto	775
8	Mairinque - Porto Amazonas	532
9	Lapa – Vacaria	508
10	Vacaria - Rio Grande	613
11	Belo Horizonte – Guanambi	607
12	Manoel Vitorino – Candeias	495
13	Lapa – Paranaguá	154
	Ramal Pontal do Paraná	44
14	Feira de Santana - Juazeiro – Parnamirim	621

Tabela IX - Trechos a serem concedidos - PIL  
Fonte: ANTT, janeiro de 2014.

As metas previstas e realizadas para o Objetivo 1002 podem ser visualizadas no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Realizar estudos para a concessão de 10.417 km em trechos ferroviários federais	Km	10.417	0	10.327	99%	SIOP, janeiro de 2014.

Tabela X - Metas previstas e realizadas - Objetivo 1002

Até 2013, foram estudados 10.327 km de ferrovias que correspondem a 99% da meta estipulada para os quatro anos do Plano Plurianual. Com a consolidação do PIL, objetiva-se implantar no Brasil um sistema de transporte integrado, e de maior capacidade, com articulação entre os modais logísticos e as cadeias produtivas.

➤ **Objetivo 0283** - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de

pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Esse Objetivo está vinculado ao Programa Temático 2073 – Transporte Hidroviário, de responsabilidade do Ministério dos Transportes. Para sua consecução diversos estudos e projetos foram idealizados e realizados pelo Ministério dos Transportes por meio de suas Secretarias finalísticas e pela ANTAQ. Esses estudos e projetos irão fundamentar o planejamento do transporte hidroviário. Dentre esses podemos destacar:

#### Plano Hidroviário Estratégico – PHE

Este plano objetiva dar maior dinamismo e competitividade à economia do país, buscando desenvolver o transporte hidroviário interior. O PHE faz parte da estratégia do MT de aumentar a participação do modal hidroviário na matriz de transportes do país.

Este estudo analisou a situação do transporte hidroviário no País e buscou:

- Fornecer uma avaliação global do setor de transporte fluvial, incluindo o seu papel internacional;
- Desenvolver cenários de médio e longo prazos de evolução da demanda por transporte hidroviário e dos investimentos necessários na Infraestrutura;
- Propor estratégias de curto, médio e longo prazos que permitam estabelecer uma política setorial;
- Propor um novo arranjo organizacional, após análise comparativa com os atuais modelos adotados internacionalmente;
- Propor uma estruturação econômica e financeira para o setor;
- Propor um plano de ação, incluindo um portfólio de investimentos embasados em estudos de pré-viabilidade técnica, econômica e ambiental;
- Estruturar e consolidar banco de dados e indicadores (cadastro geral das hidrovias e frotas, custos de fretes e infraestrutura e parâmetros ambientais);
- Propor medidas e soluções visando à melhoria e o incremento da movimentação de cargas por cabotagem – Plano de Fomento à Cabotagem;
- Propor o Plano Nacional de Fomento ao Transporte Aquaviário, que subsidiará a proposta do Plano de Fomento ao Transporte Aquaviário;
- Propor o Plano de Corredores Hidroviários.

O PHE abrange uma análise institucional, econômica, técnica e ambiental do sistema e da legislação de transporte hidroviário, além de indicar medidas e investimentos necessários para melhoria das condições de navegabilidade dos rios e estruturação do setor.

A consolidação de um Banco de Dados com informações e indicadores próprios ao transporte hidroviário também constitui importante meta do PHE, com vistas à atualização permanente do planejamento hidroviário e, *pari passu*, incorporação ao plano nacional multimodal, representado pelo PNLT.

Os estudos foram desenvolvidos por consultorias entre junho de 2012 e maio de 2013, e foram objeto de licitação pública internacional com apoio financeiro do Banco Mundial (BIRD).

A visão estratégica do Ministério dos Transportes consubstanciada no PHE é viabilizar a expansão da navegação interior, buscando o aprimoramento do sistema de transporte hidroviário e de sua confiabilidade. Este estudo, dentre outras propostas, apresenta recomendações para estimular o planejamento integrado, de acordo com o seguinte:

- Integrar questões de gestão da água no desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte fluvial de longo prazo a fim de articular as demandas dos diferentes usuários;
- Incentivar a intermodalidade para apoiar o uso das hidrovias;
- Estimular e integrar o transporte de passageiros; e
- Orientar estudos e projetos operacionais para o transporte hidroviário.

#### Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH incluindo o Plano Geral de Outorgas de Terminais Fluviais e Lacustres

O Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH), lançado no dia 19 de fevereiro de 2013, foi concebido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) visando dois objetivos centrais: um estudo detalhado sobre as hidrovias brasileiras e a indicação de áreas propícias para instalações portuárias. Para atingir ao primeiro objetivo, idealizou-se o projeto intitulado “Desenvolvimento de Estudos e Análises das Hidrovias Brasileiras e suas Instalações Portuárias com Implantação de Base de Dados Georreferenciada e Sistemas de Informações Geográficas”.

Um dos objetos do PNIH foi analisar diferentes cenários logísticos, buscando avaliar a criação de terminais hidroviários e alternativas de escoamento utilizando as hidrovias nacionais, inserida à matriz de transporte brasileira, a partir de trechos hidroviários já navegados na atualidade ou potencialmente navegáveis.

Em suma, são apresentados, para seis bacias hidrográficas, a potencialidade de utilização do modal hidroviário, terminais e vias, para o transporte de cargas, delimitados pelos cenários de 2015, 2020, 2025 e 2030.

#### Plano Geral de Outorgas de Transportes Hidroviário de Passageiros e Cargas

Em relação ao Plano Geral de Outorgas para Serviços de Transporte Aquaviário referente à Navegação Interior, o mesmo está em processo de planejamento. Verificou-se que, para sua execução, será necessário desenvolver outros projetos anteriores, principalmente no que tange à obtenção de informações dos prestadores de serviço e também metodologias de análise de custos.

Para tanto, a ANTAQ está desenvolvendo os seguintes projetos: i) Pesquisa de satisfação com os usuários do serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional: minuta de edital para pregão eletrônico em análise na Procuradoria da ANTAQ; ii) Composição de Custos e Receitas para Proposição de Metodologia de Cálculo de Preço de Equilíbrio Econômico Financeiro na Prestação de Serviço de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Navegação Interior: propostas para realização de termo de cooperação com universidade federal em fase de análise; iii) Monitoramento da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica (atualização do estudo *Caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte de Passageiros na Região Amazônica*): propostas para realização de termo de cooperação com universidade federal em fase de análise; iv) Análise de modelo regulatório mais adequado para exploração do serviço de transporte de travessia: projeto em desenvolvimento pela equipe da Gerência de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior – GDI; e v) Sistema de Desenvolvimento da Navegação Interior e Marítima – SDN: o sistema, em construção pela ANTAQ, servirá para que as empresas de navegação possam encaminhar regularmente informações sobre suas operações.

Entende-se que os resultados destes projetos poderão gerar subsídios suficientes para a elaboração do PGO. Esse Plano será separado em três etapas, referentes às modalidades de serviços de transporte aquaviário de navegação interior: Travessias, Passageiros e Cargas (Misto) e Cargas.

O Plano de Outorgas será executado nessa ordem, por necessidade de desenvolvimento de etapas anteriores.

Programa de Incentivo à Renovação da Frota de Embarcações de Transporte de Passageiros

Foi elaborado pela ANTAQ o “Estudo sobre Transporte Fluvial na Amazônia” cujo relatório foi apresentado ao conhecimento público em 20/06/2013. O estudo aborda temas, entre os quais o relativo à frota de embarcações, que orientam as tomadas de decisões para melhoria do transporte fluvial de passageiros, caracterização da oferta e da demanda do transporte fluvial de passageiros na região; e as características do transporte fluvial hoje existente.

**2.2.3. Ações**

**2.2.3.1. Ações - OFSS**

**QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	26.125.2075.2907.0001		<b>Tipo:</b>			
<b>Título</b>	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária – Nacional					
<b>Iniciativa</b>	Fiscalização e regulação de concessões no transporte rodoviário					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha. <b>Código: 0130</b>					
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário	<b>Código: 2075</b>	<b>Tipo:</b>			
<b>Unidade Orçamentária</b>	39.101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.478.000,00	1.478.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Vistoria realizada		unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

**2.2.3.2. Ações/Subtítulos - OFSS**

Não ocorreu no exercício

**2.2.3.3. Ações não Previstas na LOA – Restos a Pagar não Processados - OFSS**

Não ocorreu no exercício.

## 2.2.3.4. Ações – Orçamento de Investimento - OI

QUADRO A.2.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	26.122.0807.4101.0021			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis– CODOMAR - No Estado do Maranhão.						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais <b>Código: 0807</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	39.214						
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
10.000	10.000	0	Não há meta física				

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	26.122.0807.4102.0021			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – CODOMAR -No Estado do Maranhão.						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais <b>Código: 0807</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	39.214						
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
10.000	10.000	0	Não há meta física				

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	26.122.0807.4103.0021			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – CODOMAR - No Estado do Maranhão.						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais <b>Código: 0807</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	39.214						
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
20.000	20.000	0	Não há meta física				

## 2.2.3.5. Análise Situacional

Conforme demonstrado no quadro A.2.2.3.1, a unidade tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados à ação referente à administração da Ponte Internacional São Borja/Santo Tomé, por essa razão não foi utilizado o quadro A.2.3.2. No que diz respeito à execução parcial da provisão recebida para a referida ação, o fato teve origem na recomendação proferida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, por intermédio do Parecer nº 2011/CGTA/CONJUR/MT/gaba, de 09/08/2011, no sentido de serem repassados à Delegação de



Controle - DELCON os recursos comprovadamente relacionados aos custos diretos de seu funcionamento. Dessa forma, foram transferidos tão somente os valores essenciais para a manutenção daquela DELCON.

### ***2.3. Informações sobre outros resultados da gestão***

Os dados sobre planejamento, programação orçamentária e financeira, programas temáticos, indicadores e demais elementos e resultados da gestão foram informados exhaustivamente nos subitens que integram este Item 2. – Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados.

### 3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

#### 3.1. Estrutura de Governança

Por meio do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, o Governo Federal dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, criando, em seu art. 9º a Comissão de Coordenação de Controle Interno – CCCI, órgão colegiado de função consultiva do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, constituído, entre outros membros, por um Assessor Especial de Controle Interno em Ministério.

Dessa forma, o Ministério dos Transportes não possui unidade de controle interno em sua estrutura, mas tão somente um Assessor Especial de Controle Interno que atua na interlocução com os órgãos de controle.

Criada em 28 de maio de 2003, com a publicação da Lei nº 10.683, a Controladoria-Geral da União – CGU é atualmente o órgão central do Sistema de Controle Interno que desempenha as atribuições de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria no âmbito do Poder Executivo Federal.

#### 3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

» Secretaria Executiva - SE

**QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p><b>Considerações Gerais:</b>  *(item-4) O Ministério dos Transportes adota o Código de Ética da Administração Pública</p> <p><b>Análise Crítica:</b>  Identificam-se várias oportunidades de melhorias em todos os elementos de controle avaliados. Com o ensejo do PMGP tais situações devem ser consideradas com vistas à evolução do controle da gestão e implementação da metodologia de gerência de projetos, disseminação de suas práticas e conceitos entre os colabores, através de treinamentos e ações que motivem a utilizam destas práticas.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Secretaria Executiva, após consulta as unidades de sua estrutura organizacional

**QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b>					
A partir da implantação dos processos e procedimentos consubstanciados no Planejamento Estratégicos, a SPNT espera um salto de qualidade no funcionamento dos Controles Internos					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes

» Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES

**QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			x		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x			
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		x			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	x				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
<b>Análise Crítica:</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válida.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

Fonte: Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes

### ***3.3. Remuneração Paga a Administradores***

Não se aplica.

### ***3.4. Sistema de Correição***

Com a criação da Corregedoria (Decreto nº 7.717/2012) e a assunção de suas respectivas atividades a partir de 1º de novembro de 2012, os trabalhos foram focados na identificação do estado da arte e adoção de nova estratégia de gerenciamento na condução das atividades correcionais agora a cargo desta Unidade Seccional.

Constatou-se que a antiga estrutura, apesar de não possuir quadro próprio, contava com, aproximadamente, 20 (vinte) servidores para atuar nos procedimentos correcionais, previamente designados por meio de ato do Subsecretário de Assuntos Administrativos. As atividades apuratórias eram desenvolvidas a partir deste grupo e, via de regra, tais servidores acumulavam as atividades de apuração com as específicas de suas respectivas Unidades de exercício.

Verificou-se, também, que as instaurações não eram distribuídas de forma proporcional entre as comissões então existentes, visto que algumas foram designadas para atuar em mais de 14 (quatorze) processos e outras em 01 (um), 02 (dois), 03 (três) ou até 04 (quatro) processos concomitantemente.

A fim de alcançar melhores resultados frente à nova estratégia de operacionalização, foi editada pelo atual Ministro desta Pasta a Portaria GM/MT nº 90, de 09 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2013. Essa norma dispõe acerca da participação de agentes públicos nas atividades de correição deste Ministério e alçou esse trabalho ao nível institucional, quando estabeleceu que a prevenção e a apuração de irregularidades disciplinares são do interesse direto do Órgão e não estão adstritas apenas à unidade que desempenha tipicamente atividades de correição.

Após essa medida, foram promovidos 02 (dois) cursos de capacitação em procedimento disciplinar ministrados pela Controladoria-Geral da União. O primeiro ocorreu no período de 15/07/2013 a 19/07/2013 e o segundo de 07/10/2013 a 11/10/2013.

Tanto no primeiro como no segundo curso realizado, procurou-se ao máximo indicar servidores com formação acadêmica e experiência profissional relacionada a obras de infraestrutura e a contratos administrativos, assuntos mais recorrentes nos procedimentos disciplinares a cargo desta Pasta. No primeiro curso, houve uma boa participação de servidores com formação na área de Engenharia, uma vez que a turma contou com 09 (nove) integrantes da carreira de Analista de Infraestrutura, 02 (dois) Especialistas em Infraestrutura Sênior e 02 (dois) ocupantes do cargo de Engenheiro. Já no segundo curso, a turma foi composta por servidores titulares dos cargos de agente administrativo e de analista técnico-administrativo.

Desse modo, o primeiro treinamento contribuiu para que se efetivasse a redistribuição dos processos então em andamento, diminuindo a sobrecarga de algumas Comissões, e, ainda, a instauração de novas comissões. Já o segundo treinamento auxiliou no incremento da gama de servidores capacitados, porém, até o final do ano de 2013, não foi possível designar colaboradores desse novo grupo para o desempenho da atividade correcional.

Assim, vencidas as primeiras dificuldades, esta Corregedoria Seccional pode afirmar que já vem colhendo resultados positivos decorrentes da nova sistemática adotada. Os quadros a seguir mostram, de forma resumida, alguns dos resultados obtidos no ano de 2013.

<b>Procedimentos Disciplinares Instaurados no Ministério dos Transportes 2013<sup>1</sup></b>			
<b>Procedimentos</b>	<b>Autoridade Instauradora</b>		<b>Total</b>
	<b>Ministro</b>	<b>Corregedor</b>	
Processo Administrativo Disciplinar	9	4	13
Processo Administrativo (PA)	-	3	03
Sindicância	-	3	03
<b>Total Geral de Procedimentos Disciplinares instaurados</b>			<b>19</b>

Tabela XI - Procedimentos Disciplinares Instaurados no Ministério dos Transportes 2013

<sup>(1)</sup> Compreende também processos instaurados por Portaria Conjunta com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

<b>Procedimentos Disciplinares Julgados no Ministério dos Transportes 2013<sup>(1)</sup></b>			
<b>Procedimentos</b>	<b>Autoridade Instauradora</b>		<b>Total</b>
	<b>Ministro</b>	<b>Corregedor</b>	
Processo Administrativo Disciplinar	8	14	22
Processo Administrativo (PA)	-	-	00
Sindicância	1	15	16
<b>Total Geral de Procedimentos Disciplinares julgados</b>			<b>38</b>

Tabela XII - Procedimentos Disciplinares Julgados no Ministério dos Transportes 2013

<sup>(1)</sup> Compreende também processos instaurados por Portaria Conjunta com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

<b>Penalidades aplicadas em 2013<sup>(2)</sup></b>			
<b>Penalidades</b>	<b>Autoridade Instauradora</b>		<b>Total</b>
	<b>Ministro</b>	<b>Corregedor</b>	
Advertência	4	14	18
Suspensão	2	-	02
Demissão	5	-	5
Conversão de exoneração em Destituição de Cargo em Comissão	-	1	1
Destituição de Cargo em Comissão	1	-	1
<b>Total Geral de penalidades aplicadas</b>			<b>27</b>

Tabela XIII - Penalidades aplicadas em 2013

<sup>(2)</sup> Inclui também a anotação nos assentamentos individuais em virtude do art. 170 da Lei nº 8.112, de 1990.

### ***3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU***

Em relação à alimentação do sistema CGU-PAD, no que tange aos processos deste Ministério, do extinto DNER e os que são instaurados por meio de portaria conjunta com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, as atualizações ocorrem tempestivamente, em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, resultando na significativa redução de demandas oriundas da Corregedoria Setorial da Área de Transportes.

Por outro lado, deve-se consignar que a dificuldade que existe quanto aos referidos cadastramentos deve-se aos processos instaurados por meio de portaria conjunta desta Pasta com órgãos não integrantes do Sistema de Correição, como, por exemplo, a Advocacia Geral da União – AGU e a Procuradoria Geral Federal – PGF.

### ***3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos***

» Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

Desde 2010, a SPNT/MT iniciou o desenvolvimento de indicadores que auferissem o desempenho da Unidade. De início, ficou decidido que tais indicadores deveriam ser baseados em dados disponíveis, ou possíveis de serem medidos, e que estivessem relacionados com a sua Produtividade e seu Planejamento Estratégico Operacional.



Em seguida, decidiu-se avaliar o desempenho da Secretaria por meio de um indicador definido pelo “percentual de realização dos projetos/atividades da SPNT”. E, finalmente, considerou-se ponderar o percentual de cada projeto/atividade por fatores que refletissem o grau de participação deles, sob diferentes enfoques, no conjunto de projetos/atividades contratados pela Secretaria.

Assim, foram considerados três enfoques apresentados a seguir:

- a) O do total anualizado dos recursos destinados à execução plena dos projetos contratados pela SPNT/MT – sob este enfoque, o percentual foi estabelecido pela razão entre o total anualizado dos recursos destinados ao projeto/atividade e aquele destinado ao conjunto da SPNT.

A título de exemplo, suponha-se que a Secretaria tenha contratado quatro projetos com as seguintes características:

Projeto	Total de Recursos destinados à plena execução do Projeto (R\$)	Tempo Total de Execução do Projeto (anos)	Total de Recursos Anualizados (R\$/ano)
1	100 milhões	10 anos	10 milhões/ano
2	40 milhões	2 anos	20 milhões/ano
3	15 milhões	1,5 anos	10 milhões/ano
4	5 milhões	0,5 anos	10 milhões/ano
TOTAL	160 milhões	-	50 milhões/ano

Tabela XIV – Simulação do total anualizado dos recursos destinados à execução plena de projetos

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPNT serão estabelecidos em 20%, 40%, 20% e 20%, respectivamente.

- b) O do total dos recursos programados para o ano a ser avaliado – sob este enfoque, o percentual de participação foi estabelecido pela razão entre o total de recursos programados para o projeto/atividade e aquele programado para o conjunto da SPNT/MT.

Considerando, ainda, o exemplo posto acima, suponha-se que a programação dos recursos para o ano a ser avaliado tenha sido a dada pelo quadro abaixo:

Projeto	Programação dos Recursos para o Ano a ser avaliado (R\$)
1	15 milhões
2	20 milhões
3	10 milhões
4	5 milhões
TOTAL	50 milhões

Tabela XV – Programação dos recursos para o Ano a ser avaliado - Simulação

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPNT serão estabelecidos em 30%, 40%, 20% e 10%, respectivamente.

- c) O da nota de relevância do projeto/atividade para a SPNT – sob este enfoque, o percentual de participação foi estabelecido com base no grau de importância, em uma escala de zero a cem, atribuído, subjetivamente, ao projeto/atividade pela SPNT.

Considere-se, agora, que os quatro projetos acima referidos tenham sido pontuados, segundo sua relevância, conforme o quadro a seguir:

Projeto	Nota de Relevância
1	100
2	30
3	50
4	20
TOTAL	200

Tabela XVI – Nota de relevância de projeto - simulação

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPNT serão estabelecidos em 50%, 15%, 25% e 10%, respectivamente.

#### Forma de Apuração

- No início do ano a ser avaliado, deverá ser estabelecido o percentual a ser realizado, no exercício, de cada projeto/atividade a cargo da SPNT, com base na sua programação anual.
- Os responsáveis pelos projetos/atividades, indicados formalmente, informarão, trimestralmente, ao gabinete da SPNT, o percentual realizado e o programado para o trimestre, apontando, quando for o caso, as eventuais dificuldades encontradas para seu pleno cumprimento e propondo medidas pertinentes.
- As informações serão postadas num formulário próprio, conforme modelo a seguir:

PROJETO/ATIVIDADE:		ANO AVALIADO		
RESPONSÁVEL:				
META ANUAL:		PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NA SPNT (*)		
		(a):		
		(b):		
		(c):		
DESENVOLVIMENTO FÍSICO ACUMULADO DO PROJETO/ATIVIDADE				
Trimestre	1 ° trimestre	2° trimestre	3° trimestre	4° trimestre
Programado				
Realizado				
REALIZAÇÃO ANUAL:				
Observações:				
1° trimestre:				
2° trimestre:				
3° trimestre:				
4° trimestre:				

Tabela XVII – Modelo de formulário para avaliação de projeto

#### Forma de Cálculo

O desempenho da Secretaria será avaliado por meio de indicadores definidos com base nos percentuais de realização de cada um de seus projetos/atividades ponderados pelo seu respectivo percentual de participação no conjunto da Secretaria.

Para fins de ponderação, serão utilizados os percentuais definidos segundo os três enfoques apresentados acima: a) o do total anualizado dos recursos destinados à execução plena dos projetos/atividades; b) o do total de recursos programado para os projetos/atividades a serem desenvolvidos no ano de avaliação; e c) o da nota de relevância desses projetos/atividades.

Assim, os Indicadores de desempenho serão calculados da seguinte forma:

$$ID_e = \sum_{i=1}^n \left( \frac{PAR_i}{MAP_i} \cdot PP_{e_i} \right) \rightarrow e = a, b \text{ ou } c$$

Na qual:

ID<sub>e</sub> = Indicador de Desempenho da Secretaria segundo os enfoques: (a), (b) ou (c)

MAP<sub>i</sub> = Meta Anual Projetada – Percentual do projeto/atividade i a ser realizado no ano de avaliação.

PAR<sub>i</sub> = Percentual do projeto/atividade i efetivamente realizado no ano de avaliação.

PP<sub>e<sub>i</sub></sub> = Percentual de participação do projeto/atividade i segundo o enfoque e = (a), (b) ou (c), dado pela fórmula:

$$PP_{e_i} = \frac{V_{e_i}}{\sum_{i=1}^n V_{e_i}} \rightarrow e = a, b \text{ ou } c$$

Na qual:

V<sub>e<sub>i</sub></sub> = valor da variável representativa do enfoque “e” associado ao projeto/atividade “i”;

i = identificador do projeto/atividade, i = 1, 2, 3, ..., n

n = nº de projetos contratos da Secretaria

Observações:

- 1) Ao longo de um particular ano de avaliação, os percentuais de participação dos projetos/atividade no conjunto da Secretaria serão modificados se:
  - for iniciado pelo menos um novo projeto/atividade não previsto para o ano;
  - for alterado o cronograma de execução de algum projeto/atividade;
  - for alterado o valor dos recursos destinados a algum projeto/atividade.
- 2) Os enfoques considerados podem ser aplicados, cumulativamente, a cada trimestre, produzindo avaliações parciais que possibilitarão o acompanhamento do desempenho da Secretaria ao longo do ano.
- 3) A avaliação efetuada no 4º trimestre será, ao mesmo tempo, a avaliação do ano em análise.
- 4) Para efeito de qualificação, os indicadores serão classificados segundo o quadro abaixo:

Qualificação	Classe de valores
Ótimo	de 90% a 100%
Bom	de 70% a 90%
Regular	de 50% a 70%
Ruim	de 30% a 50%
Péssimo	de 0% a 30%

Tabela XVIII – Qualificação de indicadores por classe de valores

### Avaliação de 2013

O quadro a seguir relaciona os projetos/atividade da Secretaria, executados em 2013, e seus respectivos percentuais de participação, segundo os enfoques (a), (b) e (c):

PROJETO/ATIVIDADE	OBJETIVO ESTRATÉGICO	ENFOQUES							
		(a) TOTAL ANUALIZADO DE RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O CUMPRIMENTO PLENO DO PROJETO/ATIVIDADE				(b) RECURSOS PROGRAMADOS NO ANO		(c) RELEVÂNCIA RELATIVA DO PROJETO PARA A POLÍTICA DE TRANSPORTES [0 - 100]	
		Total (R\$)	Tempo de execução (ANO)	Total/ano (R\$/ANO)	Valor Relativo (Peso <sub>1</sub> )	Valor Absoluto	Valor Relativo (Peso <sub>2</sub> )	Valor Absoluto	Valor Relativo (Peso <sub>3</sub> )
1) Estudos e Pesquisas para desenvolvimento de Metodologia para Implantação de Centros de integração Logísticas - CIL's	Promoção da Intermodalidade no transporte de Cargas	4.385.256,95	1,42	3.095.475,49	0,24	333.813,51	0,09	80,0	0,26
2) Desenvolvimento de Metodologia para Simulação de Custos Ferroviários e Estudo de Caso	Formulação de diretrizes políticas para Gestão da Infraestrutura e Operação Ferroviária	493.440,00	0,92	538.298,18	0,04	328.440,00	0,08	60,0	0,19
3) Elaboração de Estudos e Pesquisas Técnicas e Econômicas, em subsídio ao Aprimoramento das Diretrizes Políticas de Outorgas de Rodovias Federais	Aperfeiçoamento das técnicas de gestão pública para as políticas de outorgas das rodovias federais	1.914.826,19	1,67	1.146.602,51	0,09	562.688,00	0,14	70	0,23
4) Estudos de viabilidade de trens regionais de passageiros	Implantação do serviço de transporte ferroviário de passageiros	3.000.000,00	1,67	1.800.000,00	0,14	0,00	0,00	20	0,06
5) Plano Hidroviário Estratégico - PHE	Inserir o transporte hidroviário interior de forma mais incisiva no contexto do planejamento nacional de transportes	6.569.105,08	1,00	6.569.105,08	0,50	2.657.642,95	0,68	50	0,18
<b>TOTAL</b>		<b>16.362.628,22</b>		<b>13.149.481,26</b>	<b>1,00</b>	<b>3.882.584,46</b>	<b>1,00</b>	<b>120</b>	<b>1,00</b>

Tabela XIX – Relação dos projetos/atividade da SPNT executados, em 2013, e seus respectivos percentuais de participação

O quadro, a seguir, apresenta a evolução dos projetos/atividades da Secretaria ao longo dos quatro trimestres de 2013 e sua avaliação segundo os indicadores de desempenho calculados:

Seq.	PROJETO/ATIVIDADE	PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO POR TRIMESTRE				ACUMULADO DO PERÍODO		QUOCIENTE DE REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O ENFOQUE ADOTADO		
		1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	Realizado	Programado		Realizado/Programado	(a) Peso <sub>1</sub>	(b) Peso <sub>2</sub>
1	Estudos e Pesquisas para desenvolvimento de Metodologia para Implantação de Centros de integração Logísticas - CIL's	0,0%	0,0%	0,0%	6,0%	6,0%	6,0%	1,00	0,24	0,09	0,29
2	Desenvolvimento de Metodologia para Simulação de Custos Ferroviários e Estudo de Caso	20,0%	30,0%	30,0%	20,0%	100,0%	100,0%	1,00	0,04	0,08	0,21

3	Elaboração de Estudos e Pesquisas Técnicas e Econômicas, em subsídio ao Aprimoramento das Diretrizes Políticas de Outorgas de Rodovias Federais	4,0%	5,0%	5,0%	20,0%	65,0%	34,0%	0,52	0,05	0,08	0,13
4	Estudos de viabilidade de trens regionais de passageiros	10,0%	20,0%	20,0%	20,0%	7,0%	70,0%	1,00	0,14	0,00	0,07
5	Plano Hidroviário Estratégico – PHE	30,0%	30,0%	5,0%	0,0%	65,0%	65,0%	1,00	0,50	0,68	0,18
<b>INDICADOR DE DESEMPENHO</b> = $\sum_{i=1}^5 \text{Peso}_{D_i} \times \frac{\text{Realizado}_i}{\text{Programado}_i}$									<b>95,8%</b>	<b>93,1%</b>	<b>88,1,0%</b>
									<b>Ótimo</b>	<b>Ótimo</b>	<b>Bom</b>

Tabela XX - Avaliação dos projetos/atividades da SPNT, segundo os indicadores de desempenho

Estes valores podem ser visualizados no diagrama tridimensional a seguir. Nele o triângulo externo representa o desempenho máximo sob os três enfoques: a, b e c, enquanto que o triedro interno representa os desempenhos medidos sob estes enfoques.

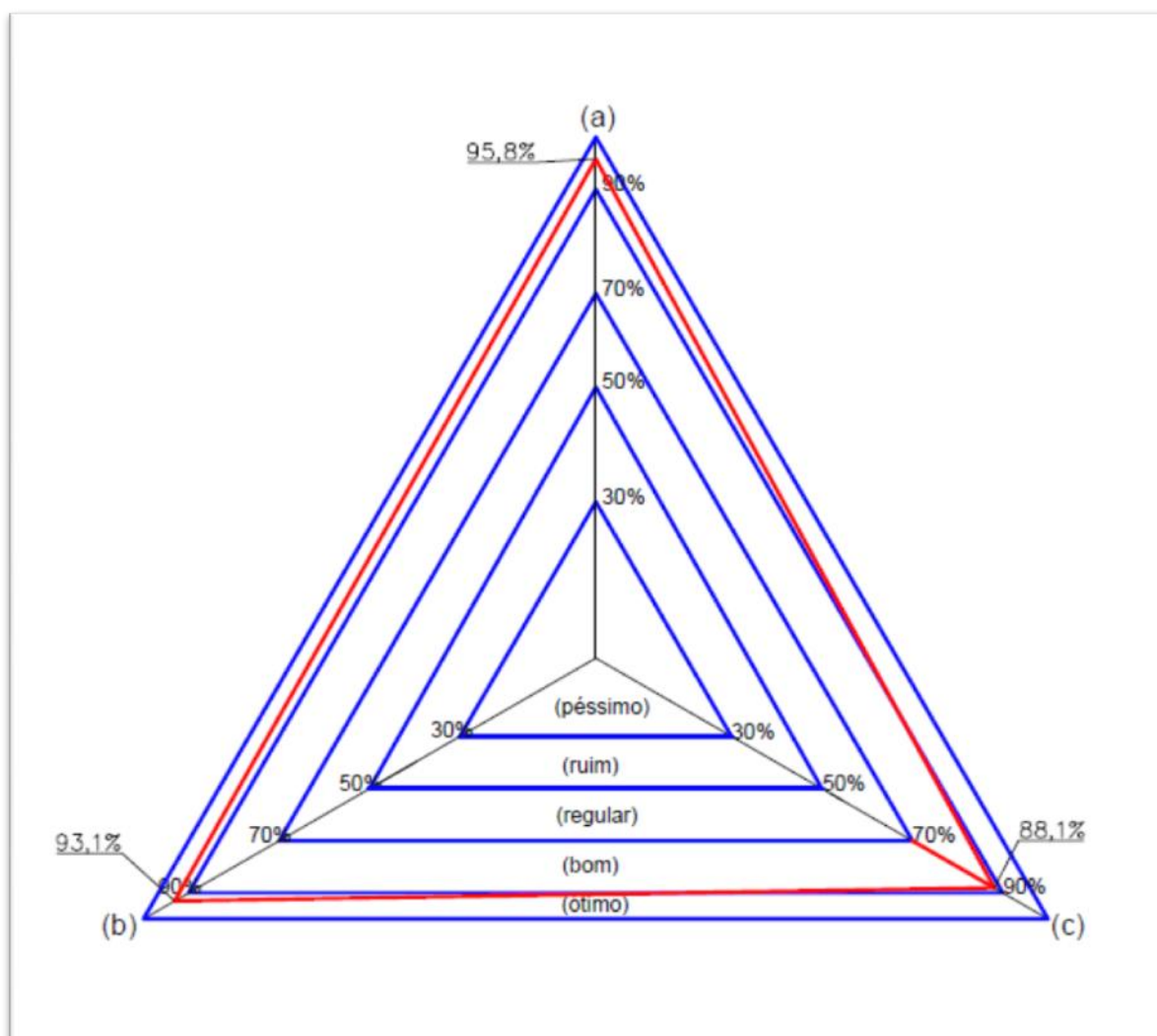


Figura 11 - Diagrama de Desempenho

Este diagrama sugere a definição de um Indicador de Desempenho Geral que resuma em um único valor os três enfoques.

De fato, tal indicador poderá ser definido pela razão entre a área do triângulo, representativo dos indicadores de desempenho (medidos), cujos vértices situam-se nos eixos ortogonais (a), (b) e (c), e a área máxima possível de ser alcançada, ou seja:

$$\text{Indicador de Desempenho Geral} = \frac{\text{Área do Triângulo } abc}{\text{Área Máxima}}$$

Da Geometria, tem-se que a área máxima possível de ser obtida vale  $\frac{\sqrt{3}}{2}$ , enquanto que a área do triângulo representativo dos três indicadores de desempenho é dada pela fórmula:

$$\frac{\sqrt{ID_a^2 \times ID_b^2 + ID_a^2 \times ID_c^2 + ID_b^2 \times ID_c^2}}{2}$$

Assim, o Indicador de Desempenho Geral, representado por IDG, será definido pela fórmula:

$$IDG = \sqrt{\frac{\sqrt{ID_a^2 \times ID_b^2 + ID_a^2 \times ID_c^2 + ID_b^2 \times ID_c^2}}{3}}$$

E seus valores poderão ser assim classificados:

Qualificação	Classe de valores
Ótimo	de 81% a 100%
Bom	de 49% a 81%
Regular	de 25% a 49%
Ruim	de 9% a 25%
Péssimo	de 0% a 9%

Tabela XXI - Qualificação de indicadores de desempenho geral por classe de valores

Adotando-se este conceito e com base nos valores de desempenho alcançados pela Secretaria em 2012, calcula-se o IDG da Secretaria em 85,20%, o que indica que boa parte dos projetos/atividades programados para o ano foi executada, classificando, sob todos os enfoques considerados, como ÓTIMO o seu desempenho.

» Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES

A Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES, em função das suas atribuições legais e regimentais, é um Centro de Excelência de prospecção, coleta, tratamento e geração de informações referentes aos empreendimentos do Setor de Transportes.

Visando subsidiar esses trabalhos e sistematizar a coleta, o tratamento e a manutenção de informações, dispõem de indicadores em sistemas gerenciais de informação, quais sejam: o Sistema de Gestão de Ações de Transportes no PAC – SIGPAC, o Sistema de Gestão de Informações e Participação Colaborativa – SGI e o Sistema de controle da CIDE - Combustível.

São os seguintes, os indicadores de uso interno, que visam medir o desempenho operacional da Unidade, na realização de suas atribuições:

➤ Indicadores referentes aos relatórios – SGI (Sistema de Gerenciamento de Informações do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão)

-NMAM - Número médio de ações PAC monitoradas no ano onde:

a = número de ações monitoradas em cada um dos 3 balanços anuais:

b = número de balanços no ano

Índice apurado em 2013:

a1 = 290      b = 3

a2 = 278  
a3 = 273  
NMAM = 280, 3 ações/ano

-NMAT - Número médio de ações monitoradas por técnico  
onde:

a = número de ações monitoradas em cada um dos 3 balanços anuais:  
c = número de técnicos diretamente envolvidos no monitoramento em cada balanço

Índice apurado em 2013:

a1 = 290      c1 = 32

a2 = 278      c2 = 21

a3 = 273      c3 = 24

NMAT = 10,9 obras por técnico

➤ Indicadores referentes aos relatórios – SIGPAC (Sistema de Informações Gerenciais do PAC - SEGES)

-NMEA = Número médio de obras em execução acompanhadas

onde:

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

f = número de períodos

e1 = 82      f = 2

e2 = 77

NMEA = 79, 5 obras em execução

-NEAT = Número médio de obras em execução acompanhadas por técnico

onde:

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

g = número de técnicos diretamente envolvidos no acompanhamento em cada período

Índice apurado em 2013:

e1 = 82      g1 = 32

e2 = 77      g2 = 24

NEAT = 2,8 obras/técnico

➤ Indicadores referentes aos relatórios produzidos – SIGPAC + SGI

-TRP = percentual de relatórios produzidos

onde:

j = número de relatórios previstos

k = número de relatórios elaborados

Índice apurado em 2013:

j = 7

k = 5

TRP = j / k = 71%

➤ Indicadores - Acompanhamento dos programas de trabalho da CIDE em 2013; (seis indicadores)

TARD = total de ações examinadas e publicadas dentre os 27 relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira, elaborados pelas Unidades da Federação, referentes às obras ou serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e transporte multimodal, relativas ao exercício anterior (2013)

Onde:

q = número de ações examinadas de cada UF contidas no relatório demonstrativo referente ao exercício anterior

Índice apurado em 2013

q1 = 14 (AC)	q10 = 28 (MA)	q19 = 08 (RJ)
q2 = 08 (AL)	q11 = 08 (MT)	q20 = 40 (RN)
q3 = 18 (AP)	q12 = 05 (MS)	q21 = 76 (RS)
q4 = 11 (AM)	q13 = 13 (MG)	q22 = 02 (RO)
q5 = 42 (BA)	q14 = 25 (PA)	q23 = 08 (RR)
q6 = 12 (CE)	q15 = 06 (PB)	q24 = 37 (SC)
q7 = 10 (DF)	q16 = 12 (PR)	q25 = 09 (SP)
q8 = 01 (ES)	q17 = 30 (PE)	q26 = 03 (SE)
q9 = 38 (GO)	q18 = 12 (PI)	q27 = 08 (TO)

TARD = 484 ações

TARDT = número médio de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior, por técnico.

onde:

q = número de ações examinadas de cada UF contidas no relatório demonstrativo referente ao exercício anterior

r = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

Índice apurado em 2013

TARD = 484 ações

r = 7

TARDT = número médio de 69,14 ações por técnico

-TAEA = total de ações examinadas nas 9 alterações dos Programas de Trabalho do exercício

Onde:

s = número de ações examinadas nas alterações eventualmente solicitadas pelas UFs no exercício.

Índice apurado em 2013

s1 = 07 (DF)

s2 = 31 (MA) – EM 3 Alterações

s3 = 03 (MS)

s4 = 06 (PE)

s5 = 06 (SE)

s6 = 02 (TO)

TAEA = 55 ações

-TAEAT = número médio de ações examinadas nas alterações, por técnico

onde:

s = número de ações examinadas nas alterações eventualmente solicitadas pelas UFs no exercício

v = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

Índice apurado em 2013

TAEA = 55

v = 7

TAEAT = número médio de 7,85 ações por técnico



TAPT= total de ações examinadas e publicadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte (2014), elaboradas pelas 27 Unidades da Federação, referentes às obras ou serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e transporte multimodal.

Onde:

x = número de ações examinadas nos Programas de Trabalho de cada UF para o exercício seguinte

Índice apurado em 2013

x1 = 14 (AC)

x2 = 08 (AL)

x3 = 01 (AP)

x4 = 07 (AM)

x5 = 05 (BA)

x6 = 11 (CE)

x7 = 03 (DF)

x8 = 01 (ES)

x9 = 01 (GO)

x10 = 04 (MA)

x11 = 06 (MT)

x12 = 04 (MS)

x13 = 06 (MG)

x14 = 02 (PA)

x15 = 04 (PB)

x16 = 09 (PR)

x17 = 06 (PE)

x18 = 05 (PI)

x19 = 04 (RJ)

x20 = 08 (RN)

x21 = 18 (RS)

x22 = 02 (RO)

x23 = 01 (RR)

x24 = 01 (SC)

x25 = 01 (SP)

x26 = 02 (SE)

x27 = 01 (TO)

TAPT = 135 ações

TAPTT= número médio de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte, por técnico

onde:

x = número de ações examinadas nos Programas de Trabalho de cada UF para o exercício seguinte

z = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

Índice apurado em 2013

TAPT = 135

z = 7

TAPTT = número médio de 19,28 ações por técnico

## 4. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

### 4.1. Execução das despesas

#### 4.1.1. Programação

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária:		Código UO: 39101		UGO: 390002	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		2.927.448.583,00		195.556.766,00	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	93.700.000,00		9.671.827,00	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
<b>Créditos Cancelados</b>		-30.000.000,00		-4.266.220,00	
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2013 (A)</b>		<b>2.984.330.893,00</b>		<b>200.962.373,00</b>	
<b>Dotação final 2012(B)</b>		<b>2.967.393.229,00</b>		<b>206.317.073,00</b>	
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		<b>0,570792702</b>		<b>-2,5953741</b>	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		654.750.000,00			
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	41.090.627,00			
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>	250.519.999,00		
<b>Créditos Cancelados</b>		-732.429.999,00			
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2013 (A)</b>		<b>213.930.627,00</b>			
<b>Dotação final 2012(B)</b>		<b>929.138.043,00</b>	<b>5.000.000,00</b>		
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		<b>-76,97536673</b>	<b>-100</b>		

#### 4.1.1.1. Análise Crítica

O orçamento aprovado para a Administração Direta do Ministério dos Transportes, unidade 39.101, é lançado no SIAFI na UG 390002 – Setorial Orçamentária.

Os recursos são transferidos para as unidades executoras vinculadas à Administração Direta que pertencem à Unidade Orçamentária 39.101.

As dotações aprovadas, considerando as descentralizações efetuadas para o Grupo Executivo do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e para a Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA, bem como os limites orçamentários disponibilizados, permitiram que a Administração Direta do Ministério dos Transportes atendesse a suas necessidades orçamentárias no decorrer do exercício.

- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

As alterações orçamentárias ocorridas tiveram o intuito de reforçar dotações constantes da Lei Orçamentária Anual que se mostraram insuficientes para atender plenamente despesas no decorrer do exercício, tais como: despesas obrigatórias com pessoal inativo, devido às atualizações de pensões que representam, anualmente, um volume considerável de dispêndios; despesas com Benefícios ao Servidor e Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, relativo a pensões indenizatórias devidas pelo Ministério dos Transportes.

Com relação às despesas de Investimentos, cabe mencionar que o volume de suplementações e cancelamentos deve-se ao fato da edição da Medida Provisória nº 598, de 27/12/2012, cujos saldos reabertos por meio do Decreto de 23/01/2013 foram cancelados posteriormente.

Outro fato ocorrido na Administração Direta foi em função do adiamento do leilão do Trem de Alta Velocidade, sendo que os recursos alocados para a ação de Apoio à Implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV (Rio de Janeiro – São Paulo – Campinas) não foram utilizados no exercício.

A obra de reforma e modernização do prédio localizado no SGON teve seu projeto contratado e concluído. O início da obra não se deu em razão do atraso na conclusão do processo licitatório que deverá ser concluído ainda no presente exercício de 2014 uma vez que estão sendo examinadas as propostas dos participantes do certame, em fase de conclusão.

O Ministério dos Transportes cumpriu todas as obrigações e atividades programadas para o exercício de 2013. Este posicionamento se ratifica diante do alto índice de execução dos créditos orçamentários colocados disponíveis à unidade.

#### **4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa**

Movimentação Interna – Recursos transferidos por meio de provisão para as Unidades da Administração Direta pertencentes à mesma gestão.

Movimentação Externa – No exercício de 2013, as dotações alocadas nas ações destinadas ao Apoio à Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê - no Estado de São Paulo, e Apoio à Construção do Rodoanel do Estado de São Paulo, constaram do orçamento da Administração Direta, sendo, portanto, necessária a descentralização parcial para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, UG 393003, por meio de destaque, conforme Portarias/MT nº 79, de 29/05/2013 e nº 78, de 14/05/2013, respectivamente.

Também foram descentralizados recursos para a Advocacia-Geral da União para atender despesas com contrato Italplan nº 44/2012, com a finalidade de defender interesses da República Federativa do Brasil, conforme Processo nº 5000.012.576/2013.

**QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	390002	COGEP				
<b>Recebidos</b>		390007	2000			6.348.602,00
		390007	09HB	15.999.960,00		
		390007	20TP	125.948.801,00		
		390007	2010			168.700,00
		390007	2012			7.694.000,00
		390007	2011	2.842.382.132,00		2.860.000,00
		390007	0181			39.255.527,00
		390007	2004			2.230.000,00
		RFFSA				
		390015	009S			6.000.000,00
		390015	0482	500.000,00		
		390015	0486	5.517.690,00		
		390015	09IX			23.579.100,00
		390015	0181	800.000,00		
		DNER				
		390056	0713			10.000.000,00
		SEGES				
		390004	8785			500.000,00
		FOMENTO				
		390004	2907			628.000,00
		SPNT				
		390004	2907			100.000,00
		390004	6058			4.600.000,00
		390004	7528			300.000,00
		390058	6058			5.000.000,00
		CGRL				
		390004	2000			48.582.074,38
		390004	4641			34.500.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>	390002	RFFSA				
<b>Recebidos</b>		390015	09IX	60.000,00		
		CGRL	2000	4.999.950,00		
		390004	2000			
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>	390002	DNIT				
<b>Recebidos</b>		393003	12JP	14.314.742,00		
		393003	14KV	128.090.627,00		

Fonte: SIAFI

**QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	390002	110060	2000			886.193,38
Concedidos	390004	540010	4641			16.000.000,00
Concedidos	390004	153063	2000			190.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI

**4.1.3. Realização da Despesa**

**4.1.3.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total**

**QUADRO A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL**

Unidade Orçamentária: Ministério dos Transportes	Código UO:39101		UGO:39000	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>42.432.848,22</b>	<b>34.620.282,69</b>	<b>42.432.848,22</b>	<b>34.620.282,69</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	8.457.793,02	4.134.303,18	8.457.793,02	4.134.303,18
d) Pregão	33.975.055,20	30.485.979,51	33.975.055,20	30.485.979,51
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>4.068.888,29</b>	<b>3.777.425,85</b>	<b>4.068.888,29</b>	<b>3.777.425,85</b>
h) Dispensa	3.004.897,06	2.962.113,16	3.004.897,06	2.962.113,16
i) Inexigibilidade	1.063.991,23	815.312,69	1.063.991,23	815.312,69
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>58.514,31</b>	<b>47.420,31</b>	<b>58.514,31</b>	<b>47.420,31</b>
j) Suprimento de Fundos	58.514,31	47.420,31	58.514,31	47.420,31
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>2.969.644.748,05</b>	<b>2.940.654.092,45</b>	<b>2.968.755.173,02</b>	<b>2.940.650.603,76</b>
k) Pagamento em Folha	2.969.287.609,73	2.939.919.211,58	2.968.398.034,70	2.939.915.722,89
l) Diárias	357.138,32	734.880,87	357.138,32	734.880,87
<b>5. Outros</b>	<b>68.106.979,24</b>	<b>53.717.297,40</b>	<b>68.106.979,24</b>	<b>53.717.297,40</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>3.084.311.978,11</b>	<b>3.032.816.518,70</b>	<b>3.083.422.403,08</b>	<b>3.032.813.030,01</b>

Fonte: SIAFI

**4.1.3.2. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ**

Não ocorreu no exercício.

**4.1.3.3. Despesas Por Grupo e Elementos de Despesas - Créditos Originários – Total**

Não ocorreu no exercício

**4.1.3.4. Despesas Por Grupo e Elementos de Despesas - Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ**

**QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESA POR GRUPO E ELEMENTOS DE DESPESAS – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS  
– VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

Unidade Orçamentária:Ministério dos Transportes			Código UO: 39101				UGO:39000	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
03-Pensões, exclusive do RGPS	1.917.619.441,28	1.843.207.013,88	1.913.829.443,76	1.842.407.013,88	3.789.997,52	800.000,00	1.913.556.231,53	1.842.404.900,19
01-Aposent. RPPS, Reserv. Remuner.	920.358.962,72	952.826.175,49	916.789.206,97	952.126.175,49	3.569.755,75	700.000,00	916.789.206,97	952.124.800,50
11-Vencimento e vantagens fixas	109.414.441,02	108.435.826,58	108.450.802,08	107.435.826,58	963.638,94	1.000.000,00	108.450.802,08	107.435.826,58
Demais elementos do grupo	36.774.945,07	58.531.187,99	30.218.156,92	37.950.195,63	6.556.788,15	20.580.992,36	29.601.794,12	37.950.195,62
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
39-Outros serviços de terceiros	38.933.909,70	28.789.376,98	24.722.013,33	15.108.578,82	14.212.896,37	13.680.798,16	24.711.013,33	15.108.578,82
93-Indenizações e Restituições	36.200.980,01	32.544.355,30	35.998.094,45	32.362.241,06	202.885,56	182.114,24	35.998.094,45	32.362.241,06
37-Locação de mão de obra	31.255.149,53	27.610.110,44	28.967.391,49	23.308.337,16	2.287.758,04	4.301.773,28	28.967.391,49	24.018.337,16
Demais elementos do grupo	26.938.559,34	20.292.217,84	25.152.595,94	14.828.173,97	1784.963,40	5.464.043,87	25.163.595,94	14.118.173,97
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
52-Equipamento e material permanente	3.318.678,44	4.219.380,01	184.273,17	2.289.976,11	3.134.405,27	1.929.403,90	184.273,17	2.289.976,11
39-Outros Serviços de Terceiros	1.143.509,52	0,00	0,00	0,00	1.143.509,52	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
65-Const. Ou aumento de Capital empresas	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

#### **4.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Não ocorreu no exercício.

#### **4.1.3.6. Despesas por Grupo e Elementos de Despesas - Créditos de Movimentação –**

Não ocorreu no exercício.

#### **4.1.3.7. Análise Crítica da realização da despesa**

➤ Alterações significativas ocorridas no exercício:

- Despesas por Modalidade de Contratação (A.4.1.3.2)

No quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação da unidade, destacam-se as contratações por meio de Concorrência e Pregão Eletrônico. Os gastos realizados na modalidade de suprimento de fundos se referem a despesas para realização das atividades do órgão. Vale ressaltar que houve redução das despesas na modalidade de Contratação – Diárias.

- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (A.4.1.3.4)

No grupo Outras Despesas Correntes, os gastos estão concentrados em:

1. Locação de Mão de Obra: pode-se observar o aumento da despesa de 2013 em relação a 2012, que se refere à repactuação e licitação de contratos no exercício. Não ocorreram, entretanto, novas contratações no exercício. O aumento das despesas se deu principalmente em razão das repactuações contratuais e, em menor proporção, em razão do preenchimento de algumas vagas antes em aberto.

2. Locação de Softwares: o órgão necessita de serviços especializados, principalmente no suporte de Tecnologia da Informação, essencial para a continuidade e expansão das atividades inerentes. Houve o pagamento da NF. 4140, da Ewave Brasil Informática Ltda., referente ao fornecimento de licenças de software, conforme pregão eletrônico 06/2013, no mês de julho/2013. O lançamento na conta nº 333903911 ocorreu em razão de necessidade identificada e registrada no PMI-TI-2012. Em 2012 foi realizado o planejamento da contratação e iniciado o processo aquisição – 2012000058, cujo edital foi publicado em fevereiro de 2013, com aquisição e execução concluída em 2013.

3. Serviços de Publicidade de Utilidade Pública: A Assessoria de Comunicação Social é responsável pelo planejamento e execução das políticas de comunicação do Ministério dos Transportes e sua interface com a política de comunicação do Governo Federal. Além das campanhas para redução de acidentes de trânsito, dentro do planejamento de comunicação do MT, estão previstas outras ações de utilidade pública envolvendo os seguintes temas:

- Combate ao transporte clandestino de passageiros;
- Grandes Eventos do Governo Federal;
- Programa Passe Livre – Ações para orientação (direitos e deveres aos usuários).

Para obtenção dos resultados efetivos da comunicação, se faz necessárias ações permanentes. Tendo em vista que ações pontuais não mudam o comportamento das pessoas. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostram que o número de acidentes nas estradas brasileiras é alarmante, causando elevado índice de mortes e ferimentos graves. Cerca de três mortes a cada duas horas e um acidente a cada dois minutos. Esse é o saldo trágico do número de acidentes registrados nas rodovias federais brasileiras.

Pesquisas constatam que os acidentes ocorrem em maior número em pleno dia, em condições de tempo bom e em trecho de linha reta e com boa sinalização. Esses dados revelam que o grande fator que provoca acidente é a imprudência do motorista, pois seu comportamento é fator decisivo nas situações de risco. Para reverter esse quadro, é necessária uma mudança de atitude dos motoristas. Para isso, a educação no trânsito é fundamental.

Considerando ainda que em março de 2010, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o mundo recebeu um desafio: reduzir pela metade o número de mortes do trânsito durante um período de 10 anos. Assim, foi proclamada a Década de Ação pela Segurança no Trânsito. Objetivando que entre 2011 e 2020 os índices de fatalidades em ruas e estradas dos países diminuam consideravelmente. A resposta do Governo Federal para este problema foi à criação do Pacto pela Redução de Acidentes - Parada, lançado pela Presidência da República no ano de 2011. Trata-se de uma ação interministerial, envolvendo os Órgãos impactados pelo tema (Ministérios dos Transportes, Cidades, Saúde, justiça, Denatran e diversos outros), composto de ações que envolvem o desenvolvimento de propostas de educação, legislação, fiscalização, mobilização em comunicação para reduzir os acidentes e a violência no trânsito, por meio da mudança de comportamento da população. Este tema é prioritário e está sendo acompanhado diretamente pela Casa Civil da Presidência da República.

Face às considerações expostas, ressaltamos que a verba disponibilizada para Campanhas Publicitárias de Utilidade Pública do Ministério dos Transportes recebeu reforços nos últimos anos a fim de corresponder às responsabilidades desta Pasta, bem como do Governo Federal, no tocante à segurança de tráfego nas estradas brasileiras a partir da educação e conscientização dos usuários.

4. Ressarcimento Assistência Médica e Odontológica: em função do Convênio firmado entre o Ministério dos Transportes e a GEAP, assinado em 22/08/2012, houve aumento de novas adesões de servidores ativos e aposentados, dependentes e pensionistas ao Plano de Saúde GEAP, acarretando desta forma, aumento da despesa com assistência à saúde. No decorrer do exercício houve também considerável de requerimentos de auxílio-saúde, que é um benefício indenizatório concedido aos servidores da Administração Pública Federal ativos, inativos e pensionistas que contratarem plano de assistência à saúde suplementar (nos limites estabelecidos pelo Governo Federal), ainda que o órgão ofereça assistência direta, por convênio de autogestão, ou através de contrato licitado, desde que comprovada a contratação particular de planos que atendam às exigências contidas no termo de referência anexo à Portaria Normativa SRH/MPOG nº 5 de 11 de Outubro de 2010.

Há de se considerar que, com publicação da Portaria/MPOG nº 625, de 21/12/2012, a partir de 1º de janeiro de 2013, houve reajuste considerável no valor da participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar do servidor e demais beneficiários. Este reajuste do valor *per capita* abrangem os beneficiários do plano de saúde GEAP e os beneficiários do auxílio-saúde indenizatório.

No grupo Investimentos, o gasto está concentrado em:

Aquisição de software: a despesa se refere a Termo de Referência que visa a contratação de uma solução de GIS – Sistema de Informações Geográficas para o Ministério dos Transportes que atenda as demandas peculiares das áreas de negócio, incluindo o devido repasse tecnológico aos servidores que serão usuários dessa solução.

Por fim, no grupo de despesa referente a Inversões Financeiras em 2013 não ocorreu despesa, porém ficou registrado em 2012 o valor integralizado para constituição da EPL – Empresa de Planejamento e Logística, empresa pública vinculada ao MT.



## 4.2. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não ocorreu no exercício.

## 4.3. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	48.639.125,81	16.915.031,60	25.266.983,81	6.457.110,40
2011	1.506.290,61	84.928,79	186.313,07	1.235.048,75
2010	158.011,08	100.834,68	0,82	57.175,58
2009	3.476.239,94	63.346,22	987.145,13	2.425.748,59
2008	26.407.043,36	0,00	7.090.991,17	19.316.052,19
2007	15.333.554,52	0,00	8.333.003,49	7.000.551,03
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	3.488,69	2.113,70	1.374,99	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi

### 4.3.1. Análise Crítica

Restos a Pagar. Observa-se que do valor inicial a pagar em 01.01.2013 – R\$ 19.954.332,81, restou um saldo a pagar em 31.12.2013 de R\$ 6.134.117,01. Este saldo é composto de despesas ainda não processadas, mas devidamente executadas, principalmente relacionadas com o contrato de publicidade, sob a gerência da ASCOM.

A pouca diferença restante, relacionada com despesas administrativas, estão sendo objeto de análise com vistas à liquidação imediata ou ao respectivo cancelamento.

## 4.4. Transferência de Recurso

### 4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (01)

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT									
CNPJ: 37115342/0004-00					UG/GESTÃO: 390004/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulad o até o Exercício	Início	Fim	
3	02/2011	UFSC	750.000,00		0,00	750.000,00	30/12/2011	23/05/2013	4
3	04/2011	UFBA	750.000,00		0,00	750.000,00	22/12/2011	20/07/2013	4

3	01/2012	UFMG	750.000,00		375.000,00	750.000,00	08/08/201	08/04/201	1
3	02/2012	UFMG	750.000,00		375.000,00	750.000,00	15/08/201	15/04/201	1
3	03/2012	UFF	1.914.826,19		945.653,24	945.653,24	27/12/201	27/08/201	1
3	04/2012	UFSC	493.440,00		493.440,00	493.440,00	27/12/201	25/11/201	4
3	01/2013	UFRJ	4.385.256,95		333.813,51	333.813,51	27/11/201	21/03/201	1
<b>LEGENDA</b>				<b>Situação da Transferência:</b>					
<b>Modalidade:</b>				1 - Adimplente					
1 - Convênio				2 - Inadimplente					
2 - Contrato de Repasse				3 - Inadimplência Suspensa					
3 - Termo de Cooperação				4 - Concluído					
4 - Termo de Compromisso				5 - Excluído					
				6 - Rescindido					
				7 - Arquivado					

Fonte: SIAFI/SICONV

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (02)**

Posição em 31.12.2013

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>									
<b>Nome: Secretaria Executiva – SE</b>									
<b>CNPJ: 37115342/0004-00</b>					<b>UG/GESTÃO: 390004/00001</b>				
<b>Informações sobre as Transferências</b>									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	04/2013	Ministério da Cidade	16.000.000,00		16.000.000,00	16.000.000,00	05/12/2013	31/12/2013	4
<b>LEGENDA</b>				<b>Situação da Transferência:</b>					
<b>Modalidade:</b>				1 - Adimplente					
1 - Convênio				2 - Inadimplente					
2 - Contrato de Repasse				3 - Inadimplência Suspensa					
3 - Termo de Cooperação				4 - Concluído					
4 - Termo de Compromisso				5 - Excluído					
				6 - Rescindido					
				7 - Arquivado					

Fonte: SIAFI/SICONV

**QUADRO A.4.4.1. – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (03)**

Posição em 31.12.2013

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>									
<b>Nome: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD</b>									
<b>CNPJ: 37115342/0004-00</b>					<b>UG/GESTÃO: 390004/00001</b>				
<b>Informações sobre as Transferências</b>									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	05/2013	UFPA	456.101,23		190.000,00	190.000,00	11/12/2013	31/07/2015	1
<b>LEGENDA</b>				<b>Situação da Transferência:</b>					
<b>Modalidade:</b>				1 - Adimplente					
1 - Convênio				2 - Inadimplente					
2 - Contrato de Repasse				3 - Inadimplência Suspensa					
3 - Termo de Cooperação				4 - Concluído					
4 - Termo de Compromisso				5 - Excluído					
				6 - Rescindido					
				7 - Arquivado					

Fonte: SIAFI/SICONV

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (04)**

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – COGEP									
CNPJ: 37.715.342/0001-67					UG/GESTÃO: 390007/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade de	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1 – Convênio	Nº 001/2012	03.658.432/0001-82	(*)	(*)	38.207.865,68	51.092.405,68	22/08/12	21/08/17	1 - Adimplente

**LEGENDA**

**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

(\*)valores pactuados de acordo com remuneração e idade, conforme tabela da Geap abaixo

(\*)Tabela GEAP Atual ( Janeiro/2013 até a presente data)

Faixa Etária	0,00 a 1.449,00	1.500,00 a 1.999,00	2.000,00 a 2.499,00	2.500,00 a 2.999,00	3.000,00 a 3.999,00	4.000,00 a 5.499,00	5.500,00 a 7.499,00	7.500 acima
00-18	R\$ 121,94	R\$ 116,19	R\$ 110,44	R\$ 105,84	R\$ 100,80	R\$ 90,88	R\$ 87,43	R\$ 82,83
19-23	R\$ 127,69	R\$ 121,94	R\$ 116,19	R\$ 110,44	R\$ 105,84	R\$ 93,18	R\$ 88,58	R\$ 83,98
24-28	R\$ 129,42	R\$ 123,67	R\$ 117,92	R\$ 112,16	R\$ 107,56	R\$ 94,91	R\$ 90,31	R\$ 85,70
29-33	R\$ 134,60	R\$ 127,69	R\$ 121,94	R\$ 116,19	R\$ 110,44	R\$ 95,48	R\$ 90,88	R\$ 86,28
34-38	R\$ 138,62	R\$ 131,72	R\$ 125,97	R\$ 120,22	R\$ 114,46	R\$ 99,51	R\$ 94,91	R\$ 90,31
39-43	R\$ 143,22	R\$ 136,32	R\$ 130,57	R\$ 124,82	R\$ 119,07	R\$ 104,11	R\$ 99,51	R\$ 94,91
44-48	R\$ 154,98	R\$ 147,42	R\$ 139,86	R\$ 133,56	R\$ 127,26	R\$ 105,84	R\$ 100,80	R\$ 95,76
49-53	R\$ 157,44	R\$ 149,76	R\$ 142,08	R\$ 135,68	R\$ 129,28	R\$ 107,52	R\$ 102,40	R\$ 97,76
54-58	R\$ 159,90	R\$ 152,10	R\$ 144,30	R\$ 137,80	R\$ 131,30	R\$ 109,20	R\$ 104,00	R\$ 98,80
59 ou +	R\$ 167,70	R\$ 159,90	R\$ 152,10	R\$ 144,30	R\$ 137,80	R\$ 111,80	R\$ 106,60	R\$ 101,40

**4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios**

**QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (01)**

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome:	Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT	
CNPJ:	371153420004-00	
UG/GESTÃO:	390004/00001	
Modalidade	Quantidade	Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de

	de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>	1	3	3	2.522.906,75	3.266.349,23	5.692.083,03
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>				2.522.906,75	3.266.349,23	5.692,083,03

Fonte: SIAFI

#### QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (02)

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria Executiva – SE					
<b>CNPJ:</b>	371153420004-00					
<b>UG/GESTÃO:</b>	390004/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>	1			15.920.000,00	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>				15.920.000,00	-	-

Fonte: SIAFI

OBS: O Termo de Cooperação nº 04/2013, é de competência da Assessoria de Comunicação social – ASCOM/GM/MT, e tem por objeto a elaboração de campanha publicitária com vistas á mudança de atitude da população para prevenção de acidentes nas rodovias durante férias e coibir uso de transportes clandestino para viagens interestaduais. Foi celebrado diretamente pela Secretaria Executiva/MT. A unidade responsável pelo acompanhamento técnico e pela prestação de contas é a ASCOM/GM/MT.

#### QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (03)

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD					
<b>CNPJ:</b>	371153420004-00					
<b>UG/GESTÃO:</b>	390004/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>	1			190.000,00		-
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>				190.000,00		

Fonte: SIAFI

OBS: Trata de Termo de Cooperação Técnica nº 677250 firmado com a Universidade Federal do Pará – UFPA, para apoio metodológico e realização de mapeamento de competências e avaliação de clima organizacional do Ministério dos Transportes, mediante descentralização de recursos. O responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de recursos é a COGEP/MT

**QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (04)**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP					
<b>CNPJ:</b>	37.715.342/0001-67					
<b>UG/GESTÃO:</b>	390004/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	1	1	1	38.207.865,68	31.318.571,00	31.955.024,00
Contrato de Repasse				-	-	-
Termo de Cooperação				-	-	-
Termo de Compromisso				-	-	-
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>38.207.865,68</b>	<b>31.318.571,00</b>	<b>31.955.024,00</b>

Fonte: SIAFI

**4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.**

**QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
<b>Nome:</b> Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT					
<b>CNPJ:</b> 37115342/0004-00			<b>UG/GESTÃO:</b> 390004/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		1.500.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		6.550.095,17(*)	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		919.554,07	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI

Obs: (\*) Despesa decorrente dos estudos relativos à Pesquisa de Tráfego (Termo de Cooperação nº 02/2010) realizada em parceria com o DNIT.

**QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS  
CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E  
DE CONTRATOS DE REPASSE.**

Valores em  
R\$  
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP					
CNPJ: 37.715.342/0001-67			UG/GESTÃO: 390004/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	38.207.865,68		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	31.318.571,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	31.955.024,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI

**4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse**

**QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.**

Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP						
CNPJ: 37.715.342/0001-67			UG/GESTÃO: 3900004/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2013	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1		
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
			Montante Repassado (R\$)	38.207.865,68		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
Montante Repassado (R\$)						
2012	Quantidade de contas prestadas					
	Contas	Quantidade Aprovada	1			

	Analisadas	Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Montante repassado	31.318.571,00	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		
2011	Quantidade de Contas Prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Montante Repassado	31.955.024,00	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
Montante Repassado				
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

Fonte: SIAFI

#### 4.5. Suprimento de Fundos

##### 4.5.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$  
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			34	10.200,82	39	41.460,83	51.661,65
2012			22	7.732,98	34	40.034,91	47.767,89
2011			22	6.288,66	35	45.192,34	51.481,00

##### 4.5.2. Suprimento de Fundo – Conta Tipo “B”

Não ocorreu no exercício.

##### 4.5.3. Suprimento de Fundo – Cartão de Crédito Corporativo (CPGJ)

QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1			Limite de Utilização da UG				
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total		
			Saque	Fatura			
Adoniro Judson Barroso	08455600187	30.000,00	1.820,00	26.673,54	28.281,54		
Allison Felipe de Souza Silva	83766235168	16.000,00		823,77	823,77		
Jeanninne Miranda Torres Klein	27606619115	10.000,00	0,00	0,00	0,00		
Maria Ivanildes G. da Mota	22631313100	20.000,00	4.972,82	6.314,99	11.287,81		
Rubens Cavalcante da Silva	32485247153	12.000,00		4.981,40	4.981,40		
Terezinha Vieira Firmino	15333272115	14.000,00	800,00	656,72	1.456,72		
Pedro Paulo Tourinho Pires	00591646110	30.000,00	2.820,00	2.010,41	4.830,41		
<b>Total Utilizado pela UG</b>			10.200,82	41.460,83	51.661,65		
<b>Código da UG 2:</b>			<b>Limite de Utilização da UG:</b>				
<b>Total Utilizado pela UG</b>							
<b>Total Utilizado pela UJ</b>							

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.5.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

**QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)**

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							36	51.661,65	43	47.767,89	39	51.481,00

Fonte: SIAFI

#### 4.5.5. Análise Crítica

Praticamente não houve um acréscimo relevante com gasto de suprimento de fundo em comparação com os anos 2011, 2012 e 2013. É importante esclarecer que quando se solicita suprimento de fundos para pagamento de despesas de pequeno vulto deve-se sempre atestar a falta momentânea dos materiais a adquirir ou serviços. Por se tratar de um instrumento de exceção, o Ministério dos Transportes evita o máximo possível a sua utilização.

#### 4.6. Renúncia sob Gestão da UJ

Não ocorreu no exercício



## 5. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

### 5.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

#### 5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1. Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>		1.349	10	122
1.1. Membros de poder e agentes políticos		1	1	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		1.348	9	121
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		874	-	19
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		132	7	82
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		342	2	20
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		-	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		135	2	23
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		1.483	12	145

Fonte: Serviço de Cálculos de Remuneração – SECR.

#### 5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>132</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>8</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	7
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>18</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0

5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	17
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	7
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>165</b>

Fonte: Serviço de Movimentação e Lotação – SEMOL.

## 5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções

#### QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão.</b>	<b>314</b>	<b>381</b>	<b>43</b>	<b>49</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	314	380	43	49
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão*	Não há	112	-	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	69	17	15
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas**	Não há	71	8	8
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	126	18	23
1.2.5. Aposentados	Não há	2	-	2
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>214</b>	<b>318</b>	<b>1</b>	<b>7</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão*		313	-	7
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		4	1	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas**		1	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>528</b>	<b>699</b>	<b>44</b>	<b>56</b>

Fonte: Serviço de Cálculos de Remuneração – SECR, Extraído do SIAPE.

- \* Incluídos 142 servidores com situação de Excedente a Lotação.
- \*\* Incluídos requisitados de outros órgãos, que na origem são vinculados ao regime celetista.

### 5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

#### QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUADA APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provisão de Cargo Efetivo</b>	<b>28</b>	<b>36</b>	<b>74</b>	<b>198</b>	<b>113</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	28	36	74	198	113
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provisão de Cargo em Comissão</b>	<b>65</b>	<b>106</b>	<b>132</b>	<b>280</b>	<b>116</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	39	82	83	123	53
2.3. Funções Gratificadas	26	24	49	157	62
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>93</b>	<b>142</b>	<b>206</b>	<b>478</b>	<b>229</b>

Fonte: Serviço de Cálculos de Remuneração SECR.

### 5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

**QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	14	25	197	212	1	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	14	25	197	212	1	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	11	31	264	386	4	3	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	4	99	273	-	3	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	10	27	165	112	4	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	<b>25</b>	<b>56</b>	<b>461</b>	<b>598</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	-

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Serviço de Cálculos de Remuneração – SECR

### 5.1.3. Custo de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

**QUADRO A.5.1.3 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	-	320.677,56	26.723,13	-	-	-	-	-	347.400,69	
	2012	-	320.677,56	26.723,13	-	-	-	-	-	347.400,69	
	2011	-	217.764,67	26.723,13	-	-	-	-	-	244.487,80	
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	52.153.100,90	-	26.931.339,95	3.610.001,76	9.638.813,90	21.608.389,82	326.521,57	157.793,55	35.339,12	114.461.300,57
	2012	57.816.168,97	-	27.372.473,96	3.393.876,63	6.409.327,51	21.989.285,85	1.322.956,85	2.926.195,64	475.275,42	121.705.560,83
	2011	55.674.754,96	-	32.791.819,41	3.655.489,74	11.212.598,47	23.167.226,71	1.469.915,74	-	36.857,42	128.008.662,45
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	197.202,09	-	15.664,31	19.389,19	13.500,54	9.978,78	-	-	-	255.743,91
	2012	327.556,04	-	29.361,00	-	8.866,64	16.085,70	-	-	-	381.869,41
	2011	5.763.239,02	-	162.730,10	-	17.652,27	46.645,68	-	-	-	5.990.267,07
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	158.107,24	-	-	-	-	158.107,24
	2012	-	137.182,56	11.431,88	-	-	-	-	-	-	148.614,44
	2011	-	113.939,73	11.431,88	-	-	-	-	-	-	125.371,61
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	-	13.605.727,07	1.117.018,15	-	-	-	-	-	-	14.722.745,22
	2012	-	12.947.035,04	530.940,75	-	-	-	-	-	-	13.477.975,79
	2011	-	13.349.428,30	4.496,57	-	-	-	-	-	-	13.353.924,87
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	-	1.860.342,06	154.684,55	-	-	-	-	-	-	2.015.026,61
	2012	-	768.331,62	63.906,81	-	-	-	-	-	-	832.238,43
	2011	-	782.937,84	65.638,38	-	-	-	-	-	-	848.576,22

Fonte: Serviço de Cálculos de Remuneração – SECR

## 5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.5.1.4.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>13.220</b>	<b>49</b>
1.1 Voluntária	11.213	41
1.2 Compulsória	108	1
1.3 Invalidez Permanente	1.060	4
1.4 Outras	839	3
<b>2. Proporcional</b>	<b>2.480</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	2.023	0
2.2 Compulsória	49	0
2.3 Invalidez Permanente	408	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>15.700</b>	<b>49</b>

Fonte: Serviço de Registro Funcional – SEREF

### 5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	50.013	703
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
<b>2. Em Atividade</b>	4.201	38
<b>3. Total (1+2)</b>	45.812	741

**Observação:** A extração de dados, por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE não permitiu a identificação dos instituidores aposentados com proventos proporcionais/integrais.

Fonte: SIAPE

## 5.1.5. Cadastramento no SISAC

### 5.1.5.1. Atos Sujeitos à comunicações ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC
	Exercícios		Exercícios
	2013	2012	2013
Admissão	-----	-----	58
Concessão de aposentadoria	116	81	116
Concessão de pensão civil	281	226	461
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-----	-----	-----

Concessão de reforma	-----	-----	-----
Concessão de pensão militar	-----	-----	-----
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-----	-----	-----
<b>Totais</b>	<b>397</b>	<b>307</b>	<b>635</b>

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas-COAP e Serviço de Movimentação e Lotação - SEMOL

### 5.1.5.2. Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

**QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	21	29	21	29
Cancelamento de concessão	0	1	0	1
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>21</b>	<b>30</b>	<b>21</b>	<b>30</b>

Fonte: SEMOL

### 5.1.5.3. Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

**QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão				
Concessão de aposentadoria	116			
Concessão de pensão civil	159	86	743	
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Total</b>	<b>275</b>	<b>86</b>	<b>743</b>	
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	21			
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
<b>Total</b>	<b>21</b>			

Fonte: Serviço de Movimentação e Lotação – SEMOL e Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP.

### 5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

**A.5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões gratuitas ou indenizatórias	03	-----	00	-----
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-----	-----	-----	-----
<b>Totais</b>	<b>03</b>	<b>-----</b>	<b>00</b>	<b>-----</b>

Obs: Os processos de pensão indenizatória judicial, decorrente de acidentes em estradas federais, estão sendo avocados e serão enviados à Sefip/TCU, para apreciação.

### 5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não ocorreu no exercício.

### 5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Não houve necessidade de providência em virtude de ausência de caso de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

### 5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não há indicadores a ser informado neste item visto que somente com a conclusão do Planejamento Estratégico deste Ministério será possível a sua elaboração e implantação dos referidos indicadores.

## 5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

### 5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

**QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA**

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Psicólogo	2	1	1	2	0
Odontólogo	2	2	2	2	0
Auxiliar de Enfermagem	2	2	2	2	0
Médico Clínico	2	2	2	3	1
<b>Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão</b>					
O Ministério dispõe de uma unidade de Assistência Médico, Odontológico e Psicológica com estrutura de atendimento voltada a atenção a saúde do Servidor, todavia não dispõe mais de profissionais de saúde em seu quadro de pessoal, em face da ocorrência de aposentadorias e pela não liberação de tais vagas em concurso público por parte do Ministério do Planejamento, Orçamentos e Gestão.					

Fonte: Contrato nº 052/2009-MT

### 5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não ocorreu no exercício.

### 5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.

**QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Unidade Contratante															
Nome: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL															
UG/Gestão: 39004/00001					CNPJ: 37.115.342/0004-00										
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2009	L	O	49/2009	00478727/0001-89	14/10/2009	13/10/2014	62	62							A

2012	V	O	12/2012	03602646/0001-37	21/05/2012	20/05/2014					55	55	A
<b>Observações:</b> <b>LEGENDA</b> Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.					<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								

Fonte: SAAD

## 5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

### QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL														
UG/Gestão:390004/00001							CNPJ:37.115.342/0004-00							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	12	O	17/2009	26413146/0001-52	31/03/2009	30/03/2014						1	1	P
2009	9	O	21/2009	02602476/0001-67	01/06/2009	31/05/2014	14	13						P
2009	3	O	39/2009	38056404/0001-70	29/07/2009	28/07/2014			5	5	17	17		P
2009	3	O	40/2009	38056404/0001-70	29/07/2009	28/07/2014			19	19				P
2009	12	O	52/2009	01644731/0001-32	15/09/2009	14/09/2014			110	110				P
2009	4	O	55/2009	10811374/0001-40	01/12/2009	30/11/2014	33	33						P
2010	10	O	16/2010	08454128/0001-37	07/05/2010	06/05/2014	18	18						P
2010	8	O	29/2010	03015651/0001-43	23/08/2010	22/08/2014			1	1				P
2010	8	O	42/2010	08454128/0001-37	25/10/2010	24/10/2014	4	4						P
2010	12	O	43/2010	05496394/0001-34	03/11/2010	02/11/2012								E
2010	2	O	51/2010	38062485/0001-10	01/12/2010	15/05/2012								E
2010	12	O	54/2010	26413146/0001-52	06/12/2010	05/12/2014	10	9	11	10	37	35		P
2011	12	O	02/2011	26413146/0001-52	20/01/2011	19/01/2015			4	4	8	6		P
2011	12	O	06/2011	26413146/0001-52	28/02/2011	27/02/2014			79	77	25	22		P
2011	8	O	13/2011	00077362/0001-80	09/05/2011	08/05/2014	4	4	1	1	1	1		P
2012	12	O	32/2012	10704092/0001-44	03/11/2012	28/02/2013								E
2012	2	O	34/2012	04248842/0001-18	01/11/2012	15/05/2014	34	34						P
2013	11	O	04/2013	06090065/0001-51	01/03/2013	02/11/2014			67	54	47	30		

**Observações:**

#### **LEGENDA**

#### **Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAAD

### 5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Justifica-se a contratação dos serviços, de Limpeza Higiene e vigilância Ostensiva, em decorrência da escassez dos recursos humanos disponíveis principalmente na execução dos serviços citados no objeto e a extinção desses cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, prevista na Lei nº 9.632 de 07 de maio de 1.988 e no § 1º do art. 1º do Decreto nº 2.271/1997, dispondo que somente poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou entidade.

### 5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	130	131	133	127	1.008.954
1.1 Área Fim	35	35	34	36	266.836
1.2 Área Meio	95	96	99	91	742.118
<b>2. Nível Médio</b>	184	187	179	167	858.527
2.1 Área Fim	70	69	65	63	317.859
2.2 Área Meio	114	118	114	104	540.668
<b>3. Total (1+2)</b>	314	318	312	294	1.867.481

Fonte: Divisão de Treinamento e Capacitação – DITC



## 6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

### 6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Legislação que dispõe sobre o uso da frota oficial: Lei 1.081/1950, Decreto 6.403/2008 e a Instrução Normativa da SLTI/MPOG nº 03, de 15 de maio de 2008.

b) Relação de veículos com a respectiva classificação por grupo:

Item	Marca	Modelo	Ano	Placa	Patrimônio	Rena van	Chassi	Grupo	
<b>Grupo I - Veículos de Representação</b>									
01	Ford	Fusion	2008	JGC-1421	037484	973269030	3FAHP08Z68R2348111	G-I	
02	GM	Omega	1998	JFP- 4491	018314	711137404	6G1VX69TXWL378317	G-I	
							<b>Total</b>	<b>02</b>	
<b>Grupo III - Veículos de Transporte Institucional</b>									
1	Fiat	Fiat Linea	10/10	JJU-1531	039.772	196686750	9BD110586A1522982	G-III	
02	Fiat	Fiat Linea	10/10	JJU-1541	039.776	196689619	9BD110586A1523017	G-III	
03	Fiat	Fiat Linea	10/10	JJU-1551	039.775	196690986	9BD110586A1522993	G-III	
04	Fiat	Fiat Linea	10/10	JJU-1571	039.773	196622646	9BD110586A1522978	G-III	
05	Fiat	Fiat Linea	10/10	JJU-1611	039.774	197710018	9BD110586A1522986	G-III	
06	Renault	Megane	05/06	JKH-5671	033029	873325117	8 A1LA1D356L650565	G-III	
07	Ford	Focus guia 2.olfc	2003	JFP-8095	028194	818023120	8AFCZZFFC4J324593	G-III	
08	Ford	Focus guia 2.olfc	05/06	JKH-4551	033025	870784633	8AFFZZFFC6J464597	G-III	
							<b>Total</b>	<b>08</b>	
<b>Grupo IV - Veículos de Serviço Comuns</b>									
01	Fiat	Fiat Doblo	10/10	JJU-1561	039.771	196557232	9BD119205A1065054	G-IV	
02	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JJU-0071	039.763	190868600	9BFZF54P8A8491663	G-IV	
03	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JJU-0081	039.761	190867639	9BFZF54P6A8491807	G-IV	
04	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-8962	039.758	183778499	9BFZF54P3A8491652	G-IV	
05	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-8972	039.762	183781082	9BFZF54P8A8491615	G-IV	
06	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-8982	039.760	183788672	9BFZF54P6A8491581	G-IV	
07	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-8992	039.749	183717040	9BFZF54PXA8491616	G-IV	
08	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9002	039.755	183740343	9BFZF54P2A8491657	G-IV	
09	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9012	039.753	183763998	9BFZF54P1A8491617	G-IV	
10	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9022	039.751	183766040	9BFZF54P0A8491558	G-IV	
11	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9032	039.757	183775180	9BFZF54P3A8491649	G-IV	
12	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9762	039.752	183854608	9BFZF54P0A8491656	G-IV	
13	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9772	039.750	183855191	9BFZF54PXA8491650	G-IV	
14	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9782	039.754	183855957	9BFZF54P1A8491651	G-IV	
15	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9792	039.764	183858530	9BFZF54P9A8491803	G-IV	
16	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9802	039.756	183856520	9BFZF54P2A8491805	G-IV	
17	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9812	039.759	184971756	9BFZF54P4A8491806	G-IV	
18	GM	Corsa Sedan	04/05	JFQ-0765	030137	845060880	9BGSA19E05B178579	G-IV	
19	VW	Caminhão	06/07	JFO-2169	034229	905311620	9BWA952P97R706266	G-IV	
20	MB	Micro Ônibus	1987	JFO-5185	008062	004268270	9BM308304HB775147	G-IV	
							<b>Total</b>	<b>20</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>									<b>30</b>

Tabela XXII – Classificação de veículos por grupo

- Media anual de quilômetros rodados:

GRUPOS	Quantidade de veículos	Somatório de KM rodados em 2012	Media anual de KM rodados
Grupo I - Veículos de Representação	02	13.758	6.879
Grupo III - Veículos de Transporte Institucional	08	78.307	9.788,375
Grupo IV - Veículos de Serviço Comuns	20	243.268	12.163,40
<b>TOTAL</b>	30	335.333	11.177,77

Tabela XXIII – Indicação da média anual de quilômetros rodados

c) Idade média ponderada da frota por veículo até 2013.

GRUPO I								
Veículos	Ano de Fabricação			Total de Veículos	Idade Média			
	1998	2008	2013					
Fusion	-	1	-	1	5			
Omega	1	-	-	1	15			
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>10</b>			
GRUPO III								
Veículos	Ano de Fabricação				Total de Veículos	Idade Média		
	2003	2005	2010	2013				
Focus	1	1	-	-	2	9		
Megane	-	1	-	-	1	8		
Linea	-	-	5	-	5	3		
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>5,125</b>		
GRUPO IV								
Veículos	Ano de Fabricação						Total de Veículos	Idade Média
	1987	2004	2006	2009	2010	2013		
Micro-Ônibus	1	-	-	-	-	-	1	26
Corsa-Sedan	-	1	-	-	-	-	1	9
Fiesta Sedan	-	-	-	16	-	-	16	4
Caminhão	-	-	1	-	-	-	1	7
Doblo	-	-	-	-	1	-	1	3
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>5,45</b>

Tabela XXIV – Enumeração da idade média ponderada da frota por grupo de veículo até 2013

d) Custo anual associado à manutenção da frota em 2013:

ITENS	VALOR ANUAL
Combustível	R\$ 121.866,66
Reparos - Manutenção preventiva e corretiva	R\$ 53.007,10
Seguro Obrigatório / Licenciamento	R\$ 4.845,74
Pessoal responsável pela administração (servidores do quadro de pessoal do MT)	-

Tabela XXV – Custo anual da manutenção da frota de veículos em 2013

e) O órgão utiliza dos seguintes recursos para procurar manter a prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- Controle de Movimento Diário de veículos
- Requisição de veículos
- Telefonia fixa
- Computadores
- Requisição de abastecimento
- Mapa de controle anual de veículos
- Relatório de abastecimento
- Check List de viaturas
- Controle de troca de Óleos
- Controle de troca de pneus de viaturas
- Serviço de lavagem de viatura
- Comunicação ao setor responsável pela concessão do benefício de auxílio-transporte ou pela indenização decorrente de locomoção as informações relativas aos usuários para que sejam providenciados os devidos ajustes, quando couber nos casos de deslocamento com veículo oficial da residência para o local de trabalho e vice-versa.

## 6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

**QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	<b>Distrito federal</b>	05	05
	Brasília	05	05
	<b>PARÁ</b>	05	05
	Belém	05	05
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>10</b>	<b>10</b>
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	<b>PAÍS “n”</b>		
	cidade 1		
	cidade “n”		
<b>Subtotal Exterior</b>			
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>10</b>	<b>10</b>

Fonte: SPILNET

## 6.2.2. Distribuição dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

**QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
390004	97012485.500-7	11	Bom		28/08/201	48.689.561,12		
	970121382.500-9	10	Bom		24/08/2012	34.459.837,12		
390004	970121377.500-1	10	Bom		30/08/2012	1.702.469,48		
390004	970121381.500-3	4	Bom		31/08/2012	1.561.962,16		
390004	970121374.500-5	13	Bom		28/08/2012	142.412,06		
390004	042700536.500-4	13	Regular		06/05/2013	98.033,71		
390004	042700537.500-0	13	Regular		06/05/2013	106.071,80		
390004	042700538.500-5	13	Regular		06/05/2013	118.983,65		
390004	042700539.500-0	13	Regular		06/05/2013	103.192,15		
390004	042700732.500-0	13	Regular		03/05/2013	106.870,75		
<b>Total</b>								

Fonte: SPILNET

## 7. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

### 7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: <a href="http://transportes.gov.br/conteudo/71619">http://transportes.gov.br/conteudo/71619</a>

<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	

## 8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

### 8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <b>SIM</b>					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. <b>SIM</b>					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis). <b>SIM</b>					X
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <b>SIM</b>				X	
	<b>PROCEL</b>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <b>SIM</b>					X
	<b>Redução na conta de água</b>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <b>SIM</b> • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
	<b>Papel, copos, capas e de processos</b>				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <b>Não houve aquisição de tais produtos</b>	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <b>NAO</b> • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos. <b>SIM</b>					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. <b>SIM</b>					X

12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. <b>SIM</b>						<b>X</b>
Considerações Gerais:						
<b>LEGENDA</b>						
<b>Níveis de Avaliação:</b>						
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

## 8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Projeto Esplanada Sustentável	2012	Conscientização dos Servidores				
A3P	2011	Conscientização dos Servidores				
Coleta Seletiva solidária	2007	Reciclagem de Material				
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel</b>	12.049	17.575	17.308	85.542	123.025	129.810
<b>Água</b>	18.059	22.621	23.229	307.973	348.733	322.233
<b>Energia Elétrica</b>	2.534.329	2.251.194	2.158.056	867.240	919.355	797.582
			<b>Total</b>	1.260.755	1.391.113	1.249.625

Fonte: CGRL

Obs.: Dados referentes ao Ed. Anexo do Ministério dos Transportes

E.E: Kwh total medido na ponta mais fora de ponta

Valor Bruto com impostos

Tarifa verde

A.E: Quantidade m3

Valor Bruto com impostos

Papel: Quantidade resma



## 9. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

### 9.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

#### 9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

»Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO

#### QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT					014165
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1		Acórdão 1523/2013	9.4; 9.5.1; e 9.5.2		Memorando nº 264/2013/CGFC/SPO/MT de 16/07/13; Memorando nº 443/2012/CGFC/SPO/MT de 19/09/12; Memorando nº 269/2013/CGFC/SPO/MT de 19/07/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT					014165
Descrição da Deliberação					
<p>9.4. Determinar, com fulcro no art. 250 do RI/TCU, ao Ministério dos Transportes, ao Departamento do Fundo da Marinha Mercante e à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, em 90 (noventa) dias, a contar da ciência do presente Acórdão, promovam a regularização dos valores do passivo “2.1.2.1.1.11.00 - Fornecedores por insuficiência de créditos/recursos” do Departamento do Fundo da Marinha Mercante do Ministério dos Transportes, em cumprimento ao que estabelece o inciso II do art. 167 da Constituição;</p> <p>9.5.1. O descumprimento da exigência do art. 167, VIII, da Constituição Federal, bem como do art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, devido à utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social destinados a suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos realizados sem a devida autorização legislativa específica ao Ministério dos Transportes para que efetue essa utilização;</p> <p>9.5.2. A falha constante do balanço orçamentário das demonstrações financeiras do Ministério dos Transportes do exercício de 2008, relativo à duplicação indevida do registro da receita de contribuição de natureza 12.20.18.00 denominada Cota Parte do Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante, cuja realização em 2008 foi de R\$ 2.213.454.798,00, mas teve registro duplicado para R\$ 4.426.909.595,00, e das despesas de inversão financeira, cuja execução foi de R\$ 2.122.248.050,00, mas que teve registro de R\$ 4.244.496.099,00;</p>					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT					014165

**Síntese da Providência Adotada**

No tocante a recomendação do TCU quanto às demonstrações financeiras do exercício de 2008 do Ministério dos Transportes, apresentarem duplicação indevida da despesa e da receita num montante de R\$ 4,2 bilhões, esclarece-se o seguinte:

- a) Quando da extração de dados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, consultado por Unidade Gestora 277001 – Gestão 00001- Departamento do Fundo da Marinha Mercante-DEFMM, ano 2008 mês dez/08, no Balanço Orçamentário, as receitas de contribuição apresentam no campo realização o montante de R\$ 2.213.454.592,30 e as despesas de inversões financeiras o valor de 2.122.248.049,67, conforme o anexo demonstrativo;

Já os dados extraídos do SIAFI no Balanço Orçamentário exercício 2008, consultado por órgão consolidado superior 39000-Ministério dos Transportes, aparece com valores duplicados nas receitas de contribuição no montante de R\$ 4.426.909.184,60 e as despesas de inversões financeiras o valor de 4.244.496.099,34.

Assim, os registros de ingressos duplicados no órgão 39000 (consolidado) ocorreu devido a erro de sistema, não identificado em época própria. Não foi verificado quaisquer observações da Coordenação-Geral de Contabilidade/CCONT/STN/MF sobre o assunto, na publicação do BGU de 2008. Assim ratifica-se que a execução foi de 2.213.454.592,30 e 2.122.248.049,67 no exercício de 2008.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Quanto a recomendação do Tribunal ao Ministério dos Transportes, de que o montante registrado à conta contábil 21211.11.00- Fornecedores por Insuficiência de Crédito, não tem a devida cobertura orçamentária, fere o princípio estabelecido no § 1º Inciso V, combinado com o inciso I e caput do art. 29 da Lei Complementar 101, de 04/05/200, esclarece-se que tendo em vista o saldo da conta contábil 21211.11.00- Fornecedores por Insuficiência de Crédito, não se trata de dívida em processo de reconhecimento, e sim estimativa de dívidas, os valores ali inscritos foram baixadas por meio Nota de Lançamento/NL, SIAFI 2012: 2012NL000131; 2012NL000134; 2012NL000135; 2012NL000138; 2012NL000139; 2012NL000141; 2012NL000142; 2012NL000143; 2012NL000144; 2012NL000147; 2012NL000150; 2012NL000151; 2012NL000153; 2012NL000181; 2012NL000182; e 2012NL000186.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT					014165
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2		Acórdão 1523/2013	9.1 e 9.6.7		Memorando nº 342/2013/ASSAD/GM/MT de 04/04/2013 Ofício 1941/2012/GM/MT de 11/10/12 Ofício nº 203/DEST-MP de 05/03/13
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT					014165
Descrição da Deliberação					
9.1. Dar ciência à Presidência da República, por intermédio do Gabinete Civil, sobre a necessidade de cumprimento da exigência do art. 167, VIII, da Constituição Federal, bem como do art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal no sentido de que a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social destinados a suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos somente sejam realizados com a existência de autorização legislativa específica àquela entidade que permita que o Poder Executivo efetue essa utilização;					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT					014165
Síntese da Providência Adotada					
Parecer Nº 1/2013/PGFN – item 15					

15 . Feitos estes esclarecimentos, sob o aspecto jurídico-societário, não vemos óbice à adoção das conclusões esposadas pela Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes, que por meio da Nota nº 243/2012/CONJUR-MT/CGU/AGU:bcs, de 03 de maio de 2012, ratificadas pela STN, entendeu que a utilização de recursos para aumento de capital caracteriza-se "despesa de investimento", conforme conceitua o § 4º, do art. 12, da Lei nº 4.320, de 1964, e, portanto, não se enquadra na vedação contida no art. 167, VIII, da Carta Magna, bem como salientou que a autorização por lei específica mencionada no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no caso da VALEC, está contida no art.12, inciso I, da Lei nº 11.772, sendo o decreto presidencial apenas o meio utilizado para executar o aumento de capital.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Nota Técnica nº 82/CGCOR/DEST/SE-MT de 05/03/13 – item 17

17. Diante do exposto, o DEST esclarece que os repasses de custeio estão autorizados na lei de criação da empresa e que os repasses para investimentos prescindem de autorização legislativa específica.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

»Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP

**QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (01)**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 005.578/2013-2	1883/2013 1º câmara	1.7	DE	4894/2013-TCU-SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Regularização quanto ao calculo da vantagem individual ao que se refere o Art. 9 da Lei nº 8460/92 e esclarecer a continuidade do pagamento ao senhores Adair Nunes e Antonio Carlos Gomes Plácido.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, instituidores de Pensão e Pensionistas					14304
Síntese da Providência Adotada					
Foi encaminhado o OFÍCIO Nº 5646/2013-COGEP/SAAD/SE/MT para o Tribunal de Contas da União em 17/07/2013, informando que a remuneração era paga em uma única rubrica, portanto o registro da Vantagem Individual Nominalmente Identificada a que se refere o Art. 9º da Lei 8.460/92, em sua folha de pagamento, é decorrente ao enquadramento do servidor no PCC, uma vez que a soma dos valores da tabela de remuneração do citado plano totalizava valor inferior ao recebido anteriormente pelos interessados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido integralmente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 014.753/2013-8	3700/2013 1º câmara	1.7	DE	9262/2013-TCU-SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Cadastrar novo ato SISAC corrigindo as falhas apontadas no campo esclarecimento do Gestor de Pessoal e encaminha-lo via controle interno.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, instituidores de Pensão e Pensionistas					14304
<b>Síntese da Providência Adotada</b> Foi encaminhado o OFÍCIO Nº 5535/2013-COGEP/SAAD/SE/MT ao TCU em atendimento ao Acórdão nº 3700/2013 – TCU, Esclarecendo que existem dois atos cadastrados em nome do referido senhor, sendo o primeiro, sob o controle nº100001506-04-2009-000114-4, (ato inicial), que foi julgado prejudicado por inépcia em 11/06/2013 e o segundo sob o Controle nº 10001506-04-2009-000115-2, (ato de alteração), que foi julgado legal, através do Acórdão nº 3918/2013 -TCU - Primeira Câmara, TC nº 015.661/2013-0, prolatado na sessão de 18/06/2013. Diante do fato, esta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP-, acatou a determinação constante no Acórdão nº 3918/2013 - TC 015.661/2013 de 18/06/2013, que considera legal para fins de registro o ato de concessão da aposentadoria do referido senhor, uma vez que se trata de ato de alteração					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Atendido integralmente.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 010.224/2013-0	3.793/2013-TCU-1ª Câmara	9.2	DE	Ofício nº 9.585/2013- TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determina ao Ministério dos Transportes que, em 15 dias, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes de concessão de pensão civil considerada ilegal, comunique o interessado dos termos do presente acórdão, encaminhe cópia de comprovante de que o interessado tomou conhecimento dos termos do citado acórdão, remeta cópia do acórdão à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas					14304
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Exclusão do beneficiário ERICK LUIZ DO VALLE LOPES da folha de pagamento deste Ministério, sendo o TCU comunicado do cumprimento integral das determinações exaradas por aquela Egrégia Corte de Contas em 13 de dezembro de 2013, por meio do Ofício nº 9.828/2013-COGEP/SAAD/SE-MT.					

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Atendida integralmente
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC 015.121/2008-8	3046/2013 - TCU - 1ª Câmara	1	DE	Ofício nº 7.280/2013-TCU/Sefip
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Providencie, no prazo de 60 dias, o cadastramento de novos atos de pensão civil, via Sistema SISAC dos pensionistas citados no presente Acórdão.					
Providências Adotadas					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas					14304
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Encaminhados os Ofícios nº 5.659 e 9.588/2013 – COGEP/SAAD/SE-MT, de 17/07 e 5/12/2013 (respectivamente), informando o cadastramento dos Atos SISAC solicitados no Ofício nº 7.280/2013-TCU/Sefip.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Atendida integralmente					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Os Atos SISAC dos beneficiários MARIA JOSÉ SANTOS SILVA, LAERCIO DOS SANTOS SILVA e MARIAQ ELIZA GELAIN, não puderam ser elaborados e enviados na primeira resposta (Ofício nº 5.659/2013-COGEP/SAAD/SE-MT, de 17/07/2013) porque os processos de pensão estavam sob a guarda do DNIT nos Estados do Paraná e Pará.					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC 004.233/2013-1	nº 3.786/2013-TCU-1ª Câmara	9.3	DE	Ofício nº 8.988-TCU/Sefip
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Que, em 15 dias, emita novos atos de pensão em favor de IVONI DE LIMA GOULART e MARLI PEREIRA DOS SANTOS e providencie a suspensão dos pagamentos considerados ilegais, comunicando-as da deliberação contida no presente acórdão, encaminhando comprovante do recebimento, por parte das citadas Senhoras, da citada deliberação. Que também, registre no SISAC atos de alteração de pensão de ÁUREO ALVES DE MIRANDA e HÉLIO DOS SANTOS.					
Providências Adotadas					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas					14304
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Encaminhado o Ofício nº 5.656/2013-COGEP/SAAD/SE/MT, de 17/07/2013, comunicando que foram elaborados novos ATOS SISAC em nome das pensionistas IVONI DE LIMA GOULART e MARLI PEREIRA DOS SANTOS (com suas pensões parametrizadas nos termos da EC.41/2013, sendo os benefícios devidamente ajustados no SIAPE).					

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Integralmente atendida
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	TC 041.780/2012-4	nº 6.803 /2013-TCU-1ª Câmara	9.3	DE	Ofício nº 3.308-TCU/Sefip
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Considerar ilegais as pensões recebidas pelos pensionistas EDNILTON SILVA SANTOS JÚNIOR e LEONARDO SANTOS SILVA, dando 15 dias para cientificá-los das providências adotadas, fazendo cessar os pagamentos e concedendo 30 dias para encaminhar comprovantes de que os citados pensionistas tomaram ciência das deliberações contidas no presente acórdão.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas					14304
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Encaminhado o Ofício nº 2.899/2013 – COGEP/SAAD/SE-MT, de 15 de abril de 2013, comunicando à SEFIP/TCU que o pensionista EDNILTON SILVA SANTOS JÚNIOR e LEONARDO SANTOS SILVA foram comunicados (por meio dos Ofícios nº 2.838 e 2.839/2013 – COGEP/SAAD/SE-MT, de 12 de abril de 2013) que suas pensões foram canceladas em virtude da decisão exarada no acórdão em referência.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Integralmente atendida					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
07	TC 011.890/2011-8	nº 7.236 /2012-TCU-1ª Câmara	9.5	DE	Ofício nº 70.639-TCU/Sefip
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Faça cessar, em 15 dias, o pagamento decorrente de ato considerado ilegal. Regularize, em 15 dias, os pagamentos indevidos (parametrizando-os nos termos da EC.41/2003). Dê ciência, em 15 dias, da deliberação contida no presente acórdão aos beneficiários relacionados nos itens 9.2 e 9.3. Encaminhe ao TCU, em 30 dias, documento apto a comprovar que os interessados citados nos itens 9.2 e 9.3 tomaram ciência do presente acórdão.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas					14304
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Encaminhado o Ofício nº 2.019/2013 – COGEP/SAAD/SE-MT, de 15 de março de 2013, comunicando à SEFIP/TCU as providências adotadas por este Órgão quanto à regularização das pensões dos beneficiários IDA MOREIRA DE MATOS e JOSÉ FREIRE (comunicando também à Senhora ZILDA MIRANDA MARTINS do teor do acórdão em					

referência que julga ilegal sua pensão). Foi encaminhado, em 6 de maio de 2013, o Ofício nº 3.444/2013 – COGEP/SAAD/SE-MT, informando a parametrização, nos termos da EC.41/2003 dos benefícios dos beneficiários IDA MOREIRA DE MATOS e JOSÉ FREIRE, bem como comunicando a exclusão da pensionista ZILDA MIRANDA MARTINS.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Integralmente atendida

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	TC 018.546/2011-0	nº 2.879 /2012-TCU-1ª Câmara	9.4	DE	Ofício nº 6.956-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
Determina a elaboração de novos atos SISAC em nome de NARA APARECIDA ALVES e RENILDE FERREIRA DOS SANTOS, em 60 dias.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas					14304
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício nº 4.703/2013 – COGEP/SAAD/SE-MT, de 13 de junho de 2013, encaminhando os novos Atos SISAC das pensionistas NARA APARECIDA ALVES e RENILDE FERREIRA DOS SANTOS, conforme determinado pelo nº 2.879 /2012-TCU-1ª Câmara.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Integralmente atendida					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	TC 002.176/2012-2	4.401/2013-TCU-1ª Câmara	9.4	DE	Ofício 9.753/2013-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
Dar ciência, em 15 dias, da deliberação que considerou ilegais as concessões de pensão. Fazer cessar, em 15 dias, os pagamentos decorrentes dos atos ilegais. Encaminhar ao TCU, em 30 dias, documento apto que comprove que os beneficiários tomaram ciência das deliberações contidas no presente acórdão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas					14304
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício nº 6.839/2013 – COGEP/SAAD/SE-MT, de 02 de setembro de 2013, informando que as pensionista ADONAY SUAVI MATTOS NOGUEIRA, ALACIR SUAVI MATTOS NOGUEIRA e AMAIR MARILAC DE QUEIROZ tiveram suas pensões parametrizadas pela EC.41/2003 (não havendo mais irregularidade, foi					

feito novo Ato SISAC, esperando-se que o mesmo seja julgado legal em nome das três).
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Integralmente atendida
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 010.250/2013-1	3.596/2013-TCU-1ª Câmara	9.2	DE	Ofício 3.596/2013-TCU/1ª Câmara
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determina ao Ministério dos Transportes a correção do ato de concessão de pensão civil em favor de JULIA ALVES DE ALMEIDA, em até 30 dias.					
Providências Adotadas					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas					14304
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Encaminhado o Ofício nº 5.520/2013 – COGEP/SAAD/SE-MT, de 12 de julho de 2013, informando sobre a concessão de pensão à pensionista JÚLIA ALVES DE ALMEIDA, na condição de menor sob guarda do ex-servidor DOMINGOS SANTIAGO, sendo elaborado, inclusive, novo Ato SISAC.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Integralmente atendida					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	041.781/2012-0	7248/2012-TCU-1ª Câmara	9.3	DE	521/2013-TCU/SEFIP
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para: - dar ciência no prazo de 15 (quinze) dias do inteiro teor deste Acórdão ao interessado; - fazer cessar no prazo de 15 (quinze) dias o pagamento decorrente do ato considerado ilegal; - encaminhar ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias comprovação da ciência do beneficiário em relação ao Acórdão.					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado os Ofícios nº 1248/2013-COGEP/SAAD/SE/MT, de 18 de fevereiro de 2013 e nº 1961/2013-					



COGEP/SAAD/SE/MT, de 13 de março de 2013, com os comprovantes das ações solicitadas pelo item 9.3 do Acórdão.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Atendida integralmente.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	023.566/2010-8	2053/2013-TCU-2ª Câmara	9.3.1 e 9.3.2	DE	5986/2013-TCU/SEFIP
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Fazer cessar no prazo de 15 (quinze) dias os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado e encaminhar ao interessado cópia do presente Acórdão para ciência.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhados os Ofícios nº 4042/2013-COGEP/SAAD/SE/MT, de 22 de maio de 2013 e nº 4476/2013-COGEP/SAAD/SE/MT, de 05 de junho de 2013, com os comprovantes de exclusão e ciência do interessado.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Atendida integralmente.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	004.353/2013-7	4251/2013-TCU-1ª Câmara	9.3	DE	9566/2013-TCU/SEFIP
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Determinar ao Ministério dos Transportes que no prazo de 15 (quinze) dias: ciência do presente Acórdão à beneficiária do ato ora considerado ilegal, encaminhar ao TCU comprovante da ciência do interessado e fazer cessar os pagamentos do ato ora considerado ilegal.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>

Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.	14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
Encaminhados os Ofícios nº 6172/2013- COGEP/SAAD/SE/MT, de 07 de agosto de 2013 e nº 7175/2013- COGEP/SAAD/SE/MT, de 09 de setembro de 2013, com os comprovantes solicitados no item 9.3 do Acórdão.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Atendida integralmente.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	002.175/2012-6	440/2013-TCU-1ª Câmara	9.5	DE	9751/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao Ministério dos Transportes que: dar ciência do presente Acórdão às interessadas, fazer cessar os pagamentos dos atos ora considerados ilegais e encaminhar ao TCU comprovantes da ciência dos interessados.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado o Ofício nº 6906/2013- COGEP/SAAD/SE/MT, de 30 de agosto de 2013, com os comprovantes solicitados no item 9.5 do Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendida integralmente.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	011.888/2011-3	1145/2013-TCU-1ª Câmara	1.9	DE	3547/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					

Determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) dias, novo ato de pensão civil, via Sistema SISAC, com as correções das falhas.

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.	14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
Encaminhado o Ofício nº 3171/2013- COGEP/SAAD/SE/MT, de 26 de abril de 2013, com os comprovantes das correções solicitadas no item 1.9.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Atendida integralmente.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
16	020.580/2011-8	6343/2013-TCU-1ª Câmara	9.4	DE	14375/2013-TCU/SEFIP
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Determinar ao Ministério dos Transportes que adote medidas para: - dar ciência no prazo de 15 (quinze) dias do teor da deliberação à interessada SONIA JOSÉ DINIZ MAZULA; - fazer cessar no prazo de 15 (quinze) dias o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais; - regularizar no prazo de 15 (quinze) dias os pagamentos indevidos à pensionista SONIA JOSE DINIZ MAZULA; - encaminhar ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias comprovante que os interessados tiveram ciência do Acórdão.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 8996/2013-COGEP/SAAD/SE/MT, de 12 de novembro de 2013, com os comprovantes das ações solicitadas no item 9.4 do Acórdão.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Atendida integralmente.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	13034
<b>Deliberações do TCU</b>	
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	004.093/2005-9	1546/2013-TCU	9.1	-	OFÍCIO 12739/2013-TCU/SEFIP
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Pedido “recurso de revisão” pela Sra. Dirce Barbosa dos Santos quanto à decisão contida no Acórdão 1887/2007, que constatou irregularidades em recadastramento anual de aposentados e pensionistas do Ministério dos Transportes, quanto ao pagamento de pensões e outros.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
De posse da informação contida no Acórdão 1546, foi encaminhado o Ofício 7339/2013-COGEP/SAAD/SE/MT, de 13 de setembro de 2013, a interessada para conhecimento do indeferimento do seu pleito, conforme determinado no referido Acórdão.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Conforme determinado a demanda foi atendida.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	009.222/2001-8	3111/2013-TCU	9.1	-	Ofício 17681/2013-TCU/SEFIP
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Pedido de reexame interposto pelo Senhor Robson de Souza Andrade, Coordenador-Geral de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes, contra o Acórdão 2.009/2011-Plenário, que determinou o pagamento de multa ao interessado no valor de R\$ 3.000,00.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Implantado o valor da multa na folha de pagamento do interessado a partir do mês de dezembro de 2013, em três parcelas de R\$ 1.000,00. Encaminhado o Ofício 9610-/2013-COGEP/SAAD/SE/MT, de 06 de dezembro de 2013, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU, informando do atendimento da demanda, na forma determinada no Acórdão referido.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Conforme determinado a demanda foi atendida.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

## 9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

» Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

**QUADRO A.9.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	021.334/2007-4	8670/2013-TCU-1ª Câmara	9.1	DE	19102/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao Ministério dos Transportes que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, a inclusão no Sistema SISAC, de novos atos de concessão de pensões civis em substituição aos considerados ineptos pelo TCU.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A determinação foi parcialmente atendida pelo Ofício nº 574/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 24 de janeiro de 2014. Foi encaminhado o Ofício nº 102/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 7 de janeiro de 2014, ao DNIT solicitando processos de pensão poder atender integralmente o Acórdão nº 8670/2013.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

## 9.2. Tratamento de Recomendações do OCI

### 9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

**QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT			014165
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório 2013/06166		Memorando nº 299/2013/CGFC/SPO/MT de 09/08/2013 e-mail de 15/08/2013-complementar ao Memorando 299/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT			014165
Descrição da Recomendação			
Analisar o relatório preliminar de Auditoria e apresentar, se for o caso, esclarecimentos adicionais. Item 2.2 do Quadro 01- Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão.			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT	014165
<p><b>Síntese da Providência Adotada</b>  Item 2.2 do Quadro 01-Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• OE80 – Participação da União no Capital da CODOMAR – os recursos são oriundos de emenda parlamentar ao Orçamento de Investimento destinado a manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos - aquisição de bens móveis para a AHITAR – no Estado do Maranhão, a atribuição de administrar AHITAR é do DNIT, onde foram alocados recursos para essa finalidade;</li> <li>•127K – Apoio à Implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV (Rio de Janeiro – São Paulo – Campinas) – Os recursos foram alocados para apoiar as obras de implantação do TAV, no entanto, essas obras não foram iniciadas em 2012, portanto, não houve necessidade de transferir recursos para essa finalidade;</li> <li>•14KV – Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Tietê – os recursos transferidos atenderam em 2012 o convênio firmado;</li> <li>•12JP – Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte – no Estado de São Paulo - os recursos transferidos atenderam em 2012 o convênio firmado;</li> <li>•2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços da Exploração da Infraestrutura Rodoviária – os recursos transferidos foram suficientes para atender as despesas com os serviços de fiscalização da concessão da ponte internacional São Borja – Santo Tomé (Brasil/Argentina);</li> <li>•6391 – Regulação e Supervisão das Rodovias Concedidas aos Estados por meio de Convênios de Delegação - não houve solicitação de recursos para atender demandas situadas no âmbito dessa ação orçamentária;</li> <li>•7730 – Estudo para o Aprimoramento de Outorgas de Rodovias - não houve solicitação de recursos para atender demandas situadas no âmbito dessa ação orçamentária;</li> <li>•0713 – Cumprimento de Obrigações decorrentes da Extinção do DNER – os recursos transferidos atenderam as obrigações decorrentes da extinção do DNER em 2012;</li> <li>•09IX – Cumprimento de Obrigações decorrentes da Extinção da RFFSA - os recursos transferidos atenderam as obrigações decorrentes da extinção da RFFSA em 2012;</li> <li>•09LH – Recomposição do Equilíbrio Econômico do Contrato de Concessão da Ponte São Borja – Santo Tomé (Brasil-Argentina) – Sentença Arbitral – os recursos não foram transferidos uma vez que o pedido de recomposição 2012 estava sob análise da Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes;</li> <li>•2000 – Administração da Unidade – os recursos repassados foram suficientes para atender as necessidades administrativas desta Pasta;</li> <li>•7528 – Revitalização do Patrimônio Histórico do Setor Transportes – não houve solicitação de recursos para atender demandas situadas no âmbito dessa ação orçamentária; e</li> <li>•8785 – Gestão e Coordenação do PAC - não houve solicitação de recursos para atender demandas situadas no âmbito dessa ação orçamentária;</li> </ul>	
<p><b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>  Descrito no item acima</p>	
<p><b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b></p>	

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT			014165
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	SA's - CGU n°s 201306166/16 e 18 de 30/04/2013		e-mail de 07/05/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT			014165
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Dados referentes ao SIGPLAN e o SIOP.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO/SE/MT			014165
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em resposta às solicitações de Auditoria números 201306166/16 e 201306166/18 no compete a esta SPO/MT, informamos que:			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O SIGPLAN foi substituído em fevereiro de 2012 pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP;</li> <li>• O SIOP é o sistema informatizado que suporta os processos orçamentários e de planejamento do Governo Federal em tempo real. Seus principais objetivos são: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Prover mecanismos adequados ao registro e controle dos processos de planejamento e orçamento;</li> <li>ii) Fornecer meios para agilizar os processos de elaboração da LDO, LOA, PPA e tramitação de pedidos de alterações orçamentárias;</li> <li>iii) Fornecer fonte segura e tempestiva de informações orçamentárias, destinadas a todos os níveis da administração pública federal;</li> <li>iv) Integrar e compatibilizar as informações disponíveis nos diversos órgãos e entidades participantes;</li> <li>v) Permitir aos segmentos da sociedade obterem a necessária transparência das informações orçamentárias; e</li> <li>vi) Acompanhar e demonstrar a evolução dos indicadores previstos no SIOP de forma a facilitar o aperfeiçoamento das ações orçamentárias e de planejamento no âmbito do PPA.</li> </ul> </li> </ul>			
a) O fluxo sobre as atividades realizadas pelo Ministério dos Transportes relacionadas à sistemática adotada para atualização das informações gerenciais e de planejamento está demonstrado a seguir:			
i) O Ministério dos Transportes - MT, por meio de sua Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação -CGAA, envia e-mail aos gestores responsáveis pelos objetivos, metas e iniciativas informando a data de encerramento do preenchimento do SIOP (dia 15 de agosto para o 1º semestre e 15 de fevereiro do ano subsequente para o 2º semestre).			
ii) O MT, por meio de sua Divisão de Monitoramento - DIMO dá suporte aos gestores para que os dados sejam inseridos no sistema adequadamente pelas unidades vinculadas. O alinhamento é feito em reuniões/treinamentos presenciais, consultas telefônicas e encaminhamento de documentação. O monitoramento do SIOP ocorre de maneira contínua pela equipe MT de modo que sejam apontadas possíveis falhas no preenchimento do Sistema. Quando necessário são solicitadas reuniões com os gestores para os devidos ajustes.			
iii) A atualização dos dados financeiros no Sistema é realizada automaticamente pelo SIAFI, enquanto que a atualização dos dados físicos pelo gestor responsável.			
iv) A relação de Gestores indicados pelo Secretário Executivo/MT ao MP para o preenchimento das informações no Sistema está listada a seguir:			
NOME	UNIDADE	CARGO	
Alex Peres Mendes Ferreira	DNIT	Coordenador Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária	
Daniel Sigelmann	MT	Secretário de Fomento para Ações de Transportes	
Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo	MT	Diretor do Fundo de Marinha Mercante	
Hederverton Andrade Santos	EPL	Diretor	
José Luiz Oliveira	DNIT	Coordenador Geral de Patrimônio Ferroviário	
Jair Campos Galvão	VALEC	Diretor de Planejamento	
Luiz Guilherme Rodrigues de Mello	DNIT	Coordenador Geral de Construção Rodoviária	
Marcelo Almeida Pinheiro Chagas	DNIT	Coordenador Geral de Obras Ferroviárias	
Mário Dirani	DNIT	Diretor de Infraestrutura Ferroviária e Diretor de Infraestrutura	

Nauber Nunes do Nascimento	ANTT	Aquaviária (Substituto)
Noboru Ofugi	ANTT	Superintendente de Fiscalização
Paulo Roberto Schanuel	VALEC	Superintendente de Serviços de Transportes de Cargas
Renata Batista Junqueira Nogueira	ANTT	Superintendente de Planejamento e Desenvolvimento
Roger da Silva Pêgas	DNIT	Superintendente de Marcos Regulatórios
Romeu Scheibe Neto	DNIT	Diretor de Infraestrutura Rodoviária
Walter Casimiro Silveira	DNIT	Coordenador Geral de Operações Rodoviárias
Viviane Esse	ANTT	Coordenador Geral de Portos
Wilson Izidório Cruz	DNIT	Superintendente de Exploração de Infraestrutura Rodoviária
		Coordenador Geral de Hidrovias e Portos Interiores

b) Verificadas inconsistências ou não preenchimentos das informações no SIOP, a CGAA envia comunicação formal aos gestores informando a necessidade de preenchimento/adequação dos dados no sistema, reforçando que ao exercer o seu importante papel de gestor do PPA, está contribuindo para refletir de forma atualizada a realidade das políticas e prioridades do governo.

Persistindo o problema é enviado ofício/memorando ao superior da Unidade responsável pelo objetivo, meta e iniciativa do PPA, para que o mesmo tome ciência e providências para sanar todas as pendências.

c) Os documentos/manuais que formalizam e amparam as atividades de monitoramento são:

i) Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

ii) Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.593.

iii) Portaria MP nº 16, de 31 de janeiro de 2013, que disciplina o monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012-2015

iv) Gestão do PPA 2012-2015 – monitoramento, avaliação e atualização (apresentação) – SPI/MP.

v) Manual de Estratégia e Perspectivas para o Monitoramento do PPA 2012-2015-SPI/MP.

vi) Guia de Monitoramento PPA 2012-2015 – Módulo de Monitoramento Temático – SPI/MP.

vii) Guia de Orientação para Atualização/Revisão do PPA 2012-2015 – biênio de Referência 2012-2013-SPI/MP.

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Descrito no item acima
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

## 9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

»Secretaria Executiva

### QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva – SE			002846
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA nº 201306166	1.1	Of. 32383/DITRA/DI/SFC/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se que o Ministério dos Transportes estruture os indicadores a serem utilizados por suas unidades supervisionadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT			740708
Justificativa para o seu não Cumprimento			
À luz do que ponderou o Ministério dos Transportes através da Secretaria Executiva, a CGU considerou que as providências adotadas atenderam parcialmente as recomendações, pois entendeu “ <i>não ser razoável os prazos previstos para conclusão da estrutura de Planejamento Estratégico do Órgão e, por conseguinte, a definição sobre quais os</i>			



*indicadores de gestão serão perseguidos pelas suas Unidades.”.*

Conforme explicitado e entendido, os Indicadores serão produzidos a partir da implementação e execução do planejamento estratégico do Ministério dos Transportes em suas unidades internas e nas entidades vinculadas. Assim, foi montada uma agenda composta de várias ações para o desenvolvimento de um Plano de Trabalho, cronologicamente ajustada para ser concluída em dezembro de 2015. A princípio pareceu o tempo necessário para o cumprimento de todas as etapas sugeridas para conclusão com segurança do trabalho proposto.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

O Desenvolvimento do planejamento estratégico do Ministério dos Transportes envolve suas entidades vinculadas (DNIT, VALEC, ANTT e EPL) e entidades administrativas internas, com a participação de seus líderes máximos. O ajuste de reuniões entre o Ministro dos Transportes, secretários do MT e dirigentes das entidades vinculadas, precede de toda uma preparação estratégica, tanto pelos participantes como pelos organizadores, para que as decisões a serem tomadas sejam efetivas e produzam os efeitos esperados. Portanto, o tempo torna-se fator importante para o andamento dos trabalhos. Por outro lado, na medida em que se avança nas discussões, o processo torna-se mais dinâmico a ponto de permitir abreviação temporal das etapas a serem cumpridas, abrindo espaço para que se reduzam os prazos de conclusão.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva – SE			002846
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	RA nº 201306166	1.2	Of. 32383/DITRA/DI/SFC/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se que o Ministério dos Transportes estruture os indicadores relacionados à execução dos programas e ações de governo da área de transportes, a serem utilizados por suas unidades supervisionadas, bem como para direcionar as ações das entidades vinculadas ao Órgão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT			740708
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>O Ministério dos Transportes, através da Secretaria Executiva, apresentou à CGU quais medidas adotadas com relação ao assunto, que se posicionou pelo “atendimento parcial” da recomendação, entendendo “<i>não ser razoável o prazo previsto para a definição sobre os indicadores de programas e ações de governo que serão perseguidos no âmbito do Órgão</i>”.</p> <p>O Ministério dos Transportes produziu uma série de indicadores em cooperação com o Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes – CEFTRU da Universidade de Brasília, além de outros desenvolvidos por Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº389 de 15/12/2011 do Ministro dos Transportes. Os indicadores tinham como referência principal, os Programas criados na estrutura dos PPA’s 2004-2007 e 2008-2011, que foi mudada no atual ciclo 2012-2015. Portanto, torna-se necessário a aderência desses indicadores, tanto na atual sistemática do PPA, como na proposta inovadora do planejamento estratégico. Ressalta-se aqui a manifestação da Secretaria Executiva quanto à recomendação:</p> <p>A equipe do PMGP/MT está verificando a compatibilização desses indicadores e sua representatividade sob o enfoque do Mapa Estratégico. O trabalho de análise engloba a verificação dos indicadores do Mapa do Sistema Transportes em comparação aos do CEFTRU e os do Grupo de Trabalho, e desses com os Mapas Estratégicos das Entidades Vinculadas e Painéis de Contribuição das secretarias do MT. Também está sendo avaliada a facilidade de operacionalização e edição desses indicadores. Esse trabalho de análise' contribuirá para o processo de aperfeiçoamento 'contínuo dos indicadores.</p> <p>Estando, pois, vinculado à condução do Planejamento Estratégico, cabe então as mesmas considerações anteriormente referidas quanto ao tempo necessário para conclusão dos trabalhos.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Desenvolvimento do planejamento estratégico do Ministério dos Transportes envolve suas entidades vinculadas (DNIT, VALEC, ANTT e EPL) e entidades internas, com a participação de seus líderes máximos. O ajuste de reuniões entre o Ministro dos Transportes, secretários do MT e dirigentes das entidades vinculadas, precede de toda uma preparação estratégica, tanto pelos participantes como pelos organizadores, para que as decisões a serem tomadas sejam efetivas e produzam os efeitos esperados. Portanto, o tempo torna-se fator importante para o andamento dos trabalhos.			

Por outro lado, na medida em que se avança nas discussões, o processo torna-se mais dinâmico a ponto de permitir abreviação temporal das etapas a serem cumpridas, abrindo espaço para que se reduzam os prazos de conclusão.

» Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

#### QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SA 201306166/33	-	-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação			
<p>A SA 2013/06166/33 é originária das SA 201306166/21 e SA 2013/06166/32.</p> <p>Registro 1: INCONSISTÊNCIAS RELACIONADAS À FOLHA DE PAGAMENTOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. (SA 201306166/21)</p> <p>Foram constatadas ocorrências em 40 trilhas do total de 60 trilhas aplicadas pela CGU. Estas ocorrências envolveram 11.119 beneficiários/servidores. Os tipos de ocorrências constatadas dizem respeito a pagamentos indevidos de aposentadoria/pensão, recebimento de vantagens indevidas, entre outras.</p> <p>Registro 2: DESCUMPRIMENTO DA IN TCU Nº 55/2007 QUANTO AOS REGISTROS NO SISAC. (SA 201306166/32)</p> <p>O registro no SISAC deve ser efetuado em até 60 dias após o ato de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria ou concessão de pensão civil. Com objetivo de verificar o cumprimento do prazo, foi realizada consulta por meio de cruzamento de dados do SIAPE x SISAC e foram identificados 550 ocorrências sem registro no SISAC.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.			14304
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>A SA 201306166/33 foi parcialmente atendida.</p> <p>Registro1: Estão pendentes de regularização 2655 ocorrências.</p> <p>Registro 2: Estão pendentes de registro no SISAC 465 ato de pensão civil.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

### 9.3. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica

## 9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93

### 9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			2
	Entregaram a DBR			2
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			403
	Entregaram a DBR			403
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Serviço de Movimentação e Lotação – SEMOL

### 9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Descrição, de forma sintética, de como se desenvolve a atividade de acompanhamento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93. A título de exemplo, entre outros, podem ser tratados os seguintes conteúdos:

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR; (Elaboração de ofícios comunicando aos servidores sobre a obrigatoriedade de Envio da Declaração de IRPF ou Opção pela autorização de acesso aos dados da Declaração de Bens e Rendas);
- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR (Divisão de Cadastro – DICAD/COAD/COGEP);
- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento (Não há sistema para gerenciamento);
- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá: (A entrega é efetuada em papel e não há autorização por meio eletrônico);
- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida: não aplicada, conforme instrução contida na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298 de 06/09/2007, c/c a Instrução Normativa/TCU nº 67 publicada no DOU de 08/07/2011 e
- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações. (A DBR é guardada em envelope lacrado, na pasta de assentamentos funcionais do servidor, arquivada no Serviço de Registro Funcional – SEREF/DICAD/COAD/COGEP)

Fonte: Serviço de Registro Funcional - SEREF/COGEP

## 9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos (*)	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
Processo 50000.0049851/2013-51			<u>01</u>					
Processo 50000.045973/2012-98								<u>01</u>

(\*) Especificar razões:

➤ Processo nº 50000.0049851/2013-51: Cumprimento do item 1.8 do Acórdão 8.791/2011 – TCU – 2ª Câmara. Foi aberto Processo Administrativo, apurado o débito pela Coordenação-Geral de Modernização e Organização – CGMO e notificados os agentes públicos responsáveis, bem como as empresas envolvidas, para manifestação. As defesas apresentadas pelos agentes públicos notificados não foram acolhidas, razão pela qual a SAAD está atualizando os valores a serem ressarcidos pelos citados agentes aos cofres públicos para emissão das respectivas Guias de recolhimento da União (GRUs).

As empresas envolvidas, após notificação por meio de “Editais de Convocação” publicados na Imprensa Oficial (DOU nº 7, de 10/1/2014, Seção 3., páginas 197/198) e em jornais diários de grande circulação nacional (O Globo e Correio Braziliense, ambos de 10/1/2014) não se manifestaram; os autos serão encaminhados à Consultoria Jurídica (CONJUR/MT) para providências de sua alçada.

➤ Processo nº 50000.045973/2012-98: Tomada de Contas Especial que tem como objeto o Convênio PG-492/87-00, firmado entre o extinto DNER e o Departamento Estadual de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina (DEINFRA/SC). A Nota Técnica S/Nº/2011/SAAD/MT, de 9/11/2011 constatou diferença entre o valor repassado pelo convênio e o valor do contrato celebrado para execução do seu objeto, indicando a existência de valores a serem ressarcidos à União.

A SAAD notificou o Estado de Santa Catarina, por meio do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA/SC), a promover o devido ressarcimento ao erário, sob pena de abertura de tomada de contas especial (Ofícios 103/2012, de 20/2/2012; 176/2012, de 24/4/2012; 407/2012, de 10/9/2012). O ressarcimento não foi efetuado.

Em seguida, por meio do Memorando nº 1129/SAAD, de 23/10/2012, o processo foi remetido à SPO/MT para realização do procedimento de Tomada de Contas Especial - TCE. Após devidamente processada, a TCE foi remetida ao Tribunal de Contas da União por meio do Ofício nº 067/23013/AECI-MT, de 3/9/2013, do senhor Assessor Especial de Controle Interno.

## 9.6. Alimentação SIASG E SICONV

### QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

#### DECLARAÇÃO

Eu, Leonardo Martins Ribeiro Cruz, CPF nº 012.576.301-80, Analista-Técnico Administrativo, Chefe da Divisão de Atos e Contratos, cargo exercido na Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados no exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

**( Leonardo Martins Ribeiro Cruz )**

**( CPF nº 012.576301-80 )**

**( Chefe da Divisão de Atos e Contratos / SAAD /SE / MT)**

## 10. Relacionamento com a Sociedade

### *10.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, etc., contemplando as informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.*

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos é a unidade responsável pelas atividades de relacionamentos com a sociedade. A seguir serão descritos todos os programas, expondo os canais de acesso do cidadão aos serviços disponíveis pelo Ministério dos Transportes.

- Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

Destaca-se o atendimento a 579 demandas/solicitações protocolizadas em 2013 junto ao Serviço de Informação ao Cidadão, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que facilitou aos cidadãos o exercício do direito de acesso às informações públicas. Os citados atendimentos reportaram-se especialmente a informações das áreas de gestão de pessoas e obtenção do benefício do Passe Livre do Governo Federal.

- Programa Passe Livre para as Pessoas Portadoras de Deficiência.

No que concerne ao Programa Passe Livre, trata-se de benefício instituído pela Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, para a concessão de gratuidade nos serviços de transportes interestaduais de passageiros, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário, para pessoas com deficiência física, mental, auditiva, visual ou renal crônica comprovadamente carentes.

Tal direito, atualmente, encontra-se disciplinado na Portaria GM/MT nº 261, de 3 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 4 de dezembro de 2012. Nos termos desse ato, em seu artigo 50, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos é a unidade responsável pela administração, operação e controle do Passe Livre Interestadual.

Para os atos de administração do Programa são realizados o recebimento e a autuação dos documentos apresentados pelos interessados; a análise do pedido do benefício, com vistas ao deferimento ou não; a emissão da credencial (carteirinha) de Passe Livre e a instrução e o fornecimento de resposta às demandas formuladas pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como pelos órgãos de controle interno e externo, no que tange às atividades desenvolvidas no Programa.

No exercício de 2013, com vistas a melhorar o atendimento prestado aos interessados, foram providenciados para as instalações físicas do Programa: novos aparelhos telefônicos equipados com sistema "headset"; novo "hall" de atendimento presencial com sistema de gravação de imagens 24 horas; nova impressora para emissão das credenciais e 39 novos microcomputadores para atendimento da rotina do Programa. A operação do Programa conta com a colaboração de 103 (cento e três) agentes públicos, dentre servidores, estagiários e terceirizados.

Quantitativamente, segue abaixo tabela descritiva das ações do Programa Passe Livre:

Quantidade das Ações do Programa Passe Livre

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	QUANTIDADE/2013
Processos cadastrados – novos	37.695
Processos analisados e revisados/reexaminados	87.574
Credenciais emitidas	56.541
Correspondências expedidas	100.331

Tabela XXVI - Quantidade das ações do programa passe livre

Em comparativo com o exercício 2012, observa-se incremento no número de Processos analisados e revisados/reexaminados e no número de credenciais emitidas. De 83.206 processos analisados e revisados/reexaminados, chegamos a um total de 87.574, um acréscimo de 4,98%. De 53.392 credenciais emitidas em 2012, atingimos o número de 56.541 em 2013, perfazendo um aumento de 5.56%.

Ao Ministério dos Transportes, na análise do pedido de Passe Livre, é permitido consultar informações socioeconômicas e de saúde de outros programas a nível federal, estadual ou municipal, e confrontá-las, com o objetivo de decidir quanto à concessão do benefício. Nessa seara, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos vêm mantendo contatos periódicos com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de modo a viabilizar permissão para consulta ao Banco de Dados daquele órgão, a fim de garantir maior segurança no exame dos documentos indispensáveis à concessão do benefício.

No exercício de 2013 a Subsecretaria de Assuntos Administrativos iniciou tratativas com o Serviço NA HORA – Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão, do Governo do Distrito Federal com o objetivo de disponibilizar postos de atendimento do Programa Passe Livre nas unidades do NA HORA. A concretização da medida possibilitará prestar aos cidadãos atendimento com alto padrão de qualidade, rapidez e eficiência e ampliará os canais de comunicação entre o Programa Passe Livre e o cidadão.

➤ Carta de Serviço ao Cidadão

Conforme estabelece o Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão devem elaborar e divulgar a “Carta de Serviços ao Cidadão”, no âmbito de sua esfera de competência. O MT publicou a Carta no seu portal na internet, podendo ser acessada por intermédio de seguinte endereço: <http://www.transportes.gov.br/conteudo/104911>.

➤ Serviço de Atendimento aos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas.

Os servidores ativos/aposentados e pensionistas possuem 2 (dois) canais de acesso a informação, que são:

- a) **Núcleos de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes** - Localizados em 14 Capitais, os citados núcleos efetuam o atendimento presencial de servidores ativos, aposentados e pensionistas que se dirigem presencialmente ao Ministério dos Transportes

Atendimentos Efetuados pelos Núcleos de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes

<b>Atendimentos Realizados pelos Núcleos de Recursos Humanos</b>	
<b>NÚCLEO (cidade onde se localiza)</b>	<b>2013</b>
NRH – 01 (Manaus – AM)	915
NRH – 02 (Belém – PA)	1.253
NRH – 03 (Fortaleza – CE)	25.623
NRH - 04 (Recife – PE)	10.251
NRH – 05 (Salvador - BA)	7.255
NRH – 06 (Belo Horizonte – MG)	21.600
NRH – 07 (Rio de Janeiro – RJ)	15.998
NRH – 08 (São Paulo – SP)	6.254
NRH – 09 (Curitiba – PR)	5.238
NRH – 10 (Porto Alegre – RS)	2.841
NRH – 11 (Cuiabá – MT)	2.211
NRH – 12 (Goiânia – GO)	1.997
NRH – 13 (Florianópolis – SC)	5.600
NRH – 14 (Natal – RN)	4.081
<b>TOTAL</b>	<b>116.409</b>

Tabela XXVII - Atendimentos efetuados pelos núcleos de recursos humanos do Ministério dos Transportes  
Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

- a) **Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes – CRMT** – Por meio do telefone (61) 3329-9068 efetua o atendimento de servidores ativos, aposentados e pensionistas, sobre a tramitação de processos/documentos, tirando dúvidas quanto a procedimentos e preenchimentos de formulários, dando andamento a protocolos de reclamações e denúncias.

<b>CENTRAL DE RELACIONAMENTO</b>													<b>2013</b>
(A) ATENDIMENTO TELEFÔNICO													36.210
(B) ASSUNTOS SOLUCIONADOS PELA CENTRAL TELEFÔNICA													29.659
(C) ASSUNTOS DIRECIONADOS AOS TÉCNICOS DE ÁREA													6.551
(D) ASSUNTOS PENDENTES, AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO													1689
<b>ESTATÍSTICA MENSAL – 2013</b>													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
A	5.348	2.726	4.071	3.054	2.410	2.126	2.643	2.793	2.296	3.313	2.996	2.434	36.210
B	4.618	2.241	3.582	2.416	1.922	1.688	2.118	2.104	1.799	2.749	2.410	2.012	29.659
C	730	485	489	638	488	438	525	689	497	564	586	422	6551
D	127	180	105	104	76	113	179	188	181	172	172	92	1689

Tabela- XXVIII – Central de Relacionamento – esclarecimento prestados  
Fonte: COGEP

## ***10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.***

A Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes, desde o exercício de 2012, vem medindo a satisfação de sua clientela de servidores ativos, aposentados, pensionistas e representantes legais, por meio de pesquisa efetuada ao final de cada chamada telefônica, conforme abaixo descrito:



<b>PARTICIPAÇÃO</b>		
<b>ANO</b>	<b>ITEM</b>	<b>Quantitativo</b>
<b>2012</b>	<b>Total de Chamados</b>	<b>36.825</b>
	<b>Pesquisas Respondidas</b>	<b>15.811 (42,94% de participação)</b>
	<b>Período</b>	<b>01 de Janeiro á 31 de Dezembro/2012</b>
<b>2013</b>	<b>Total de Chamados</b>	<b>34.558</b>
	<b>Pesquisas Respondidas</b>	<b>14.275 (41,31% de participação)</b>
	<b>Período</b>	<b>01 de Janeiro á 31 de Dezembro/2013</b>

Tabela XXIX – Central de Relacionamento – pesquisa de satisfação

**10.3. Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade**

a) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

A Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes, faz, ao final de cada chamada telefônica, 3 (três) perguntas à clientela de servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus representantes, que são:

a) Pergunta 01 – Como classifica a satisfação quanto aos esclarecimentos prestados?

<b>PERGUNTA 01*</b>		
<b>ANO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
<b>2013</b>	<b>ÓTIMO</b>	<b>73,61%</b>
	<b>BOM</b>	<b>17,86%</b>
	<b>REGULAR</b>	<b>5,35%</b>
	<b>RUIM</b>	<b>3,18%</b>

Tabela XXX – Central de Relacionamento – avaliação pergunta 01

b) Pergunta 02 – Como você classifica a qualidade do atendimento por parte do teleoperador?

<b>PERGUNTA 02*</b>		
<b>ANO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
<b>2013</b>	<b>ÓTIMO</b>	<b>85,37%</b>
	<b>BOM</b>	<b>12,72%</b>
	<b>REGULAR</b>	<b>1,44%</b>
	<b>RUIM</b>	<b>0,47%</b>

Tabela XXXI – Central de Relacionamento – avaliação pergunta 02

Como resultado, fica evidenciado que os serviços prestados pela Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes atendem de forma satisfatória a maior parte dos usuários, como demonstrado abaixo:

<b>ANO</b>	<b>SATISFAÇÃO GLOBAL*</b>
<b>2012</b>	<b>87,70%</b>
<b>2013</b>	<b>94,78%</b>

Tabela XXXII – Central de Relacionamento – avaliação global

## 11. Informações Contábeis

### 11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

#### 11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

As demonstrações foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as normas editadas pelo órgão central de contabilidade do Governo Federal.

Os valores contabilizados no exercício de 2013 diretamente na conta de Ajustes Financeiros de Exercícios Anteriores Recebidos são decorrentes de regularização de sub-repasse diferido.

A partir de janeiro de 2013, ficou estabelecido no cronograma limite por conta contábil no âmbito da Administração Pública Direta da União a implantação obrigatória da depreciação relativa aos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010 das contas 1.4.2.1.2.08.00 – Aparelhos, Equipamentos e Utens. Med., Odont., Labor. e Hosp. e 1.4.2.1.2.42.00 – Mobiliário em Geral, de acordo com a tabela apresentada na Macrofunção 020330 do Manual SIAFI.

As reavaliações foram feitas utilizando-se o valor justo. Os acréscimos ou os decréscimos do valor do bem decorrentes, respectivamente, de reavaliação ou redução ao valor recuperável, foram registrados em contas de resultado.

### 11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

#### 11.2.1. Declaração Plena

##### QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Secretaria Executiva/MT		390032	
Denominação completa (UGE)		Código da UG	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - Setorial		390002	
Coordenação Geral de Recursos Logísticos		390004	
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas		390007	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos SAAD		390056	
PREMEF/BIRD-PHE Plano Hidr. Estratégico		390058	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Conforme orientação por meio da mensagem SIAFI nº 2013/0473715 da CCONT/STN, os demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília - DF	Data	21/02/2014
Contador Responsável	Maria Cristina Liotto	CRC nº	DF-009807/O-5

#### 11.2.2. Declaração com Ressalva

Não ocorreu no exercício.

## 12. Outras Informações Sobre a Gestão

### 12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade

#### 12.1.1. Outras Considerações Relevantes no Âmbito da SAAD

Os trabalhos remanescentes do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER se inserem no âmbito da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD, mais precisamente na Coordenação-Geral de Modernização e Organização - CGMO, unidade responsável pelo trato de todas as atividades do extinto DNER.

Em 08 de agosto de 2003, por intermédio do Decreto nº 4.803/2003, os trabalhos da Inventariança do DNER foram encerrados, ao mesmo tempo em que foi atribuída ao Ministério dos Transportes a competência para solucionar as pendências restantes da Inventariança.

Em 2003, por meio da Portaria nº 971/2003 do Ministro dos Transportes, publicada em 22/09/2003, foi criado o “Grupo Executivo”, com a finalidade de exercer as atribuições estabelecidas no Decreto nº 4.803, de 08/08/2003, publicado em 11/08/2003, dentre as quais o gerenciamento das pendências deixadas pela Inventariança do DNER.

Posteriormente, foi publicada a Portaria Ministerial nº 250, de 30 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 1º de outubro de 2010, extinguindo o Grupo Executivo e atribuindo, transitoriamente, à Subsecretaria de Assuntos Administrativos, a competência para dar continuidade ao processo de liquidação da extinta Autarquia.

O Decreto nº 7.717/2012, ao estabelecer a nova Estrutura Regimental do Ministério dos Transportes, criou, no âmbito da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, a Coordenação-Geral de Modernização e Organização, unidade responsável pelo trato de todas as atividades do extinto DNER.

Para uma melhor compreensão da demanda de atividades que ainda restam do DNER e dos bons resultados que a Coordenação-Geral de Modernização e Organização vem alcançando desde sua estruturação, em meados de 2012, apresentamos tabela abaixo onde se observa a análise de 208 processos no exercício de 2013. Insta realçar que a análise dos processos que ainda remanescem do DNER demandam a realização de diversos atos de instrução pela CGMO, tais como solicitação de informações a órgãos/entidades, a busca por documentação complementar e ainda manifestação da Controladoria-Geral da União e do órgão de assessoramento jurídico da Pasta.

TIPO DE ANÁLISE	QUANTITATIVO	VALOR TOTAL (R\$)	OBS
Processos analisados	208	0,00	
Débitos do DNER	35	0,00	
Danos ao patrimônio	38	0,00	
Infrações de trânsito	126	0,00	
Precatórios	9	0,00	
Depósito judicial (*)	-0-	63.346,22	
Pagamento por determinação judicial (**)	-0-	2.908.99,31	

Tabela XXXIII – Demonstrativo da quantidade processos/pendências do DNER analisados em 2013

Fonte: CGMO

(\*) Depósito com crédito POCAPO S/A – Serviços de Vigilância e Segurança

(\*\*) Favorecida: PLANURB LTDA.

Além do exposto na tabela acima, entre as ações empreendidas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, temos: atendimento a demandas originárias do Tribunal de Contas da União; da Controladoria-Geral da União; bem como o atendimento, em tempo hábil, de dezenas de demandas originárias da Advocacia-Geral da União, com o fornecimento de informações para subsidiar a defesa da União.

Merece destaque a gestão de contratos feita pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, instrumentalizando a contratação de novos serviços de interesse da área, com vistas ao ganho de eficiência. Além disso, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação veio aperfeiçoando a Governança de TI na Administração Direta do Ministério dos Transportes. Inegavelmente, isto se deu com a implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2013/2014, com a valorização e o fortalecimento da área.

Avanços foram registrados nos três grandes segmentos temáticos que integram sua área de atuação, a saber: Infraestrutura, Projetos de Sistemas e Governança de TI/Informação para o Negócio.

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP no exercício de 2013 atingiu os expressivos resultados abaixo listados:

Nº	TIPO/ASSUNTO	Valor ou Qtdade
01	Demandas Judiciais Instruídas (provenientes dos diversos órgãos da AGU e do Judiciário)	4.813
02	Documentos/Processos: expedidos e tramitados	66.392
03	Atendimentos da Central de Relacionamento	36.210
04	Número de atendimento nos Núcleos de Recursos Humanos nos Estados	116.409
05	Processos de Pensão instruídos (concessões, atualizações, revisões e indeferimentos)	6.819
06	Reversões de Crédito emitidas	2.835
07	Créditos Recuperados	R\$ 3.115.515,68
08	Registro de exercícios anteriores no SIAPE	R\$ 4.167.274,58

Tabela XXXIV – Demonstrativo da quantidade de processos/atendimento/outras atividades analisadas pela COGEP em 2013  
Fonte: COGEP

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES E DEPENDENTES 2013												
Atendimentos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Médicos	92	135	153	203	116	122	210	192	193	216	177	124
Psicológicos	83	81	97	106	95	79	101	101	19	72	75	61
Enfermagem	283	308	369	415	374	336	445	334	430	420	395	318
Odontológicos	122	88	67	84	114	90	154	118	118	109	92	64
<b>Total</b>	<b>580</b>	<b>612</b>	<b>686</b>	<b>808</b>	<b>699</b>	<b>627</b>	<b>910</b>	<b>745</b>	<b>760</b>	<b>817</b>	<b>739</b>	<b>567</b>

Tabela XXXV – Demonstrativo da quantidade de assistência à saúde dos servidores e dependentes em 2013  
Fonte: COGEP

## 13. Resultados e Conclusões

O Ministério dos Transportes – MT atua para assegurar a adequada infraestrutura viária, a racionalização do transporte de pessoas e bens, buscando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e para integração do território nacional e Sul-Americano.

O planejamento e a execução das ações de transportes estão fundamentados nos conceitos de integração territorial, segurança e desenvolvimento sustentável do País, buscando equidade e justiça social. Com base nessas diretrizes, o Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT vem promovendo aumento na conectividade entre os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário.

Em 2013 os investimentos na área do Ministério dos Transportes tiveram continuidade contribuindo para o necessário avanço do desenvolvimento econômico do país e a melhoria da qualidade de vida da população. Foram investidos R\$ 16.347,0 milhões sendo R\$ 8.636,0 milhões no transporte rodoviário, R\$ 2.500,0 milhões no ferroviário e R\$ 128,0 milhões no hidroviário.

Os empreendimentos de transportes do Governo Federal, consubstanciados na carteira do PAC 2012-2015, visam alterar o perfil atual da matriz logística brasileira, em prol de uma maior participação dos modais ferroviários e hidroviários.

Ainda em 2013, para aprimorar e fortalecer a relação entre o interesse público e o privado em futuras parcerias, no âmbito do Programa de Investimento em Logística – PIL, foram aperfeiçoados os mecanismos de garantia e de execução contratual e instituída a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal. Assim, o proponente de uma concessão do PIL deve apresentar uma declaração de instituição ou entidade financeira que o assessore, atestando viabilidade e exequibilidade do plano de negócios apresentado.

Com o aprimoramento da contratação, da gestão e do processo de concessão de infraestrutura de transportes, espera-se, para os próximos anos, uma maior participação do capital privado no setor de infraestrutura de transportes. O montante de investimentos rodoviários contemplados pelo PIL deve atingir R\$ 46 bilhões no período de 30 anos de concessão, correspondendo à expansão, recuperação e manutenção da malha em 6.837,4 km. No que concerne ao setor ferroviário, a nova previsão é de investimentos da ordem de R\$ 99,6 bilhões, totalizando 11 mil km de expansão da malha.

Cabe ressaltar a mudança que se pretende imprimir ao modal ferroviário, com a adoção de um novo modelo em que o Governo Federal contrata a construção, a manutenção e a operação da ferrovia; subsequentemente, adquire a capacidade integral de transporte da ferrovia e faz a oferta pública, garantindo o direito de uso aos usuários de forma não discriminatória e transparente, seguindo políticas públicas tarifárias definidas pelo Governo Federal. A cessão onerosa da capacidade de transporte será feita para usuários que desejarem transportar carga própria, para operadores ferroviários independentes (OFI), operadores de transporte multimodal (OTM) e para concessionários de transportes ferroviários.

O planejamento estratégico do Sistema Transportes surge como oportunidade de alavancar os programas e projetos deste Ministério, em consonância com as diretrizes do Governo Federal de modernizar a gestão pública e ampliar a eficiência e a agilidade das estruturas públicas. As metas são diminuir os custos logísticos, elevar a capacidade instalada e garantir a competitividade nos mercados internos e externos.

Neste momento de expansão dos investimentos públicos e privados, os resultados indicam os avanços na condução das políticas públicas de Transportes. As perspectivas de evolução da malha rodoviária, ferroviária e hidroviária ampliam-se e ocasionam oportunidades de aprofundar as ações rumo ao desenvolvimento do país para 2014.